



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

RAULINO PALHA DE MIRANDA

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO

Orientador:
Prof. Dr. André Macedo de Oliveira

BRASÍLIA
2025

Raulino Palha de Miranda

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Direito da Universidade de Brasília –
UNB, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestrado
Profissional em Direito, Regulação e
Políticas Públicas. Orientador: André
Macedo de Oliveira.

Brasília

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

DM672m	<p>DE MIRANDA, RAULINO DE MIRANDA / RAULINO DE MIRANDA; orientador André Macedo de Oliveira. Brasília, 2025. 95 p.</p> <p>Dissertação(Mestrado Profissional em Direito, Regulação e Políticas Públicas) Universidade de Brasília, 2025.</p> <p>1. Direito e inovação. 2. Racionalização de análise de admissibilidade no STF. I. Macedo de Oliveira, André, orient. II. Título.</p>
--------	---

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de ensino, estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Raulino Palha de Miranda

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Coordenação do Curso de Direito da
Universidade de Brasília

– UnB, como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestrado Profissional em
Direito, Regulação e Políticas Públicas.
Orientador: Prof. Dr. André Macedo de
Oliveira.

Brasília, 3 de dezembro de 2025.

Banca Examinadora

Dr. André Macedo de Oliveira

Doutor

UnB – Universidade de Brasília

Dr. Henrique Araújo Costa

Doutor

UnB – Universidade de Brasília

Dr. Walter Godoy dos Santos Junior

Doutor

UNINOVE

Dedico este trabalho a todos que esperam que lhes
abram a porta ao pé de uma parede sem porta¹.

¹ Pessoa, Fernando, 1888-1935, O Poeta Fingidor. Poema Tabacaria. Crítica e interpretação. Poesia Portuguesa. I Rodrigues, Cláudio. II. Moisés, Carlos Felipe. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa de mestrado se iniciou quando um dia me confiaram a condição de PO (*Product Owner*). Nem sabia o que era isso – e talvez eu não saiba ainda após quatro anos de desempenho desta atividade. Certamente porque se trata de expressão que diz mais do que deveria. Disseram-me que PO era o dono do produto, o ator que exercia papel de grande importância na organização, pois como líder de equipes ágeis, definia prioridades, gerenciava *backlog* e garantia a entrega de valor ao cliente. Eram expressões que não integravam meu vocabulário. A primeira missão era o Projeto Admissibilidade, que precisava de alguém que tivesse realizado algumas centenas de análise de admissibilidade recursal e algumas horas de curso de processo civil. Ou seja, precisava de alguém que conhecesse das regras de negócio e aceitasse desafios, pois estaria no epicentro dos conflitos de interesses que ocorrem em todas as famílias e até no ambiente organizacional.

Após este introito, peço permissão para agradecer a todos(as) que me permitiram o início desta jornada. Primeiro, agradeço a Daiane Nogueira de Lira² e Lucilene Rodrigues Santos³, que viram em mim o perfil para exercer esse “múnus” e, posteriormente, abriram-me as portas para o mestrado. Agradeço também a Pedro Felipe de Oliveira Santos⁴, que me permitiu continuar à frente da assessoria e na condução dos projetos da Presidência. São vários motivos para estes agradecimentos, mas ressalto o que mais me tocou, a confiança depositada de que eu poderia responder a contento.

Agradeço à equipe da STI por todo o aprendizado e pela parceria. Era uma equipe engajada e extremamente competente. Ainda que com riscos de cometer injustiças, gostaria de agradecer, nominalmente, ao Leandro Rezende, que me mostrou os primeiros passos do novo ofício, e ao Rodrigo Barreiros, que de forma genial conduzia os projetos desenvolvidos no ambiente do STF Digital. Seguramente, é o nome mais importante para a transformação digital no STF e merece uma reverência especial. Ainda, agradeço, particularmente, à equipe de desenvolvedores que, em tempo recorde, entregou esse projeto transformador e absolutamente singular: Altair Carneiro Jr., Glauce Barbosa, Lucas Mariano, e Tomás Godoy foram todos

² Daiane Nogueira de Lira foi Secretária-Geral da Presidência no biênio de 2018 a 2020, período em que o projeto foi idealizado, prospectado e colocado em produção.

³ Lucilene Rodrigues Santos era assessora-chefe da Assessoria de Análise de Recurso da Presidência, no período de 2018 a 2020, e foi responsável pela validação das entregas.

⁴ Pedro Felipe de Oliveira Santos foi Secretário-Geral da Presidência do STF no biênio de 2020 a 2022. Nesse período, consolidou e aperfeiçoou a solução tecnológica, mantendo o modelo de processo híbrido nas etapas seguintes.

parceiros de uma caminhada exitosa e disruptiva.

Meus agradecimentos à minha esposa pelo apoio irrestrito nesta e noutras caminhadas. Ao meu filho, Francisco, pela inspiração e pela alegria de viver que precisamos para realizar todos os projetos de vida.

A meus pais Joel Cabral e Joana Palha, pois me deram tudo o que puderam: a régua, o compasso e mais um pouco e foram determinantes para que meu caminho fosse traçado no rumo certo. A meus irmãos, irmãs e sobrinhos(as) queridos(as), por todo o carinho e pela companhia da vida vivida juntos.

Por fim, agradeço ao Professor André Macedo pela compreensão e pela orientação sempre precisa.

RESUMO

MIRANDA, Raulino Palha de. Admissibilidade do recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal: um estudo de caso. Brasília, 2025. Dissertação (Mestrado em Direito, Regulação e Políticas Públicas) – Faculdade de Direito. Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

A presente pesquisa parte de estudo de caso. Sob esse enfoque, a pesquisa entrelaça questões interdisciplinares: sob a perspectiva jurídica, apresenta as regras negociais que tangenciam os requisitos de admissibilidade dos recursos extraordinários, o conceito jurídico do instituto processual recurso, sua base normativa, suas limitações e competências. Sob a perspectiva de gestão de projetos, busca compreender a modelagem de processo de negócio sobre o eixo de transformação digital e inovação tecnológica. Nessa quadra, envolve também análise de dados, com ênfase em sua interface descritiva para compreensão da evolução do acervo de processos no âmbito do STF com o objetivo de dimensionar o alcance do projeto. O caso é apresentado como um sistema de filtros de análise sistematizada voltado para extrair minutas padronizadas em um sistema orientado por tarefa, sujeito a uma cadeia revisional ajustada. O objetivo é resolver as questões submetidas de forma rápida e isonômica, além de estruturar os metadados do processo. Sob essa abordagem, considera-se a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para facilitar a análise processual e a geração de painéis gerenciais. Busca-se compreender o estado atual do uso da inteligência generativa como ferramenta útil para a atividade jurisdicional. Assim, com essa dissertação, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de pesquisas que visem aperfeiçoar os processos de trabalho no âmbito do STF em busca de inovação implementadas por meio de projetos que se orientem por uma visão pró-valor.

Palavras-chave: recursos extraordinários; admissibilidade; racionalização da análise; metadados; Inteligência Artificial; Inovação tecnológica e negocial.

ABSTRACT

MIRANDA, Raulino Palha de. Admissibility of extraordinary appeal to the Supreme Federal Court: a case study. Brasília, 2025. Dissertação (Mestrado em Direito, Regulação e Políticas Públicas) – Faculdade de Direito. Universidade de Brasília.

This research is based on a case study. From this perspective, it intertwines interdisciplinary issues: from a legal perspective, it presents the business rules that address the admissibility requirements for extraordinary appeals, the legal concept of the appeal procedural institution, its normative basis, its limitations, and competencies. From a project management perspective, it seeks to understand business process modeling based on digital transformation and technological innovation. In this context, it also involves data analysis, with an emphasis on its descriptive interface for understanding the evolution of the STF's caseload, aiming to assess the project's scope. The case is presented as a system of systematic analysis filters aimed at extracting standardized drafts in a task-oriented system, subject to an adjusted review chain. The objective is to resolve submitted issues quickly and equitably, in addition to structuring the process metadata. This approach considers the use of Artificial Intelligence (AI) tools to facilitate case analysis and the generation of management dashboards. The aim is to understand the current state of the use of generative intelligence as a useful tool for judicial activity. Thus, this dissertation aims to contribute to the development of research aimed at improving work processes within the STF, seeking innovation implemented through projects guided by a pro-value vision.

Keywords: extraordinary appeals; admissibility judgment; rationalization of analysis; metadata; Artificial Intelligence. Technological and business innovation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo BPM extraído do artigo MBA/USP	23
Figura 2 - Modelo Processo de Negócio (BPM)	31
Figura 3 - Modelo de certidão de enquadramento de tema	37
Figura 4 - Modelo de certidão de apontamento de óbice processual	37
Figura 5 - Ciclo de Hype em projeto de inovação.....	42
Figura 6 - Gráfico: Ingressos de processos novos no judiciário desde 2020	56
Figura 7 - Gráfico: Processos em tramitação no judiciário em 2025	56
Figura 8 - Visão panorâmica - processos recursais ingressos no STF desde 2016	58
Figura 9 - Gráfico: AREs autuados entre 2016 e 2025 - distribuídos de ofício pela SEJ e registrados	58
Figura 10 - Processos autuados a partir de 2016. Distribuição direta pela Secretaria x distribuição por determinação da Presidência.....	59
Figura 11 - Gráfico: Processos distribuídos aos Ministros x Registrado à Presidência entre 2017 e 2018	60
Figura 12 - Gráfico: Processos Recursais: Proporção distribuídos e registrados à Presidência entre 2017 e 2018	61
Figura 13 - Gráfico: Evolução mensal corresponde à distribuição pela SEJ de ofício e as distribuições por determinação do Ministro Presidente	62
Figura 14 - Gráfico dos processos distribuídos aos Ministros entre agosto de 2018 e março de 2021	64
Figura 15 - Gráfico: Evolução do acervo de processos recursais do STF entre 2016 e 2021..	64
Figura 16 - Gráfico: Acervo recursal – originários entre 2016 e 2021	65
Figura 17- Gráfico: Processos recebidos – distribuídos - registrados entre 2016 e 2021	66
Figura 18 - Gráfico: Processos recebidos – distribuídos - registrados entre 2016 e 2020	66
Figura 19 - Gráfico: Aplicação de tema de repercussão geral entre 2019 e 2020	67
Figura 20 - Gráfico: Ciclo de vida processos registrados à Presidência – 30 dias	68
Figura 21 - Gráfico: Tempo de tramitação - Processos registrados à presidência – ciclo de vida (60 dias)	69
Figura 22 - Gráfico: Tempo de tramitação - Processos registrados à presidência – ciclo de vida (90 dias)	69
Figura 23 - Gráfico. Tempo de tramitação - Processos registrados à presidência – ciclo de vida (30 dias)	70
Figura 24 - Ciclo de vida – intervalo de 60 dias	71
Figura 25 - Ciclo de vida – intervalo de 90 dias	71
Figura 26 - Evolução - ARE interpostos contra decisão que aplica tema na origem	72

Figura 27 - AREs ingressos no tribunal – fase de implementação	73
Figura 28 - Evolução dos acervos de processos originários e recursais	75
Figura 29 - Evolução dos processos recebidos no STF, registrados à Presidência e distribuídos	76
Figura 30 - Recursos registrados e distribuídos aos Gabinetes	76
Figura 31 - Gráfico de autuação de 2019 e 2020	78
Figura 32 - Gráfico: Acervo STF desde 1990	84
Figura 33 - Gráfico. Evolução acervo recursal após 2006	85
Figura 34 - Gráfico. Decisões colegiadas no PV	86
Figura 35 - Gráfico: Quantitativo de decisões colegiadas no PV	87
Figura 36 - Gráfico: Classes originárias mais recorrentes	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPMP	Association of Business Process Management Professionals
ARE	Agravo em Recurso Extraordinário
BPM	Business Process Management
PMBOK	Project Management Body of Knowledge
CBOK	Common Body of Knowledge
CF	Constituição Federal de 1988
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
DJe	Diário de Justiça Eletrônico
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
HC	Habeas Corpus
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IAG	Inteligência Artificial Generativa
NARE	Núcleo de Análise de Recurso
NURG	Núcleo de Repercussão Geral
RE	Recurso Extraordinário
SEJ	Secretaria Judiciária
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SPR	Secretaria de Precedentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1. Admissibilidade recursal no âmbito do Supremo Tribunal Federal - gerenciamento de processo e inovação	20
1.1. Considerações iniciais.....	20
1.2. Da inovação do modelo de processo de negócio (BPM)	24
1.3. Da inovação tecnológica e simplificação do fluxo de análise.....	31
1.4. Contextualizando: um olhar sobre o formato anterior à sistematização do fluxo de admissibilidade.....	34
1.5. Formato de registro à Presidência anterior ao Projeto Admissibilidade	36
1.6. Conclusão.....	38
Capítulo 2. Um ajuste de expectativa no uso da inteligência artificial generativa como ferramenta para auxílio da atividade jurisdicional no STF	41
2.1. Considerações iniciais.....	41
2.2. O uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG) no Judiciário sob a lente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	43
2.3. Benchmarking – uma análise de estudos em inovação realizada no Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	50
2.4. Conclusão.....	52
Capítulo 3. O impacto na gestão de acervo do Supremo Tribunal Federal	54
3.1. Considerações iniciais.....	54
3.2. Uma visão preliminar da evolução do acervo no Judiciário nos últimos cinco anos.....	55
3.3. Ingressos x distribuição – entrada em vigor do novo Código de Processo Civil de janeiro de 2016 até 2018.....	60
3.4. Ingressos x distribuição – biênios 2019/2020 e 2021/2022 – Fases de implementação e consolidação do projeto.....	62
3.5. Uma visão em perspectiva do ciclo de vida dos processos registrados à Presidência e distribuídos aos Gabinetes dos Ministros	67
3.6. Métricas preliminares de impacto – diálogos institucionais.....	71
3.7. Ingressos x distribuição – setembro de 2022 a junho de 2025 – legado do Projeto Admissibilidade.....	73
3.8. Conclusão.....	76
Capítulo 4. Resultados da Pesquisa.....	80
4.1. Considerações iniciais.....	80
4.2. Quadro de Teoria da Mudança – Projeto Admissibilidade STF.....	81
4.3. Como isolar o impacto provocado pelo Projeto Admissibilidade de interferências externas no alcance dos resultados alcançados?	82
4.4. Proposições para pesquisas futuras.....	87
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

O Projeto Admissibilidade foi um projeto estratégico consolidado no âmbito da Presidência do STF e teve como objetivo garantir maior eficiência e celeridade à prestação jurisdicional no julgamento dos recursos extraordinários interpostos nas causas decididas em única ou última instância pelos tribunais e juizados especiais (art. 102, inciso III, da CF/1988), bem como no julgamento dos agravos de que trata o art. 1.042 do Código de Processo Civil (Lira *et al.*, 2020)⁵.

O caso estudado foi implementado para fazer frente ao elevado número de recursos que ingressavam no Supremo Tribunal. Nesse sentido, a “idealização do Projeto Juízo de Admissibilidade partiu da identificação de que em 99,4% dos agravos contra inadmissão dos recursos extraordinários (ARE) analisados, a decisão dos Ministros da Corte resultava na manutenção do juízo negativo de admissibilidade proferido pelos tribunais e juizados especiais” (Miranda; Santos, 2024).

Sob a perspectiva do gerenciamento dos processos que chegam ao Judiciário brasileiro, são conhecidos diversos mecanismos para solucioná-los. Sob o aspecto processual, desenvolveu-se ao longo do tempo institutos que buscam a aplicação de um mesmo entendimento às diversas demandas repetitivas com o objetivo de atingir a almejada celeridade e eficiência.

A padronização decisória, como parte da solução no combate à morosidade, foi uma aposta que, ao longo do tempo, verificou-se insuficiente para resolver essa questão. O destaque dessa estratégia é a aposta, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, na afetação de temas pela sistemática de repercussão geral com a proposta de formação de precedentes vinculantes. Em consulta ao Portal Gerencial do STF, percebe-se que mais de 1.400 temas já foram afetados pelo Plenário Virtual e julgados pelo regime da sistemática de repercussão geral. No entanto, ainda se mostra incapaz de resolver o fenômeno das demandas de massa e de multiplicação de processos.

Importante lembrar que antes mesmo dos mecanismos de formação de precedentes a partir da sistemática de repercussão geral, já conhecíamos as súmulas persuasivas⁶, e,

⁵ O artigo citado foi publicado no final da gestão do Ministro Dias Toffoli e escrito por este pesquisador em coautoria com a Secretária-Geral da Presidência do STF e a Assessora-Chefe da assessoria de análise recursal. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ar/artigo-lira-santos-miranda.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

⁶ As súmulas persuasivas também são editadas pelos demais tribunais, mas ostentam a mesma proposta.

posteriormente, as Súmulas Vinculantes⁷. Todos esses artefatos jurídicos têm como ponto comum a pretensão de uniformizar a jurisprudência da Corte, de reduzir a multiplicidade de recursos, de garantir a segurança jurídica e de evitar decisões contraditórias sobre temas já decididos pelo STF.

Esse caminho de resolução pela técnica de formação de precedentes tem sido objeto de crítica sob o argumento de que “privilegiam a sumarização da cognição, a padronização decisória superficial e uma justiça de números (eficiência tão somente quantitativa)” (Theodoro Jr. *et al.*, 2015, p. 721). A crítica revela a preocupação legítima de que as soluções buscadas podem não resolver os problemas reais.

Essa preocupação, no entanto, é positiva, pois permite canalizar os esforços para geração de mecanismos que somem alterações normativas que reduzam travas indevidas às ferramentas de tecnologia que aperfeiçoam as formas de análise processual, conferindo-lhe maior racionalidade a partir de sistematização de fluxos e automação de rotinas repetitivas.

O dever de cuidado deve unir eficiência quantitativa e qualitativa (eficácia)⁸. Nesse aspecto, ensina Taruffo que “um sistema judicial é eficiente quando seu funcionamento é razoavelmente rápido e econômico, mas também quando se orienta estruturalmente para chegar a decisões informadas, precisas e responsáveis, que se baseiem em todos os fundamentos jurídicos pertinentes.” (Couy, 2015, p. 36).

A orientação estrutural referenciada, seguramente, perpassa também por implementação de ferramentas de tecnologia e por mudanças culturais, especialmente no que toca à gestão de acervo processual, aqui compreendido como o processo judicial em que se veiculam as demandas submetidas ao judiciário.

Essa pesquisa busca exatamente responder às perguntas a partir da compreensão do modelo de “processo” de negócio. Nesse contexto, “processo” é uma agregação de atividades e comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar um ou mais resultados” (ABPMP, 2015, p. 46). Nesse aspecto, abordará o que, onde, quando, por que e como o trabalho foi feito e o responsável por realizá-lo (ABPMP, 2015)⁹.

⁷ Os mecanismos de autocontenção têm como foco, em alguma medida, proteger o STF de sobrecarga e tendem a reafirmar sua função constitucional de guardião da Constituição. Ao mesmo tempo que limita a rediscussão de temas já pacificados.

⁸ A eficácia é abordada como um conceito fundamental na gestão de projetos, sendo comparada à eficiência. Enquanto a eficiência está relacionada a “fazer certo as coisas”, a eficácia refere-se a “fazer as coisas certas”. (Carvalho, 2023).

⁹ Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio Corpo Comum de Conhecimento ABPMP BPM CBOK, 2013.

Para responder a essas perguntas, esta pesquisa foi pensada sob a perspectiva dos eixos conceituais seguintes: (a) a modelagem de processos de negócio (*Business Process Management* – BPM), (b) a racionalização da atividade jurisdicional no contexto da transformação digital, e (c) os limites normativos e éticos da utilização de inteligência artificial no Judiciário.

No campo da prática administrativa, aplicada também na gestão pública, o BPM tem sido reconhecido como abordagem orientada por processos que permite mapear fluxos, identificar gargalos e redesenhar atividades em busca de eficiência e transparência (ABPMP, 2015)¹⁰.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de resoluções como a nº 335/2020¹¹ e a Política de Governança Digital (Resolução nº 370/2021)¹², consolidou o BPM como instrumento de inovação institucional. No âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), a gestão orientada por processos vem anunciada em relatórios de atividades pelo menos desde 2018. No campo normativo, o procedimento nº 11/2020, que regulamenta a Resolução nº 593/2020 do STF, faz referência direta a atribuição de responsabilidade orientada por tarefas e funções dos processos¹³.

No campo da gestão pública, deve-se destacar a importância da inovação na administração pública orientada para resultados, especialmente em ambientes complexos como o Judiciário.

¹⁰ Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio Corpo Comum de Conhecimento ABPMP BPM CBOK, 2013.

¹¹ Res. nº 335/2020: Art. 4º A PDPJ-Br a dotará obrigatoriamente soluções que abranjam os seguintes conceitos: I – (...).XIII – adaptável ao uso de ferramentas de aprendizado de máquina (machine learning) e de I.A.; XIV – otimização de fluxos de trabalhos (workflow), padronizando-os sempre que possível; XV – automação de atividades rotineiras ou sequenciais que possam ser substituídas por ações de sistema; XVI – incremento da robotização e técnicas disruptivas de desenvolvimento de soluções;

¹² Art. 22. As estruturas organizacionais de que tratam o caput deverão privilegiar a departamentalização por função e possuir níveis hierárquicos de decisão, quais sejam estratégicos ou institucionais, táticos ou gerenciais, e operacionais, a fim de garantir a plena execução dos macroprocessos.

Art. 23. A estrutura organizacional, o quadro permanente de servidores, a gestão de ativos e os processos de gestão de trabalho da área de TIC de cada órgão deverão estar adequados às melhores práticas para as atividades consideradas como estratégicas. Deve-se observar sempre as diretrizes tanto na definição da estrutura organizacional de TIC, como nos papéis, responsabilidades e revisão bienal, compatibilizando a estrutura com as demandas estabelecidas.

¹³ Procedimento nº 11/2020: Art. 10. Para fins de conferir transparência ao jurisdicionado, os andamentos processuais realizados no âmbito da Presidência e da SEJ, ressalvadas as exceções legais ou comando judicial que os restrinja, serão registrados de forma automática e disponibilizados no Portal do STF.

§ 1º A STI implantará o lançamento automático dos andamentos processuais e substituirá o modelo atual de atribuição de responsabilidade por deslocamento para o de gerenciamento orientado por tarefas e por situação dos processos, de forma gradual.

Na perspectiva jurídico-institucional, autores como Oliveira (2018), Marinoni (2019) e Didier Jr. (2021) analisam como o Código de Processo Civil de 2015 buscou enfrentar a litigiosidade excessiva mediante mecanismos de precedentes e repercussão geral. Tais mudanças dialogam diretamente com o redesenho do fluxo de admissibilidade recursal no STF.

No campo do direito digital da inteligência artificial, o debate teórico se intensifica com o uso de ferramentas como o Projeto Victor. Há riscos regulatórios, éticos e técnicos reconhecidos por estudiosos como Luz e Barbão (2024), que alertam para o uso indiscriminado de algoritmos sem a devida governança. Por outro lado, estudos como os de Luz e Barbão (2024)¹⁴ e do próprio CNJ (por meio do “Justiça 4.0”) apontam para um grande potencial da IA em tarefas de agrupamento de processos por similaridade para acelerar a análise processual.

Sobre a defesa de agrupamento de processos por similaridade como forma de acelerar a análise processual, afirma Martins, em sua pesquisa de mestrado desenvolvida sob a perspectiva do Superior Tribunal de Justiça,

que a utilização de recursos que permitam o agrupamento automático de feitos com peças processuais semelhantes poderia constituir um catalisador da produtividade da corte, otimização do uso de recursos humanos e diminuição do tempo de tramitação dos processos, contribuindo para a celeridade processual. Ao mesmo tempo, o agrupamento, quando realizado incluindo recursos que já foram julgados na corte, pode constituir também um acelerador na identificação de precedentes. (Martins, 2018, p. 20).

É importante destacar que a hipótese de pesquisa realizada por Martins buscou apresentar a “utilização de técnicas de Inteligência Artificial, notadamente aquelas relativas ao Processamento de Linguagem Natural com uso de vetores de parágrafos, para agrupamento de peças processuais semanticamente semelhantes pode auxiliar na celeridade processual ao incrementar o potencial produtivo dos operadores e na segurança jurídica ao facilitar o desfecho idêntico de feitos iguais” (Martins, 2018, p. 22).

Ainda que de forma mais simples, no entanto, é possível realizar agrupamento de processos por similaridade a partir de metadados de processos estruturados desde o cadastro e a autuação e de informações produzidas no fluxo de tarefas de análise processual. Uma das perguntas a ser respondida nesta pesquisa é a possibilidade de a automatização realizada sem utilização de suplementos de Inteligência Artificial atingir resultados seguros e céleres.

Ao integrar os três eixos acima referidos, o estudo propõe compreender o “Projeto

¹⁴ O uso da inteligência artificial generativa no Poder Judiciário brasileiro: relatório de pesquisa / Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2024.

Admissibilidade” como experiência de inovação institucional que equilibra eficiência administrativa e preservação da segurança jurídica. A análise não se restringe à descrição de mudanças organizacionais, mas busca refletir sobre como a transformação digital pode ser incorporada de forma sustentável e compatível com a missão do Supremo Tribunal Federal.

A base conceitual desta pesquisa foi resultado da coletânea de artigos relacionados ao caso estudado e de trabalhos acadêmicos. A pesquisa empírica sobre o objeto estudado foi realizada a partir dos relatórios de atividades publicados anualmente a partir de 2016 e do microserviço disponibilizado no Portal do Supremo Tribunal Federal, o Corte Aberta. Além disso, procurou-se reunir as notícias publicadas no Portal do STF quando divulgada cada fase de entrega do Projeto Admissibilidade.

Evidencia-se, portanto, que a pesquisa foi realizada, em grande medida, a partir da análise de documentos primários, o que consubstancia a natureza descritiva da pesquisa.

Importante ressaltar que esse pesquisador foi servidor do STF e atuou como assessor de projeto na Assessoria de Projetos Judiciais entre os anos de 2018 e 2022, período em que foram idealizadas e realizadas as implementações das soluções tecnológicas estudadas. Por trabalhar na unidade responsável pela validação das regras negociais, também acompanhava de perto a evolução do projeto e o impacto que provocava na rotina do tribunal.

Essa vivência direta no caso estudado pode vir impregnada de alguns vieses. Contudo, buscou-se distanciamento a partir do rigor das análises dos dados já consolidados sob a perspectiva de relatórios de gestão, com esforço de ressignificar a pesquisa.

Com o mesmo propósito de ganhar uma neutralidade possível, buscou-se reexaminar o marco teórico que deu origem ao processo de oportunidades e de descobertas (discovery)¹⁵ da solução tecnológica. Ademais, é importante frisar, no ensejo, que as informações levantadas nessa pesquisa são de acesso público via Portal, artigos publicados, notícias e relatórios de atividade divulgados no Portal do STF.

No que tange à evolução de acervo e do legado do projeto, a coleta de dados revela a natureza da pesquisa documental tida como “fontes primárias”, que são aquelas extraídas de entrevistas, de documentos oficiais ou não oficiais, legislação, jurisprudência, dados estatísticos, informações de arquivos de todo tipo, dentre outros, isto é, atribuem ao pesquisador condições de autonomia e novidade (Gustin, 2005, p. 88-90). Nesse mister, trata-se de pesquisa

¹⁵ Neste contexto, discovery é o processo de identificação, análise e validação de problemas ou oportunidades antes do desenvolvimento da solução. Utiliza pesquisa com usuários e testes rápidos para reduzir incertezas e priorizar requisitos com base em evidências.

qualitativa, na medida em que partiu da análise de dados extraídos de relatórios de atividade e relatórios gerenciais.

Quanto às questões atinentes ao uso de Inteligência Artificial, esta pesquisa se orientou a partir de resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de pesquisas realizadas com este escopo e nas experiências vivenciadas no Supremo Tribunal Federal, especialmente no contexto do Projeto Victor. Sob as perspectivas de impactos provocados pela IAGs, foi analisada recente pesquisa realizada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesse mister, traz-se elementos de pesquisa secundária.¹⁶

A partir da análise do resultado de pesquisa, este trabalho pretende contribuir com o Supremo Tribunal Federal na busca de soluções que sejam realmente efetivas, com entrega de valor que reúna celeridade e eficiência. Por se tratar de uma pesquisa aplicada, espera-se contribuir com sua replicação em outros contextos do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais de origem responsáveis pela primeira análise de admissibilidade.

A partir dessas premissas a pesquisa ficou assim estruturada:

a) Admissibilidade recursal - gestão de processos e inovação. Neste capítulo, é descrito o modelo do processo de negócio implementado via alteração normativa e implementação de ferramenta tecnológica de extração de minutas padronizadas.

b) A sistematização do fluxo de admissibilidade recursal e o impacto na gestão de acervo no Supremo Tribunal Federal. Neste capítulo, analisa-se o impacto do projeto e o legado no período anterior à implementação, durante as etapas de entrega e consolidação do projeto, e, posteriormente, seu legado.

c) Um ajuste de expectativa no uso da inteligência artificial generativa como ferramenta para auxílio da atividade jurisdicional. Neste capítulo, busca-se nivelar a expectativa do uso de inteligências artificiais e os benefícios de se apostar em iniciativas simples orientadas por processos com entrega de valor já comprovado no caso estudado.

d) Resultado de pesquisa. Por fim, com o resultado de pesquisa, são apresentadas sugestões e oportunidades de implementação de medidas simples, seguras e eficientes para fins de promover uma entrega jurisdicional tempestiva.

¹⁶ Os dados secundários são também relevantes. São secundários por derivarem de estudos e análises já realizados por intermediários entre o pesquisador e o objeto pesquisado. (Gustin, p. 88-90).

Capítulo 1. Admissibilidade recursal no âmbito do Supremo Tribunal Federal - gerenciamento de processo e inovação

1.1. Considerações iniciais

O presente capítulo tem como escopo apresentar o Projeto Admissibilidade desenvolvido no âmbito do Supremo Tribunal Federal desde a sua concepção às suas fases de implementação.

Na linguagem jurídica, o termo recurso é empregado genericamente para designar o meio utilizado para quem pretenda defender seu direito (Didier Jr., 2016). Em termos mais restritos, o recurso é “o remédio voluntário idôneo a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento, ou a integração da decisão judicial que se impugna” (Moreira, 1999, p. 231).

Quando a análise é realizada sob o enfoque dos atos sujeitos a recurso, diz-se que o recurso é cabível contra decisão judicial¹⁷¹⁸. Dito isso, ficam excluídos os pronunciamentos judiciais desprovidos de conteúdo decisório, a exemplo dos despachos (Didier Jr., 2016).).

Ao tratar especificamente do recurso extraordinário, Didier Jr. ensina que “tais recursos servem a impugnação de resolução de questões de direito”¹⁹²⁰ (2016, p. 306). Ao fazer essa primeira delimitação do escopo desse instituto processual, acrescenta o autor que o papel do recurso extraordinário “é a de resguardar a interpretação dada pelo STF aos dispositivos constitucionais, garantindo a inteireza do sistema jurídico constitucional federal e assegurando-lhe validade e uniformidade de entendimento” (2016, p. 353).

A esses conceitos introdutórios, acrescentam-se as hipóteses de cabimento²¹ dos recursos extraordinários para a fiel compreensão do escopo do projeto analisado. Importante

¹⁷ Com essa delimitação, ficam excluídas as questões que se inserem nas funções administrativas do Poder Judiciário, como a Súmula 735 do STF.

¹⁸ “Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios” (Súmula 735 do STF).

¹⁹ Simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário (Súmula 454 do STF).

²⁰ A doutrina especializada identifica esse atributo com o recurso de fundamentação vinculada.

²¹ Súmulas 279, 280, 281, 282 e 454: Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário; por ofensa ao direito local não cabe recurso extraordinário; é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário de decisão impugnada; é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilado, na decisão recorrida, a questão federal suscitada; simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário.

frisar que o objetivo desta pesquisa não é apresentar um estudo exaustivo dos institutos jurídicos que cercam o recurso extraordinário. Sua apresentação aqui é apenas o suficiente para orientar o leitor quanto ao escopo do objeto pesquisado. Isso se justifica porque o caso estudado trata exatamente do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Conforme elucidado, o recurso extraordinário é o recurso interposto nas causas decididas em única ou última instância²² pelos tribunais e juizados especiais, quando a decisão recorrida violar norma constitucional (Didier Jr., 2016). Uma outra característica presente nos recursos extraordinários é que sempre reclama por “providência definitiva para instaurar o contencioso constitucional”²³ (Didier Jr., 2016, p. 315).

As hipóteses de cabimento do recurso extraordinário²⁴ são desenhadas no já citado art. 102 da Constituição Federal e se prestam para combater a decisão que: “a) contrariar dispositivo desta Constituição²⁵; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal; c) julgar lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição e d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal”.

Sobre o órgão competente, a Constituição conferiu competência ao Supremo Tribunal Federal para julgá-lo (art. 102, III, da CF/1988). Importante destacar que o julgamento do recurso se divide em dois níveis de análise: juízo de admissibilidade (ponto de contato do Projeto Admissibilidade) e juízo de mérito.

Conforme ensina Barbosa Moreira: “Todo ato postulatório sujeita-se a exame por dois ângulos distintos: uma primeira operação destina-se a verificar se estão satisfeitas as condições

²² A decisão que prevê a interposição de recurso ordinário ou extraordinário não é do plenário, que resolve o incidente de inconstitucionalidade, mas do órgão (Câmaras, Grupos ou Turmas) que completa o julgamento do feito (Súmula 513 do STF).

²³ “Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar” (Súmula 735 do STF).

²⁴ “A história do recurso extraordinário divide-se agora em duas fases nitidamente distintas: a anterior e a posterior à Constituição de 1988. Na primeira, conforme se disse em expressiva síntese, a finalidade do remédio, na sistemática constitucional brasileira, era de assegurar a inteireza positiva, a validade, a autoridade e a uniformidade de interpretação da Constituição e das leis federais (...). A vigente Carta da República cindiu a matéria antes abrangida pelo recurso extraordinário, a este ficou reservada a suscitação de questões relativas à própria Constituição Federal.” (Moreira, 1999, p. 565-567).

²⁵ Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida. (Súmula 636 do STF).

impostas pela lei para que o órgão possa apreciar o conteúdo da postulação; outra subsequente, a perscrutar-lhe o fundamento, para acolhê-la, se fundada, ou rejeitá-la, se o contrário”. (1999, p. 258). Neste ponto, o autor ensina que o “objeto do juízo de admissibilidade são os requisitos necessários para que se possa legitimamente apreciar o mérito do recurso, a fim de dar-lhe ou negar-lhe provimento”. (1999, p. 259).

O Projeto Admissibilidade, portanto, está inserido no primeiro ângulo, que versa sobre a admissibilidade recursal – no caso do recurso extraordinário e, também, do recurso extraordinário com agravo, quando esse recurso tiver sido inadmitido na origem.

A propósito, sobre o órgão competente para realizar o exame de admissibilidade, há uma peculiaridade do recurso extraordinário. Ele se submete ao duplo juízo de admissibilidade. “Caberá ao Presidente ou Vice-Presidente do tribunal local proceder ao juízo de admissibilidade do recurso, nos termos do art. 1.030 do CPC. Será, então, exercido o juízo provisório de admissibilidade.” (Didier JR., 2016, p. 379). Esclarece, ainda, Didier Jr., que o juízo de admissibilidade ali exercido não vincula o tribunal superior, que detém, como dito, o juízo definitivo de sua admissibilidade.” (2016, p. 379).

Chega-se a parte final dessa introdução ao instituto do recurso extraordinário para pontuar sobre o processamento do recurso no Supremo Tribunal Federal.

Repita-se, o escopo do projeto estudado na presente pesquisa é a análise do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário. Para não restar dúvida, não integra seu escopo o juízo de admissibilidade dos recursos ordinários e, tampouco, das classes originariamente de competência do Supremo Tribunal Federal²⁶.

Dito isso, passa-se, também, à guisa de contextualização, a destacar as atribuições do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Conforme dispõe o art. 13 do Regimento Interno do STF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 24, de 2008, compete ao Presidente despachar como Relator, “até eventual distribuição, os agravos de instrumento, recursos extraordinários e petições ineptos ou de outro modo manifestamente inadmissíveis, inclusive por incompetência, intempestividade, deserção, prejuízo ou ausência de preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como aqueles cuja matéria seja destituída de repercussão geral, conforme jurisprudência do Tribunal”, além das matérias que veiculem pretensão contrária à jurisprudência dominante ou a súmula do Supremo Tribunal Federal (art. 13, inciso V, alíneas c e d), conforme a Emenda Regimental nº 54/2020. Caso entenda presentes

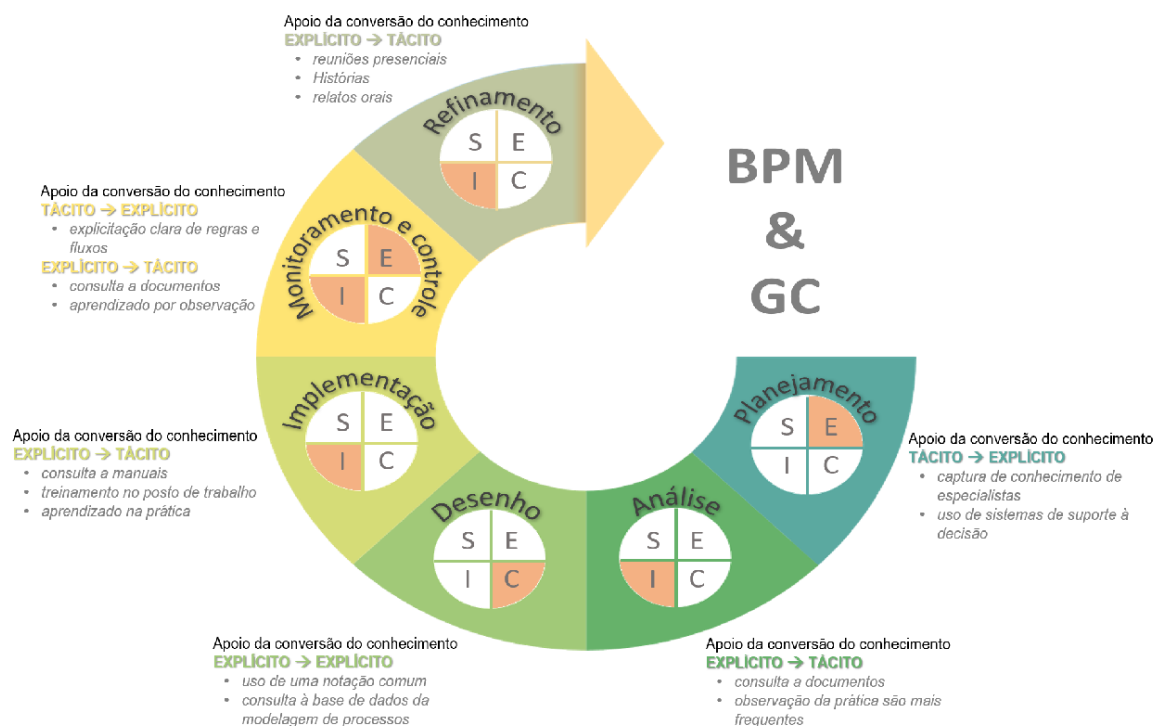
²⁶ Classe Originárias, a exemplo das reclamações e dos *habeas corpus*, e as classes de controle concentrado não se submetem à Presidência para a realização do juízo de admissibilidade.

os pressupostos recursais, abre-se o caminho para a análise do mérito do recurso, ou seja, o tribunal vai responder ao recorrente se ele tem direito ou não ao bem em disputa.

Nesta perspectiva, este pesquisador busca contextualizar a fase de reconhecimento do estado da arte deste microprocesso de trabalho a partir da análise do fluxo de trabalho de ponta a ponta, analisando o formato anterior (AS-IS)²⁷ à concepção do projeto e os objetivos a serem alcançados com sua implementação (TO-BE).²⁸ Com essa compreensão, busca demonstrar os parâmetros utilizados para alcançar o modelo de gestão orientado por processos.

Conforme explicam Pereira, Barbosa e Duarte, a gestão por processos tem o objetivo de assegurar a melhoria contínua do desempenho da organização, por meio da elevação dos níveis de qualidade de seus processos de negócios (2020). Segundo esses autores, é preciso haver meios para organizar informações e conhecimentos, conforme cada tarefa do fluxo de tais processos (2020).

Figura 1 - Fluxo BPM



Fonte: Pereira *et al*, (2020).

Os autores acima referenciados, a partir de percepções levantadas em entrevistas de

²⁷ AS-IS - Estado atual dos processos de negócio (CBOK, 2015, p. 426).

²⁸ TO-BE representa o estado futuro do processo de negócio. Visa produzir alternativas para o estado atual e incorporar melhores práticas, redesenho, reengenharia e/ou mudanças de paradigma. (BPM CBOK V3-0, 2015, p. 437).

profissionais certificados em BPM pela ABPMP Brasil, descrevem como a gestão de conhecimento pode contribuir como suporte ao BPM.²⁹

Nessa fase de introdução ao capítulo presente, é importante trazer a definição de Modelo de Processo de Negócio, vez que será repetido ao longo deste estudo. A ABPMP³⁰ define BPM como disciplina gerencial e um conjunto de tecnologias que provê suporte ao gerenciamento por processos. Negócio³¹, na definição usado pelo BPM CBOK, se refere “a pessoas que interagem para executar um conjunto de atividades de entrega de valor para os clientes e gerar retorno às partes interessadas”. Já processo, é uma agregação de atividades e comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar resultados. Processo de negócio, por seu turno, é um trabalho que entrega valor para os clientes ou apoia/gerencia outros processos. Nesse contexto, processo é uma agregação de atividades e comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar um ou mais resultados (CBOK, 2015).

Desmembrando o conceito, o BPM CBOK identifica cliente como aquele que se beneficia do valor criado e está externo à organização. Sob essa perspectiva, o cliente aqui é o jurisdicionado ou a sociedade de maneira geral. Nesse contexto, valor é o benefício, a importância ou a utilidade entregue pelo projeto. (Guia PMBOK, 2021). A facilitação da análise processual pode ser para as unidades internas do órgão, que provocam uma entrega mais célere e segura; para a alta gestão, que percebe sua diretriz estratégica ser concretizada; e, na ponta final, para a sociedade, que tem o custo de trabalho reduzido e a entrega da prestação jurisdicional em tempo razoável.

1.2. Da inovação do modelo de processo de negócio (BPM)

Para permitir a eficiência, a transparência e a capacidade de inovação de uma organização, faz-se necessário um levantamento preciso do estado da arte. Nessa perspectiva, os modelos de processo de negócio surgem como ferramentas importantes para o redesenho organizacional. Esses modelos formalizam os fluxos operacionais e são fundamentais para a gestão por processos, facilitando o alinhamento entre estratégia, operação e sistematização do

²⁹ Modelo SECI às atividades de gerenciamento de processos, bem como o levantamento das principais práticas que podem ser aplicadas para a conversão do conhecimento em cada fase do ciclo de atividades típicas de BPM, proposto pelo BPM CBOK. (Pereira *et al.*, 2020).

³⁰ ABPMP é uma associação internacional de profissionais de BPM (Business Process Management), sem fins lucrativos, independente de fornecedores e dedicada à promoção dos conceitos e práticas de BPM.

³¹ Esclarece a ABPMP que o negócio abrange todos os tipos de organizações com ou sem fins lucrativos, públicos ou privados, de qualquer porte ou segmento (CBOK, 2015, p. 35).

processo de trabalho. Isso porque uma visão estruturada das atividades realizadas por uma organização, com foco na geração de valor, possibilita identificar possíveis gargalos existentes.

Um modelo de processo de negócio (*Business Process Model* – BPM) é, em linhas gerais, a descrição do conjunto de atividades que se encontram entrelaçadas com o objetivo de alcançar um determinado resultado organizacional. Trata-se de um instrumento que permite mapear as etapas envolvidas na execução de tarefas e, com isso, identificar pontos de ineficiência, gargalos ou oportunidades de automatização/sistematização. Com base nessa representação descritiva, a organização pode realizar intervenções voltadas à melhoria contínua, à simplificação de fluxos, à integração entre setores e à inovação de seus serviços.

O uso de modelos de processo de negócio está ligado às abordagens modernas de gestão orientada por processos (*Business Process Management* – BPM) e se traduz numa evolução à estrutura departamental, muito comum nas instituições públicas.³² Na gestão por processos, as atividades são consideradas em sua sequência lógica, independentemente das divisões organizacionais, e focam os resultados entregues ao cliente. Assim, a modelagem de processos promove uma mudança cultural na administração, focando o valor agregado e a experiência do usuário final.

Além disso, o modelo de processo de negócio desempenha papel fundamental na transformação digital. Em um contexto em que a automação de tarefas repetitivas, a integração de sistemas e a adoção de soluções baseadas em dados se tornam indispensáveis, a modelagem de processos oferece o substrato técnico necessário para o desenvolvimento de sistemas informatizados alinhados às necessidades operacionais reais. Por isso, a elaboração cuidadosa de um modelo de processo é condição prévia para iniciativas exitosas de inovação tecnológica e, até mesmo, de transformações culturais (CBOK, 2015).

É possível afirmar que os modelos de processo de negócio ganham importância como ferramenta gerencial implementada com vistas a promover a eficiência administrativa, a transparência e a prestação de contas.

Ao mapear os fluxos de trabalho, identificar os riscos e impedimentos que inibem a evolução, bem como sistematizar os procedimentos, a modelagem contribui diretamente para o aprimoramento da governança pública, favorecendo práticas de planejamento, controle e avaliação baseadas em dados.

Desse modo, a compreensão desse conceito e de suas aplicações práticas é

³² A estrutura departamental tradicional valoriza a segmentação por áreas.

imprescindível para envidar os esforços necessários para a reestruturação e modernização administrativa e, em última análise, permitir a inovação em políticas públicas.

Essa abordagem requer um corpo especializado de servidores com experiência de análise de negócio que redija um plano de implementação detalhado com todas as fases de transformação.

A partir dessa perspectiva, serão analisadas as medidas adotadas sob o ponto de vista da evolução normativa e tecnológica, considerando os efeitos da modelagem de processos na gestão dos acervos processuais do Supremo Tribunal Federal, especialmente após a implementação do Projeto Admissibilidade. A seleção desse enfoque decorre da importância institucional do STF, do volume de processos em tramitação e da necessidade de soluções que promovam maior racionalidade, previsibilidade e eficiência no fluxo decisório.

No contexto da alteração da estrutura organizacional, é importante citar a Resolução nº 623, de 31 de outubro de 2018³³, que trouxe alguns dos artefatos empregados na mudança da modelagem acima aludida sob o enfoque (i) na flexibilização dos modelos e processos de trabalho, (ii) na integração entre as unidades, (iii) na gestão eficiente, eficaz, efetiva e transparente, (iv) no fortalecimento da autoridade e da autonomia dos gestores e (v) no foco nos resultados e nos benefícios aos cidadãos³⁴ (Miranda; Santos, 2025, p. 1023-1037).

A primeira mudança se deu na estrutura organizacional da Secretaria-Geral da Presidência, com a formalização do Núcleo de Análise de Recursos (NARE) e do Núcleo de Repercussão Geral (NURG). Para permitir uma maior integração entre as unidades criadas, foi alterada a estrutura organizacional da Secretaria Judiciária, responsável pela análise inicial dos requisitos de admissibilidade dos recursos excepcionais e pelo enquadramento das matérias pertinentes em temas de repercussão geral.³⁵

A formalização oficial do NARE e do NURG se deu a partir do modelo que privilegia a especialização das tarefas inerentes a cada microprocesso de trabalho. O primeiro núcleo era especializado na análise dos requisitos gerais e específicos dos recursos extraordinários; o

³³ A resolução nº 623 deu publicidade ao regulamento da Secretaria e revogou o regulamento publicado em 2003. Em 30/10/2023 esse regulamento foi revogado. O desenho dos órgãos que cuidam da admissibilidade recursal tiveram mudanças, mas não alterou o fluxo de análise de forma substancial.

³⁴ SANTOS, Lucilene Rodrigues; MIRANDA, Raulino Palha de, Juízo de admissibilidade recursal no Supremo Tribunal Federal: #100 AREs, in: MENDES, Gilmar Ferreira, LIRA, Daiane Nogueira de; FREIRE, Alexandre (coord). *Constituição, democracia e diálogo: 15 anos de jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli*. 2ª edição Belo Horizonte: Fórum, 2025, p. 1023-1037.

³⁵ LIRA, Daiane Nogueira de. SANTOS, Lucilene Rodrigues. MIRANDA, Raulino Palha de. Juízo de Admissibilidade no Supremo Tribunal Federal – Projeto #100% ARE. *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ar/artigo-lira-santos-miranda.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

segundo, na análise de enquadramento de temas afetos à repercussão geral. Esse redesenho permitiu o aperfeiçoamento da gestão do acervo de recursos ingressos no Tribunal e abriu caminho para a estratégia geral de gerenciar a totalidade dos recursos que chegavam ao tribunal.

Conforme já destacado, a criação dessas unidades faz parte da modelagem que foca a geração de valor, com ênfase na simplificação de fluxos e na integração entre setores. Nesse modelo de gestão por processos, as atividades são consideradas em sua sequência lógica, independentemente das divisões organizacionais. Desse modo, a alteração posterior da estrutura organizacional não exigiu alteração de processos de trabalhos consolidados, sem prejuízo dos esforços para a sua melhoria contínua.

O caso em estudo é paradigmático exatamente porque não teve impacto com a mudança implementada no biênio seguinte (2020/2022) pela Presidência do Ministro Luiz Fux.

Nessa esteira, cite-se o Ato Regulamentar nº 23 de 30 de setembro de 2020³⁶, que alterou a estrutura organizacional e criou a Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR).

Com a alteração normativa em referência, a primeira análise de admissibilidade saiu da Secretaria Judiciária e passou para a nova Secretaria. O Modelo de Processo de Negócio, no entanto, não foi alterado, mantendo os microprocessos de trabalho especializados. Nessa mesma oportunidade também houve a alteração dos núcleos de análise recursais vinculados à Presidência.

Com a nova estrutura, foi criada a Coordenadoria de Recebimento e Admissibilidade Recursal (CORA) e o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP), vinculados à Secretaria de Gestão de precedentes e, também, a Assessoria de Análise de Recursos (ARE), vinculada à Presidência, que recebia a atribuição antes representadas pelo NARE e NURG. Abaixo a transcrição na perspectiva do recorte ora analisado:

Art. 1º O Regulamento da Secretaria, tornado público pela Resolução nº 623, de 31 de outubro de 2018, e alterado pelo Ato Regulamentar nº 22, de 20 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º

VIII -

(...).

k) Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR)

1 - Coordenadoria de Recebimento e Admissibilidade Recursal (CORA)

2 - Coordenadoria de Análise de Jurisprudência (COJU)

3 - Coordenadoria de Integração Institucional (CINT)

4 - Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP)

“Art. 10.

.....

V - Assessoria de Análise de Recursos (ARE): assessorar o Presidente na gestão e no

³⁶ Publicado no DJe/STF, n. 240, p. 1-4 em 1/10/2020.

juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários, dos agravos de competência da Presidência, dos embargos de declaração e dos agravos regimentais interpostos contra as decisões proferidas no exercício dessa competência, bem como na análise de petições e outros documentos protocolados durante o processamento desses feitos; [...].

“Seção II-A

Da Secretaria de Gestão de Precedentes

Art. 16-A. A Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR) tem por finalidade desenvolver as atividades de recebimento, classificação e triagem dos recursos extraordinários e recursos extraordinários com agravo, de ampla e específica publicidade dos precedentes vinculantes e da jurisprudência da Corte e de integração administrativa com os gabinetes, secretarias, assessorias, tribunais e juízos diretamente vinculados ao STF e com os agentes responsáveis pelas funções essenciais à justiça.

§ 1º A SPR é composta das seguintes unidades, às quais compete:

I - Coordenadoria de Recebimento e Admissibilidade Recursal (CORA): realizar as atividades referentes ao recebimento, classificação, atuação, indicação de prevenção e distribuição de recursos extraordinários e agravos; analisar estes feitos para fins de sua submissão ao rito da repercussão geral em virtude da questão jurídica de mérito ou processual nele veiculada e identificação dos que devam ser sumariamente inadmitidos. (Brasil, 2020).

Importante destacar que o processo de trabalho dessas unidades também foi centrado na especialização das atividades, com microprocesso de trabalho bem definido para a realização da análise de enquadramento de temas e demais pressupostos recursais.

Já no contexto da alteração das regras negociais³⁷, conforme Miranda e Santos “sobre a diretriz de fomento à inovação tecnológica e o objetivo estratégico de alcançar a meta de ter o ‘Supremo 100% digital’, é importante consignar a revisão da base normativa do processo judicial eletrônico (PJE), de modo a deixar o processo de trabalho mais fluido, a qual foi introduzida por meio da Resolução nº 693, de 17 de julho de 2020, editada com o intuito de contemplar os avanços tecnológicos experimentados pelo Supremo Tribunal Federal”.³⁸

A exigência de tramitação de processos em meios digitais tinha razão de ser e será explorada em tópico adiante. Neste momento, já se pode adiantar que, em razão de todas as necessidades que acarretam a movimentação processual, não há falar em sistematização de fluxo de análise de forma eficiente a partir de autos físicos.

Entre as alterações das regras negociais que merecem destaque: “(i) a incorporação da regra prevista na Resolução nº 687/2020, que autoriza a divulgação de atos processuais ou jurisdicionais no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) no período das férias coletivas de

³⁷ “Regras de negócio definem como o trabalho será executado em cada atividade ou etapa em um fluxo de trabalho, ou em alto nível no contexto de execução de um processo. Representam o conhecimento institucional, a personalidade e o diferenciador competitivo da organização. (CBOK, 2015, p. 380).

³⁸ O artigo publicado em homenagem aos 15 anos de Jurisdição Constitucional foi escrito por este pesquisador em coautoria com a Chefe de Gabinete do Ministro Dias Toffoli (2ª edição Belo Horizonte: Fórum, 2025, p. 1030).

magistrados em janeiro e julho; e (ii) a desburocratização da inserção de documentos digitalizados nos autos eletrônicos e a devolução à origem pela Secretaria Judiciária dos feitos com vícios de processamento.”³⁹ A inovação legislativa que eliminou obstáculos que impediam os avanços tecnológicos buscados a partir do projeto matriz *#100% ARE*.

Alterações mais profundas foram implementadas também no que diz sobre as competências da Presidência do Tribunal, o que impactou de forma decisiva os resultados alcançados a partir das diretrizes e iniciativas lançadas pela Portaria nº 75 de 21 de março de 2019.⁴⁰ Transcrevo a parte que mais se conecta com o caso em estudo:

Art. 4º As diretrizes do Tribunal para o biênio 2019/2020 são as seguintes:

I – aprimoramento da gestão processual, com foco na colegialidade, na previsibilidade, na segurança jurídica, na coerência e na eficiência da prestação jurisdicional;

II – [...].

VII – modernização administrativa e fomento da inovação tecnológica, com foco nas atividades finalísticas do Tribunal e no atendimento às demandas dos jurisdicionados;

Art. 5º As iniciativas prioritárias do Tribunal para o biênio 2019/2020 são as seguintes:

IV – ampliar as possibilidades de julgamento pelo Plenário virtual;

V – reforçar o papel institucional das instâncias competentes pelo juízo de admissibilidade e pela aplicação da sistemática da repercussão geral, bem como a interlocução do Tribunal com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os núcleos de gerenciamento de precedentes (NUGEP), os tribunais e as turmas recursais;

VI – ampliar a atuação da Presidência no juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários e dos agravos em recursos extraordinários, bem como na gestão e no acompanhamento da sistemática da repercussão geral e dos processos representativos de controvérsia indicados pelos tribunais;

VII – [...];

XI – aperfeiçoar a coleta dos dados sobre o Tribunal e sua análise estatística, a fim de oferecer ao público interno e à sociedade de modo geral diagnósticos precisos da prestação jurisdicional do Tribunal;

XII - [...].

XIV – promover a adoção de novas tecnologias e formas de trabalho pelo Tribunal, a exemplo da unificação das plataformas do processo judicial, da modernização dos sistemas dos gabinetes de ministros, da inteligência artificial, da automação de procedimentos e fluxos processuais e do trabalho remoto, de modo a fomentar a eficiência e a celeridade da prestação jurisdicional;

XV – intensificar a digitalização e a conversão de processos físicos em eletrônicos, a fim de viabilizar a tramitação em meio eletrônico da integralidade dos processos do Tribunal. (Brasil, 2019).

A partir da definição das diretrizes e traçado o conjunto de iniciativas a serem implementadas, houve alteração do Regimento Interno para contemplar essas iniciativas. Diretamente ligado ao juízo de admissibilidade, cite-se os artigos 13 e 314-C, do RISTF. O

³⁹ Idem.

⁴⁰ Publicada no DJe/STF, n. 57, ed. extra, p. 1-2 em 22/3/2019.

artigo 13 amplia a competência da presidência para julgar pretensão contrária a jurisprudência dominante ou a súmula do Supremo Tribunal Federal. Já o artigo 314-C determina o registro à Presidência de todos os agravos, exceto os “oriundos do Tribunal Superior Eleitoral e aqueles concernentes a matérias criminais em que haja prevenção”:

Art. 13. São atribuições do Presidente:

[...].

V – [...].

c) como Relator, nos termos dos arts. 932 e 1.042 do Código de Processo Civil, até eventual distribuição, as petições, os recursos extraordinários e os agravos em recurso extraordinário ineptos ou manifestamente inadmissíveis, inclusive por incompetência, intempestividade, deserção, prejuízo ou ausência de preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, bem como aqueles cujo tema seja destituído de repercussão geral, conforme jurisprudência do Tribunal; (Redação dada pela Emenda Regimental n. 54, de 1º de julho de 2020)

d) como Relator, nos termos dos arts. 932 e 1.042 do Código de Processo Civil, até eventual distribuição, os recursos extraordinários e os agravos que veiculem pretensão contrária a jurisprudência dominante ou a súmula do Supremo Tribunal Federal; (Redação dada pela Emenda Regimental n. 54, de 1º de julho de 2020)

[...].

Art. 314-A. O agravo em recurso extraordinário será registrado ao Presidente para que exerça as atribuições conferidas no art. 13, v, c e d, ou determine a distribuição dos processos quando não identificar a presença dos óbices nelas previstos. (Incluído pela Emenda Regimental n. 54, de 1º de julho de 2020)

Parágrafo único. Os agravos oriundos do Tribunal Superior Eleitoral e aqueles concernentes a matérias criminais em que haja prevenção, nos termos deste regimento, serão encaminhados diretamente à distribuição. (Incluído pela Emenda Regimental n. 54, de 1º de julho de 2020). (Brasil, 2025).

Essas mudanças estruturais vieram acompanhadas de forte interação com os tribunais de origem e de investimento em novas tecnologias.

Seguindo a diretriz traçada e o conjunto de iniciativas trazidas pela Portaria nº 75 de 2019, artigo 4º, inciso V: a “interlocução do Tribunal com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os núcleos de gerenciamento de precedentes (NUGEP), os tribunais e as turmas recursais já referida” também foi importante no redesenho do modelo de processo de trabalho. Uma análise mais detalhada será apresentada no tópico seguinte.

Sob esse enfoque, o diálogo institucional com os demais atores que compõem o Sistema de Justiça foi o componente que esteve presente no redesenho do modelo de negócio e está conectado às diretrizes de valorização do diálogo e de fortalecimento do Poder Judiciário para o aprimoramento da gestão processual e da prestação jurisdicional.

Conforme já referenciado, a “maior integração entre o STF e os demais Tribunais do País, por exemplo, foi fundamental para o êxito do projeto Juízo de Admissibilidade e para o alcance da meta *#100% ARE*.”

Nesse contexto também se inserem os cursos coordenados pelo CNJ, em parceria com as Presidências do STF e do STJ, voltados para o aperfeiçoamento das habilidades dos servidores que atuam diretamente no juízo de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial.

1.3. Da inovação tecnológica e simplificação do fluxo de análise

Após a implantação do novo modelo de processo de trabalho, uma nova ferramenta começou a ser prospectada, já que as regras negociais passaram a garantir maior segurança ao desenho e desenvolvimento da solução.

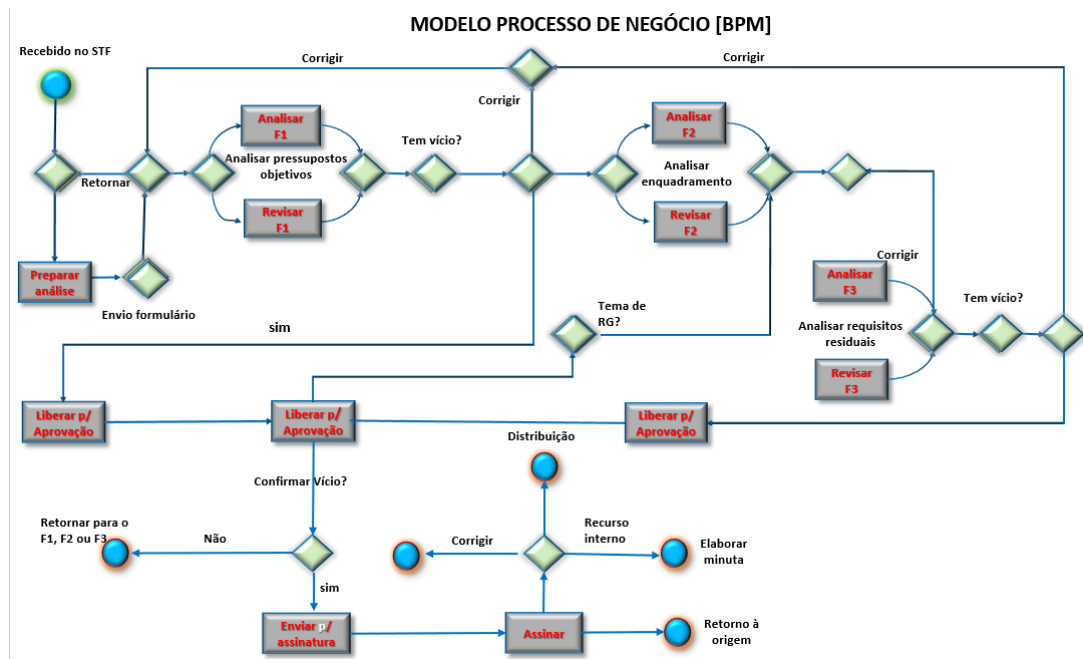
O projeto de automatização de minutas padronizadas e de sistematização do trâmite processual foi desenvolvido para substituir procedimentos tradicionais com maior propensão a erros e sem fluxos alinhados com as novas diretrizes. Para isso, instituiu-se um sistema de formulários com o objetivo de otimizar o fluxo dos processos recebidos no STF.

O modelo de alta especialização demandou a implementação de pelo menos quatro processos de trabalho, seguindo a reestruturação já descrita em item anterior deste capítulo, todos organizados em um fluxo orientado por tarefas, semelhante a um grafo. Note-se que sob a perspectiva da sistematização de fluxo de trabalho, um grafo é uma representação visual das fases de classificação e análise de um processo. Os elementos do processo (tarefas, decisões, eventos) são representados por vértices, enquanto suas inter-relações são expressas por arestas. Essa estrutura permite identificar, organizar e analisar o encadeamento lógico e sequencial das atividades.

Traduzindo esse conceito para tarefas e trâmite processual do caso em estudo, o grafo é um caminho seguro no qual cada etapa e evento são registrados, organizando os dados de forma estruturada. A finalização de uma tarefa marca o fim de um processo e inaugura o subsequente de forma segura e célere.

Nesse modelo orientado por processo e sem apego a divisões departamentais, por uma automação simples e sofisticada, as tarefas são um encadeamento de classificação, análise processual, elaboração e revisão de minutas de forma célere e segura. Numa visualização linear o caso em estudo ficaria assim representado:

Figura 2: Modelo Processo de Negócio (BPM)



Fonte: MBA/USP (2023). Disponível em: Biblioteca do STF.

O desenho possibilitou uma análise estruturada, com formulários categorizados preenchidos dentro do microprocesso de trabalho especializado. O sistema filtra a minuta cadastrada pela assessoria da Presidência, conforme cada situação, enquanto a identificação dos processos permite agrupar casos semelhantes para decisões mais ágeis e uniformes.

Após análise inicial por servidores de cada microprocesso de trabalho responsável pela primeira análise, uma nova tarefa é criada para a equipe da Presidência. A sistematização da análise dos recursos extraordinários resultou em uma revisão do sistema de atuação, tornando o fluxo de admissibilidade recursal mais eficiente desde o recebimento do recurso.

O novo microssistema integrou os fluxos de trabalho no sistema digital da Corte, promovendo tarefas mais rápidas e seguras. O fluxo é concluído com a publicação da decisão e os trâmites posteriores: devolução do processo à origem ou distribuição aos gabinetes dos Ministros.

Importante destacar que o modelo de processos negócio orientado por tarefa foi regulamentado pelo Procedimento nº 11 de 2020,⁴¹ nos seguintes termos:

⁴¹ Publicada no DJe/STF, Ed. Extra, n. 195, p. 1-11 em 5/8/2020. Regulamenta o § 3º do art. 5º-A da Resolução nº 642, de 14 de junho de 2019, quanto ao envio de arquivos de sustentação oral por meio eletrônico e a Resolução nº 693, de 17 de julho de 2020, quanto ao meio oficial de processamento de peças, tamanho e formato de arquivos de texto e de mídias eletrônicas e dá outras providências.

“Art. 10. Para fins de conferir transparência ao jurisdicionado, os andamentos processuais realizados no âmbito da Presidência e da SEJ⁴², ressalvadas as exceções legais ou comando judicial que os restrinja, serão registrados de forma automática e disponibilizados no Portal do STF.

§ 1º A STI implantará o lançamento automático dos andamentos processuais e substituirá o modelo atual de atribuição de responsabilidade por deslocamento para o de gerenciamento orientado por tarefas e por situação dos processos, de forma gradual”. (Brasil, 2020).

A automatização da análise dos recursos extraordinários mediante o uso controlado de ferramentas tecnológicas representou uma etapa fundamental no projeto de transformação digital, que foi incorporado aos objetivos estratégicos do STF nas gestões recentes, conforme a Portaria nº 75 de 2019. Essa iniciativa inclui, entre outras ações, a revisão integral da arquitetura do sistema de autuação recursal e do fluxo de admissibilidade dos recursos no âmbito da Presidência.

No âmbito do juízo de admissibilidade, a automatização da publicação de todos os pronunciamentos judiciais foi implementada, sendo iniciada com a assinatura do Ministro Presidente. Nessa etapa, nos casos de pronunciamentos irrecorríveis (despachos), o sistema procede automaticamente ao envio dos autos à instância de origem. Mais um indicativo de que o princípio da celeridade foi observado de maneira qualitativa, uma vez que a admissibilidade recursal se desdobra em vários microprocessos de trabalho, especializados e analíticos⁴³ (Santos; Miranda, 2025, p. 1030).

Importante destacar que na prospecção do Projeto Admissibilidade não se envolveu uso de Inteligência Artificial (IA). A Ferramenta foi desenvolvida com uma automação simples a partir da sistematização do fluxo de análise orientado por tarefa. Além disso, a solução tecnológica foi econômica, uma vez que foi desenvolvida diretamente por equipe da Secretaria de Tecnologia e Informação do Supremo Tribunal Federal.

Destaque-se que o Projeto Victor, quando a implementação ainda estava em fase de aperfeiçoamento e de “estágio supervisionado”, foi acoplado ao fluxo de análise no ponto que cuidava da identificação dos temas de repercussão geral de maior incidência apenas no biênio

⁴² A Secretaria Judiciária (SEJ) era responsável pela classificação e pela autuação de todos os feitos até a distribuição e também era responsável pela tramitação dos processos após comandos dos Gabinetes e da Presidência. Com a criação da Secretaria de Precedentes (SPR) em setembro de 2020, a classificação e autuação dos recursos extraordinários e agravos passaram a ser responsabilidade desta Secretaria até o momento da distribuição.

⁴³ SANTOS, Lucilene Rodrigues; MIRANDA, Raulino Palha de. Juízo de admissibilidade recursal no Supremo Tribunal Federal: #100% AREs, in: MENDES, Gilmar Ferreira, LIRA, Daiane Nogueira de; FREIRE, Alexandre (coord). *Constituição, democracia e diálogo: 15 anos de jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli*. 2ª edição Belo Horizonte: Fórum, 2025, p. 1030.

seguinte. No entanto, é importante registrar que o indício de enquadramento de tema de repercussão geral dentre os treinados e apontados pela IA passava pelo controle de todos os microprocessos de trabalho. O real impacto de seu uso será examinado quando analisarmos os marcos de implementação de cada fase do Projeto Admissibilidade, bem como o impacto para celeridade no julgamento e para a redução do acervo do Tribunal.

1.4. Contextualizando: um olhar sobre o formato anterior à sistematização do fluxo de admissibilidade

Além da alteração normativa, do redesenho do processo de trabalho e da inovação tecnológica, o projeto se destacou também pela transformação cultural. A premissa fundamental é que a qualidade do produto final está diretamente relacionada à qualidade do processo utilizado para produzi-lo. Representa uma mudança cultural dentro da organização que transforma positivamente sua maneira de operar em um todo consistente e coerente para satisfazer melhor as necessidades do negócio e de seus clientes” (CBOK, 2015, p. 357). Do ponto de vista normativo, destacam-se duas alterações que marcam a mudança do modelo de processo de negócio.

A primeira alteração normativa diz sobre a normatização da automatização dos andamentos processuais e de movimentação processual internamente. Conforme já mencionado, o lançamento automático “dos andamentos processuais substituirá o modelo atual de atribuição de responsabilidade por deslocamento para o de gerenciamento orientado por tarefas e por situação dos processos”.⁴⁴ Neste aspecto, percebe-se uma mudança cultural cristalizada em razão do meio processual físico que perdurou por muito tempo na rotina do Tribunal.

Nessa rotina, em linhas gerais, o microprocesso de trabalho só recebe suas atribuições quando o processo estiver no setor responsável. Importante notar que mesmo com o processo tramitando em quase sua totalidade em meio eletrônico, havia uma manutenção da rotina peculiar a análise de processos físicos por força da cultura cristalizada desse modelo.

Exemplificativamente, se existissem quatro setores distintos responsáveis por classificação, autuação, análise processual e elaboração de minuta, a atuação de cada um deles seria fragmentada. Nesse exemplo, o primeiro analista classifica e cadastra o processo. Ao

⁴⁴ Processo aqui usado como instituto jurídico processual.

concluir essa fase, ele ingressa no sistema de processamento e faz o deslocamento do processo para o setor seguinte, quando somente neste momento esse setor começaria a atuar. Essa mesma rotina se aplicaria em todos os setores responsáveis pelas etapas seguintes até chegar no seu último “cliente”. Assim, lançando olhar sobre essa rotina narrada, fica evidenciada a existência de um gargalo de fluxo passível de correção.

A segunda alteração normativa diz sobre a ampliação da competência da Presidência do Supremo Tribunal Federal, especialmente a prevista no artigo 314-A do RISTF. A partir dessa alteração todos os agravos passaram a ser submetidos ao Registro da Presidência. A distribuição seria determinada quando não identificados óbices jurídicos. A ressalva ficou apenas para as hipóteses de processos oriundos do Superior Tribunal Eleitoral e para as matérias criminais, quando verificada a prevenção de algum Ministro ou Turma. As demais matérias passaram a ter o registro à Presidência de forma impositiva.

Dito de forma contrária, até o advento da alteração regimental introduzida pela Emenda Regimental nº 54 de 2020, nem todos os recursos eram registrados à Presidência. E foi a partir dessa lacuna que se criou a meta 100% ARE, traçada no final de 2018.⁴⁵

Conforme levantamento realizado em meados de 2018, cerca de 45% dos recursos extraordinários eram distribuídos diretamente pela Secretaria Judiciária sem prévio registro à Presidência. O índice de êxito desses recursos ao ser apreciado pelos Ministro Relatores era de 0,6%, o que despertou um olhar sobre a necessidade de maior atuação do Ministro Presidente nesses casos. Essa mudança será abordada no capítulo seguinte quando analisado o impacto do projeto na formação do acervo⁴⁶ do Supremo Tribunal Federal.

Importante também destacar que neste formato anterior, a ferramenta utilizada pelo microprocesso de trabalho desenvolvido no âmbito da SEJ e pela Presidência tinha muitas limitações. Tratava-se de ferramentas de tecnologia que não estavam mais à altura das demandas da Corte. Conforme já anunciado, a SEJ trabalhava, em linhas gerais, com três ferramentas que não se conversavam. Uma para classificação e atuação, outra para tramitação

⁴⁵ Como visto, no início da gestão do Ministro Dias Toffoli como Presidente do STF (setembro de 2018), cerca de 54% dos recursos eram encaminhados à Presidência com apontamentos de óbices a seu seguimento ou com enquadramento em tema de repercussão geral.

⁴⁶ A partir da identificação de que 99,4% dos AREs tinham seu seguimento negado pelos ministros relatores com a confirmação do juízo negativo de admissibilidade feito pelos tribunais de origem e juizados especiais, foi formulado o Projeto Juízo de Admissibilidade com a meta ambiciosa #100% ARE. O resultado final almejado era consolidar substancial redução do número de processos distribuídos aos gabinetes dos ministros e viabilizar a concentração de esforços na apreciação de casos complexos e de maior relevância, preservando a vocação constitucional da Corte.

processual e a última para gestão de acervo.

Ao que se percebia, o modelo de processo de negócio implementado era decorrência das ferramentas de tecnologia usadas. Para modelar um novo fluxo a ferramenta de trabalho precisava ser modernizada de modo a trazer para o mesmo ambiente todas as atividades inerentes a autuação, análise e elaboração de minutas.

1.5. Formato de registro à Presidência anterior ao Projeto Admissibilidade

Importante destacar que antes mesmo da implementação da ferramenta de extração de minutas padronizadas a partir de um preenchimento de formulário no qual o analista registrava todas as fases de análise e identificava com precisão as peças analisadas e seu resultado, já existia na SEJ uma modelagem que permitia fazer uma análise processual preliminar importante. A partir dessa análise, era elaborada uma certidão e registrado o feito à Presidência.

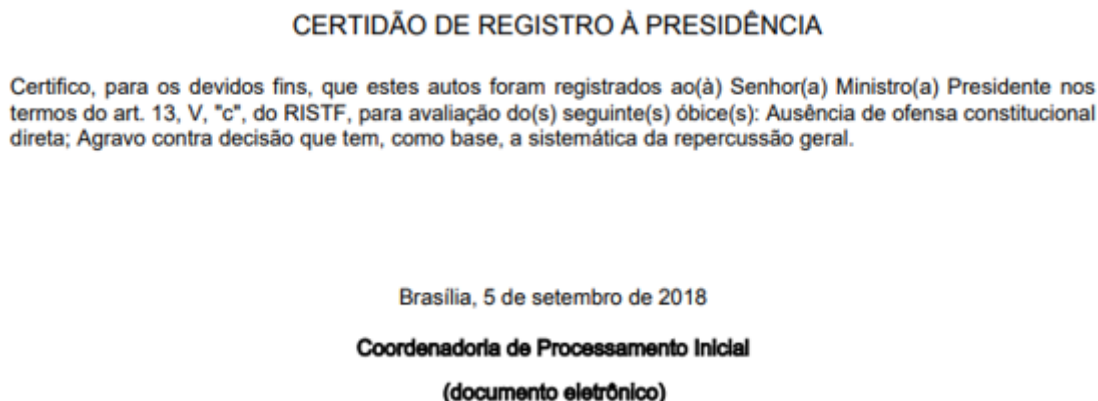
Verifica-se, no entanto, que as limitações de ferramentas e a ausência de integração via sistema tornava o processo de trabalho exaustivo em ambas as pontas. Isso porque a nova análise pela Presidência não reaproveitava as energias empregadas na análise inicial. Uma nova análise era empreendida para chegar à conclusão de que efetivamente existia um óbice processual ou se a hipótese era de enquadramento de tema. Nas figuras 3 e 4 abaixo fica evidenciada a existência do resultado de análise que culminou com o registro à Presidência com apontamento de enquadramento em tema ou com o indicativo de óbice jurídico:

Figura 3: Modelo de certidão de enquadramento de tema.



Fonte: Brasil (2018).

Figura 4: Modelo de certidão de apontamento de óbice processual.



Fonte: Brasil (2018).

Observe-se que nesse modelo foi realizada uma análise processual que, verificada a hipótese de enquadramento em tema de repercussão geral ou a coexistência de óbice processual, os feitos foram registrados à Presidência. Sob a perspectiva das orientações em tão vigentes, caso a Secretaria Judiciária não vislumbrasse o preenchimento dos requisitos do art. 13, V, C, do RISTF, o processo seria distribuído.

Em momento posterior, contudo, como já foi destacado acima, verificada a inexistência de vício pela SEJ, o processo passa a ser também registrado à Presidência, que continua na análise por equipe de assessoria, podendo atingir resultado diverso.⁴⁷ E de fato isso acontecia na maioria dos casos. No capítulo seguinte vamos analisar o impacto que essa mudança operou

⁴⁷ Importante esclarecer que a proposta do novo modelo implica em uma análise cuidadosa em observância das regras regimentais e tende a promover celeridade e isonomia. Há o preenchimento do princípio constitucional razoável duração do processo e visa a eficiência da prestação jurisdicional.

e como ela conduziu uma redução sensível no acervo recursal do tribunal.

1.6. Conclusão

O Projeto Admissibilidade, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, conforme já referenciado, integrou as diretrizes e estratégias que visavam a redução de recursos distribuídos para os Gabinetes dos Ministros.

Por se tratar de projeto transversal e que exigia a criação de ferramenta de tecnologia, sua implantação foi gradual, com fases de entregas realizadas entre setembro de 2019 e abril de 2021. Conforme os relatórios de gestão e de atividade do tribunal publicados em 2019, 2020 e 2021, as entregas foram realizadas em etapas:

Etapas 1: Questionário 1. Análise de pressupostos objetivos atinentes às matérias cíveis veiculadas nos recursos extraordinários e agravos;

Etapas 2: Questionário 2. Análise de enquadramento de temas nos recursos nas matérias cíveis veiculadas nos extraordinários e agravos;

Etapas 3: Questionário 3. Análise de pressupostos subjetivos para os AREs cíveis e criminais;

Etapas 4: Conexão de microserviços de publicação e baixa automáticas; e

Etapas 5. Análise dos pressupostos subjetivos para os REs e AREs.

Note-se que o alvo inicial do projeto era a classe de agravos. Ao final da implantação do projeto (abr. 2020), 73,4% de todos os recursos recebidos no STF passaram a ser decididos pela Presidência e apenas 26,6% dos recursos eram distribuídos aos Ministros. Ao final do biênio seguinte (2020 a 2022), com a consolidação do Projeto Admissibilidade, os processos passaram a tramitar na Presidência em patamar superior a 90% com redução também do número de distribuídos aos gabinetes (cerca de 20% do total ingresso na Corte).

No início da gestão do biênio de 2018 a 2020, o percentual de recursos registrados à Presidência com indicação de óbices a seu seguimento ou com enquadramento em tema de repercussão geral era de cerca de 54,11%. Com a implementação da ferramenta, o projeto alcançou a meta de analisar 100% nos ARE cíveis, correspondendo a 87% dos AREs recebidos no Tribunal (Lira *et al.*, 2020).

Outro registro importante a se fazer é o fato de que no projeto prospectado não havia previsão de utilização de suplementos de IA. No entanto, já era uma certeza que, por estar dentro de um ambiente nativamente digital, o desenvolvimento de ferramentas inteligentes que

permitiriam uma maior agilidade ao fluxo de análise se tornaria propício. Nessa perspectiva, a partir de dezembro de 2020 o Projeto Victor foi efetivamente colocado em produção. Elenco trecho de notícia veiculada no Portal do STF em maio de 2021.

O Projeto Victor, fruto de uma parceria entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Universidade de Brasília (UnB), é um importante marco no Judiciário brasileiro e referência no cenário internacional, por seu pioneirismo na aplicação de inteligência artificial para resolver ou mitigar os desafios pertinentes a uma maior eficiência e celeridade processuais. Tal iniciativa encorajou os demais Tribunais do país a buscarem na inovação e na tecnologia o auxílio necessário para apoiar a atividade jurisdicional.

Iniciado no final de 2017, na gestão da ministra Cármen Lúcia na presidência da Corte, o Victor foi idealizado para auxiliar o STF na análise dos recursos extraordinários recebidos de todo o país, especialmente quanto a sua classificação em temas de repercussão geral de maior incidência.

Para o adequado uso de Inteligência artificial aplicada em linguagem natural (texto), tornou-se objeto do Victor a execução de quatro atividades:

- conversão de imagens em textos no processo digital ou eletrônico;
- separação do começo e do fim de um documento (peça processual, decisão, etc);
- separação e classificação das peças processuais mais utilizadas nas atividades do STF e;
- a identificação dos temas de repercussão geral de maior incidência.

(...)

A solução de tecnologia que possibilita a pesquisa textual das peças do processo e sua leitura por máquina (ocerização) encontra-se efetivamente implementada desde o final de dezembro de 2020 para as classes recursais, recurso extraordinário e recurso extraordinário com agravo.

Desde então, portanto, todos os recursos recebidos diariamente no STF em meio eletrônico têm suas peças devidamente ocerizadas no mesmo dia, ou seja, eventual camada de imagem em seus pdfs é convertida automaticamente em texto. Até maio de 2021, este procedimento ocorreu em mais de 10 milhões de páginas. (Brasil, 2021).

Sobre a utilização da Inteligência Artificial neste contexto, é importante também notar que o Projeto Victor teve alcance limitado ao auxílio de enquadramento em tema de repercussão geral. Seu alcance atingiu cerca de 30 temas entre os mais de 1.400 temas já apreciados no âmbito da Corte. Trata-se de um “indicativo que sempre é validado ou confirmado durante a efetiva apreciação do caso concreto pelo Ministro Presidente”.⁴⁸

⁴⁸ Notícia veiculada no Portal do STF em maio de 2021. “O Victor é uma inteligência artificial voltada para apoiar a atividade de análise de admissibilidade recursal, mediante sinalização de que um dado tema de repercussão geral, ou mais de um, se aplica ao caso dos autos. Trata-se, portanto, de um indicativo que sempre é validado ou confirmado durante a efetiva apreciação do caso concreto pelos ministros.

Atualmente, todos os recursos extraordinários e recursos extraordinários com agravo recebidos no STF são autuados e analisados pela Secretaria de Gestão de Precedentes e decididos pelo ministro presidente.

Decidindo-se pelo enquadramento em tema de repercussão geral, o processo é devolvido à instância de origem para sua apreciação. Em caso negativo, e igualmente não se verificando outras questões processuais, como a tempestividade e oportunidade de aplicação de súmulas, o presidente determina a distribuição dos recursos aos demais ministros da Corte.

No entanto, o que se extrai dessa pesquisa é que a solução de automação simples pode trazer resultados mais rápidos e efetivos com entrega de valor relevante para a organização, ainda que sem um apelo inerente a novas tecnologias baseadas em Inteligência Artificial.

Outro dado relevante é que a ferramenta foi desenvolvida por equipe de servidores da Secretaria de Tecnologia do STF, o que permitiu uma interação ágil com a área negocial do Tribunal e um ajuste fiel ao modelo de processo de negócio adaptativo à Plataforma Digital.

A análise de riscos auxiliou para permitir a continuidade do projeto com a troca de gestão. A contramedida adotada passou pelo envolvimento dos gestores que sucederam à gestão então em curso e de todos os interessados, incluindo os órgãos de cúpula do Poder Judiciário, vez que está sobre sua esfera de atuação disciplinar o uso de novas tecnologias e, também, a criação de padrões unificados de gestão de sistema de tecnologia.

Por fim, a adaptabilidade do modelo permite que o fluxo de análise seja aperfeiçoado ou modificado com a inclusão de novas tecnologias para agrupamento de processos similares. Neste aspecto, a partir das observações realizadas quanto à acurácia do Victor, no que toca ao enquadramento de tema e suas limitações, outras possibilidades de agrupamento de matérias por similaridades passou a ser desenvolvida como parte evolutiva da sistematização da admissibilidade recursal no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

A efetividade de todas as medidas, inclusive das implementadas após a consolidação do projeto admissibilidade ficará evidenciada no capítulo três, quando for examinar a entrega de valor do projeto a partir do recorte do período imediatamente anterior à implementação do projeto, dos recortes de cada etapa de entrega e, por fim, de seu legado.

Capítulo 2. Um ajuste de expectativa no uso da inteligência artificial generativa como ferramenta para auxílio da atividade jurisdicional no STF

2.1. Considerações iniciais

Este capítulo propõe uma reflexão crítica sobre o uso de Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário, em especial os desafios relacionados à sua aplicação em atividades de elaboração de minutas. A partir da experiência com o Projeto Admissibilidade e sua sistematização orientada por tarefas, observa-se que soluções tecnológicas mais simples e econômicas podem gerar alto valor institucional.

Uma máxima relacionada ao progresso tecnológico sustenta que toda inovação está envolta em um ciclo no qual, primeiro, há uma expectativa inflada em relação à inovação correspondente; depois, há a desilusão quanto às suas verdadeiras capacidades; e, finalmente, uma recuperação da confiança no valor futuro dessa tecnologia. Esse fenômeno, conhecido como ciclo de hype,⁴⁹ foi proposto pela consultoria Gartner e é consistente com os altos e baixos aos quais a inteligência artificial, entendida como um fenômeno disruptivo no presente e no passado recente, tem sido submetida (Castilho, 2024)⁵⁰.

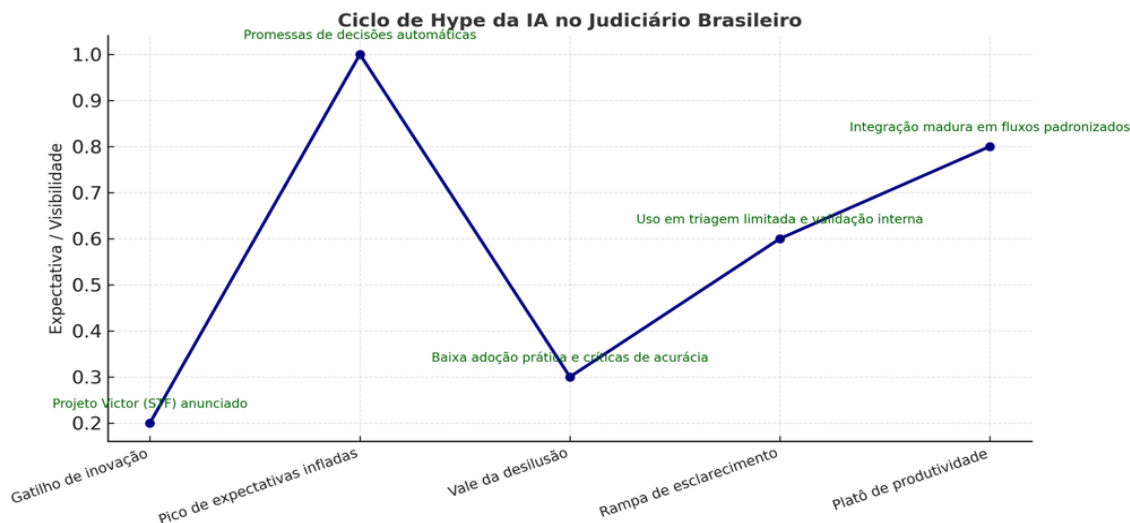
A partir da afirmativa acima é importante situar o uso atual da inteligência artificial generativa no Judiciário Brasileiro. O escopo desta pesquisa não é exatamente aprofundar sobre o discurso atual no que se insere à IA generativa. Todavia, acredita-se que seja oportuno nos perguntar em qual quadra estamos situados. A figura a seguir apresenta o esquema evolutivo e o estado da arte do Projeto Victor.

⁴⁹ As cinco fases do Ciclo de hype:

1. Gatilho de inovação – a tecnologia surge e chama atenção, mas ainda sem aplicações maduras.
2. Pico de expectativas infladas – mídia e mercado criam entusiasmo exagerado, muitas promessas.
3. Vale da desilusão – resultados abaixo do esperado geram frustração e abandono por parte de alguns.
4. Rampa de esclarecimento – aplicações reais começam a aparecer, expectativas se tornam realistas.
5. Platô de produtividade – a tecnologia se consolida, com uso estável e benefícios comprovados.

⁵⁰ Una máxima relacionada con el progreso tecnológico sostiene que toda innovación tecnológica se encuentra inmersa en un ciclo en el que, en primer lugar, se produce un sobredimensionamiento de las expectativas relacionadas con ella; más tarde, una desilusión sobre sus verdaderas capacidades, y, finalmente, una recuperación de la confianza en el valor futuro de esta tecnología (Dedehayir y Steinert, 2016). Este fenómeno, conocido como ciclo de la exageración (hype cycle) fue propuesto por la consultora Gartner y coincide plenamente con los vaivenes a los que se ha visto sometida la inteligencia artificial, entendida como un fenómeno disruptivo en el presente y en el pasado cercano. (López del Castillo, 2024, p. 6).

Figura 5: Ciclo de Hype da IA no Judiciário brasileiro



Fonte: Elaborado por o autor (2025).

O exemplo do Projeto Victor é ilustrativo. Contudo, é possível afirmar que o projeto pioneiro no judiciário brasileiro já produz resultado? Em qual medida? Quantos temas foram treinados e qual o impacto que produz no quantitativo de processos analisados?

Inegavelmente, o impacto de projetos de inovação tecnológica se expande para além do objetivo pretendido. No caso específico, o Projeto Victor foi um ponto de partida para outros tribunais promoverem iniciativas de desenvolvimento de Inteligência Artificial. Conforme descrevem os pesquisadores envolvidos no Projeto – Braz e Silva –, o projeto de imediato produziu impacto social, uma vez que gerou oportunidades para vários pesquisadores interessados no tema.⁵¹

No escopo do Projeto Victor, no entanto, não compreende a geração de minuta de decisão, tampouco prescinde de validação pela equipe especializada da assessoria do Ministro Presidente. Ele se coloca como “uma inteligência artificial voltada para apoiar a atividade de análise de admissibilidade recursal, mediante sinalização de que um dado tema de repercussão

⁵¹ Conforme noticiado no Portal STF em 19 de agosto de 2021: “Mesmo ainda não definitivamente em funcionamento, o Victor já causou um grande impacto social. Segundo Fabrício Ataides Braz, professor da UNB, o projeto beneficiou diretamente cerca de 40 bolsistas, entre mestrandos e doutorandos, que integraram a equipe do Victor. “O mercado é muito carente na área de inteligência artificial. Os profissionais que fizeram parte do projeto foram disputados”, diz. O relevante impacto social também se mostra quanto ao aprendizado no contato com a infraestrutura e a área de Tecnologia de Informação do STF. “Essa troca de experiência rendeu um grande aprendizado, pois é um trabalho conduzido de forma muito profissional. O projeto também teve um grande impacto nas nossas pesquisas”, aponta, diante do tamanho do desafio proposto e do cenário diverso e repleto de incertezas. Também professor da UNB, Nilton Correia da Silva reforça que todos os códigos usados no Victor são abertos, o que facilita a disseminação de conhecimento, e toda tecnologia e aprendizado são transferidos ao STF. Ele salienta ainda que, na inteligência artificial, é preciso ter saberes multidisciplinares. “Tivemos que entender a área científica do processo judicial”, destaca.

geral, ou mais de um, se aplica ao caso dos autos. Trata-se, portanto, de um indicativo que sempre é validado ou confirmado durante a efetiva apreciação do caso concreto pelos ministros”⁵² sem alcançar todos os temas existentes.

2.2. O uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG) no Judiciário sob a lente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Conforme mencionado, o objeto desta pesquisa não integra uma análise aprofundada do uso de IAG no Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, o tema é candente e está no centro das discussões que integram o ciclo de inovação tecnológica no Supremo Tribunal Federal.

No Supremo Tribunal Federal já existem em produção pelo menos três produtos que se colocam como IAG. O pioneiro é o Projeto Victor, que atualmente está acoplado ao questionário responsável pelo enquadramento de temas de repercussão geral. Paralelamente, foram noticiados mais dois projetos que se utilizam de Inteligência Artificial e se vinculam à atividade-fim. São eles: Projeto Vitória e Projeto Maria. O primeiro é utilizado no auxílio da análise processual e do agrupamento de processos por similaridade; o segundo pretende entregar sugestão de minutas de relatórios e ementas.

Ao que parece até o momento, não há um levantamento da efetividade desses projetos na atividade judicante. No contexto geral do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça fez um importante levantamento sobre a expectativa do usuário no uso dessa ferramenta.

Descreve o sumário executivo do relatório divulgado que a pesquisa “aborda aspectos de governança⁵³ sobre o uso de sistemas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) pelo Poder Judiciário e relata os resultados de pesquisa sobre o uso de ferramentas de IAG de texto pelos(as) magistrados(as) e servidores(as) dos tribunais brasileiros”.

Este pesquisador fará uma breve análise dessa pesquisa realizada pelo CNJ, extraindo dela os achados que de algum modo possam subsidiar os resultados deste estudo.

Inicialmente, observa-se que, sob a perspectiva da governança, o relatório aponta que

⁵²Disponível em <https://noticias.stf.jus.br/posts/noticias/projeto-victor-avanca-em-pesquisa-e-desenvolvimento-para-identificacao-dos-temas-de-repercussao-geral>.

⁵³ No campo da Inteligência Artificial responsável, o conceito de governança diz respeito à implementação de valores, por meio de regras, práticas e procedimentos que alinhem o uso da tecnologia às melhores práticas para mitigação dos riscos inerentes ao seu desenvolvimento e emprego. Portanto, a compreensão dos principais tipos de riscos inerentes ou associados à inteligência artificial é chave para desenvolver mecanismos de governança adequados. (Relatório p. 17).

[...] as medidas para mitigar riscos de sistemas de Inteligência Artificial (IA) tradicionais a direitos humanos e interesses coletivos, como os riscos de erros, opacidade, discriminação, violações à privacidade e à proteção de dados, impactos sobre o trabalho e o meio ambiente, não são suficientes para lidar com os desafios trazidos pelo desenvolvimento e pelo emprego de IAGs, o que justifica a revisão de políticas de governança nos tribunais e da regulamentação vigente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

(...).

A popularidade das IAGs descentralizou a decisão sobre o seu uso em organizações, e seu emprego deixou de ser transparente, tornando necessários, em função dos riscos, a adoção de medidas para levantamento dos usos realizados e o estabelecimento de políticas de governança próprias para essa tecnologia. (Brasil, 2024).

No que se refere às experiências dos servidores e magistrados, a pesquisa revela um dado curioso: uma parte expressiva já fez uso de IAG em atividades particulares ou profissionais, mas a frequência de uso ainda é baixa. Descreve a pesquisa que

[o] uso da ferramenta por magistrados(as) e servidores(as) é significativo (cerca da metade já teve experiência de uso, não necessariamente no exercício de suas atividades no tribunal), sendo o seu emprego nas atividades profissionais considerável. A frequência de uso ainda é baixa, rara ou eventual para a maioria dos(as) respondentes. Tanto o uso quanto a frequência de uso da IAG se elevam entre magistrado(as) e servidores(as) que desenvolvem atividades acadêmicas como discentes ou docentes. (Brasil, 2024).

Sobre o nível de engajamento dos usuários, a pesquisa revela que

os(as) respondentes, considerando tanto os que usam quanto os que não usam e não têm familiaridade com a ferramenta, apontam interesse e crença na adequação do uso de IAGs para busca de jurisprudência. Tal elemento indica a conveniência de medidas para esclarecimento sobre limitações e usos adequados, como orientações e guias, além de treinamento de magistrados(as) e servidores(as). (Brasil, 2024).

Outro dado que merece atenção especial é quanto ao impacto social e profissional provocado pelo uso da IAG. Sobre esse prisma, a pesquisa revela uma preocupação dos entrevistados:

[...] magistrados(as) e servidores(as) trazem preocupações quanto a impactos sociais da ferramenta e sobre as relações humanas no ambiente de trabalho, considerando a adequação da inteligência artificial para realizar tarefas típicas da atividade jurisdicional que demandam sensibilidade humana, a necessidade de adaptação gradual às inovações tecnológicas, a conveniência de programas de capacitação e a valorização do servidor público. (Brasil, 2024).

O escopo do projeto foi apresentado com precisão na introdução do relatório de pesquisa. Passa-se a um breve resumo para, no empós, buscar trazer alguma correspondência com o escopo dessa dissertação.

Um dado relevante, e que merece um estudo voltado especificamente sobre esse fenômeno, diz sobre a multiplicidade de projetos que visam desenvolver ferramentas que em maior ou menor escala se utilizam de suplementos de Inteligência Artificial. Em regra, essas soluções de inovação se aproximam por buscar resolver os mesmos desafios comuns e inerentes a todo o sistema de justiça. Se uma aplicação pode ser usada em vários contextos, por que não unir esforços e talentos para seu desenvolvimento?

A pesquisa desenvolvida pelo CNJ revela que

[...] No âmbito da Administração Pública nacional, os tribunais têm liderado as aplicações de inteligência artificial. De acordo com dados de pesquisa do CNJ, 66% dos tribunais brasileiros têm projetos de IA em desenvolvimento e, no âmbito do Sinapses, já há registro de 147 sistemas de IA aplicados a diferentes tarefas nos tribunais.

Atualmente, predominam nas aplicações de IA aos tribunais e à prática jurídica em geral os modelos de aprendizado de máquina que extraem padrões em documentos por meio de métodos estatísticos, nos quais se baseiam as predições e as decisões automatizadas. Isso significa que, à exceção de possíveis mecanismos auxiliares de ontologias semânticas na classificação de informações extraídas, os modelos de IA não são dotados de representação do conhecimento jurídico ou capacidade de realização de inferências típicas do raciocínio jurídico. Ou seja, a tecnologia empregada não simula a capacidade humana de interpretação, construção de conceitos jurídicos, argumentação e realização de inferências práticas a partir de normas jurídicas ou éticas. (Brasil, 2024).

O relatório da pesquisa descreve os achados e faz recomendações quando analisada a temática da governança da inteligência artificial como gestão de riscos. Nesse ponto, o relatório descreve os riscos que oferecem o uso de IAG da seguinte forma:

[...] Podemos apontar, primeiramente, os riscos inerentes à tecnologia que podem trazer consequências negativas aos direitos humanos. São eles: (a) os riscos de legitimação de processos ligados à falta de transparência; (b) os riscos de legitimação de processos ligados à privacidade e à proteção de dados; (c) os riscos instrumentais de danos materiais ou morais, decorrentes do design equivocado ou de erros no treinamento ou na implementação, que resultem em falhas; e (d) os riscos instrumentais ligados à discriminação.

A transparência é um risco inerente à tecnologia, na medida em que a IA emprega modelos complexos de aprendizado de máquina, que trazem correlações estatísticas entre milhares de parâmetros, nem sempre inteligíveis para o raciocínio humano. A privacidade e a proteção de dados é um risco inerente, uma vez que, de um lado, o desenvolvimento de ferramentas de IA usa grandes quantidades de dados, que podem conter dados pessoais, e, de outro, ferramentas de IA têm grande poder inferencial, capaz de traçar perfis ou inferir padrões de comportamento ou características individuais, dificultando o controle de finalidade do emprego dos dados.

Por sua vez, os riscos de dano advêm da própria implementação de modelos estatísticos para estipular indutivamente funções objetivas que expliquem as observações escolhidas. Uma função explicativa, que será a base das predições e das decisões, será sempre inferior ao ideal, uma vez que as diferentes funções alternativas são sempre aproximações para explicar adequadamente os dados observados e sempre há limitações quanto às informações disponíveis acerca do domínio de aplicação.

Por fim, os riscos ligados à discriminação decorrem da incorporação, nos dados de treinamento, de vieses sociais e estruturais, diretos ou indiretos, além da possibilidade de vieses cognitivos dos próprios desenvolvedores na concepção do modelo e na escolha dos dados relevantes para treinamento.

Além desses riscos inerentes à inteligência artificial, há o risco de cibersegurança, decorrente do fato de que muitos sistemas de IA, sejam softwares stand-alone, sejam softwares embarcados em equipamentos, operarem de modo conectado, estando vulneráveis a ataques externos com objetivo malicioso de manipulação de seus resultados, o que pode trazer graves consequências em sistemas de IA voltados para a tomada de decisões automatizadas.

É em torno desses riscos que se elencam os valores correspondentes à chamada IA confiável ou IA responsável, dentre eles: transparência, ligada ao risco de opacidade; confiabilidade, ligada ao risco de erro; segurança, ligada ao risco de ataque cibernético; fairness ou não discriminação; privacidade e proteção de dados pessoais; e responsabilidade, no sentido de prestação de contas e reparação de possíveis danos. (Brasil, 2024).

Apresentados os riscos o estudo também traz as contramedidas para mitigá-los:

(i) sistema de gestão de risco: procedimento contínuo e executado ao longo do ciclo de vida do sistema de inteligência artificial, com revisões e atualizações regulares, para identificação, estimação e análise de riscos em condições normais e de uso indevido, considerando dados de acompanhamento após a comercialização dos sistemas.

(ii) gerenciamento de dados: adoção de práticas de governança adequadas aos dados utilizados para treinamento, testes e validação do sistema. Esses conjuntos de dados devem ser geridos por práticas adequadas de governança, envolvendo escolhas de concepção, origem e coleta de dados, preparação dos dados e avaliação de disponibilidade e adequação que garantam o controle, a prevenção e a correção de vieses.

(iii) documentação: elaboração de documento técnico contendo a descrição geral do sistema de inteligência artificial de alto risco, com respeito ao funcionamento do sistema e decisões relevantes no ciclo de vida do software, incluindo o processo de desenvolvimento do sistema, métodos utilizados, especificações de concepção, arquitetura do sistema, requisitos de dados, medidas de supervisão humana, alterações predeterminadas e procedimentos de validação e teste.

(iv) manutenção de logs automáticos (registro) de eventos: as capacidades de registro durante a operação do sistema devem permitir a identificação de situações de risco ou modificações substanciais, facilitar o acompanhamento pós-comercialização e controlar seu funcionamento.

(v) transparência: os sistemas devem ser desenvolvidos para garantir transparência suficiente, permitindo que os responsáveis pela implantação interpretem e utilizem os resultados adequadamente, além de incluir instruções de uso. As instruções devem incluir a identidade e o contato do prestador, características, capacidades e limitações do sistema, níveis de exatidão, robustez e cibersegurança, riscos conhecidos e previsíveis, capacidades técnicas para explicar resultados, desempenho em relação a grupos específicos, especificações dos dados de entrada, informações para interpretar os resultados, entre outros.

(vi) ferramentas apropriadas para interfaces homem-máquina: para permitir a supervisão humana em seu processo de utilização a fim de minimizar os riscos à saúde, à segurança ou aos direitos fundamentais, por meio de medidas que permitam ao supervisor humano compreender suas capacidades e limitações, controlar seu funcionamento, detectar e corrigir anomalias, interpretar corretamente os resultados e intervir ou interromper o sistema de forma segura.

(vii) teste de segurança: incluindo mecanismos para garantir níveis adequados de precisão e cobertura; medidas de redundância que incluam planos de reserva para assegurar sua solidez; e medidas de cibersegurança destinadas a preservar a integridade do sistema contra intervenções de terceiros não autorizados. (Brasil, 2024).

Outro aspecto abordado é a preocupação com questões éticas associadas à IAG. Nesse aspecto, a pesquisa foi minuciosa e apresenta pontos sensíveis que envolvem soluções de inovação de maneira geral, mas que tem potencial mais expressivo nos casos de IAG. Os pontos mais sensíveis são os seguintes:

- Viés de automação: excesso de confiança nos resultados da ferramenta: Os chatbots de IAG são treinados para simular respostas e redações humanas, de modo que o elemento discriminador seleciona conteúdo que seja similar ao humano sem compromisso com a verificação dos fatos descritos no texto. Além disso, a ferramenta é incapaz de compreender os textos ou realizar inferências lógicas sobre eles. [...]. A possibilidade de “alucinações” alia-se a imprecisões e equívocos conceituais, chamados de “vazamentos semânticos”, quando a ambiguidade ou os múltiplos sentidos de uma palavra pode gerar sequências de texto impróprias que são observadas principalmente em requisições aplicadas a domínios técnicos do conhecimento (e.g. sequências que tomam o termo “expirar”, ligado no campo jurídico a prazos de validade, gerando sequências de texto ligadas a expirar como parte do processo respiratório)
- Falta de transparência: O ponto fundamental de transparência no emprego de IAGs de textos dentro de uma organização está na informação quanto ao seu uso, seja pela organização, seja pelos(as) funcionários(as).
- Riscos relacionados à proteção de privacidade e confidencialidade: As requisições feitas por meio de uso de prompts às ferramentas podem incluir dados pessoais ou mesmo conteúdo confidencial da organização.
- Infrações a direitos autorais: A geração de conteúdo por ferramentas de IAG tem suscitado debates quanto à autoria dos outputs, tema que levou a demandas de indenização autoral em tribunais estrangeiros,
- Reprodução de vieses: A preocupação com a incorporação de vieses também está presente em sistemas de IAG, agravada pelo fato de que o modelo é treinado com ampla base de documentos disponíveis na Internet e em redes sociais, que podem deter vieses e estereótipos quanto a grupos ou populações minorizadas;
- Sustentabilidade, impactos sobre o trabalho e concorrência: as IAGs alteraram o espectro de profissões e ocupações ameaçadas pelo avanço tecnologia, com risco de redução de renda e aumento de desigualdades sociais. Quanto ao impacto sobre o meio ambiente em relação aos modelos tradicionais, surgindo a preocupação quanto à sua sustentabilidade (“sustentabilidade da IA”), muito embora a IA possa ser empregada para aumento de eficiência industrial, redução de emissão de carbono e combate ao desmatamento e poluição ambiental (“IA para sustentabilidade”). (Brasil, 2024).

Especificamente sobre o uso de IAG no Judiciário, o estudo descreve importantes recomendações a partir das diretrizes da Unesco, como (i) recomendações de governança para organizações do Judiciário e (ii) recomendações para membros individuais do Judiciário.

Abaixo, são sintetizadas as recomendações da Unesco:

- (i) recomendações específicas para organizações do Judiciário quanto a IAGs. Conscientização sobre funcionalidades e limitações: atuar para que magistrados(as) e servidores(as) no Poder Judiciário estejam cientes dos usos adequados, das limitações e dos riscos associados às ferramentas de IAG. Autenticidade e integridade do conteúdo: prezar pela autenticidade e pela integridade do conteúdo gerado por IA, incluindo rotulagem clara de documentos gerados por IA e implementação de sistemas para rastrear o desenvolvimento e modificações desses conteúdos. Protocolos de certificação também devem ser desenvolvidos pelo Poder Judiciário para promover o cumprimento de diretrizes locais e internacionais e o

padrão legal exigido para a utilização da IA.

Restrições de uso: emitir diretrizes específicas para governar o uso de IAGs, prevenindo o uso indevido e protegendo a integridade do processo legal. Certas aplicações devem ser limitadas ou banidas a depender de seu impacto sobre direitos humanos.

(ii) recomendações para membros individuais do Judiciário quanto a IAGs

a) Proteção de dados pessoais e confidenciais: não incluir dados pessoais ou informações confidenciais em prompts ao usar ferramentas de IAG externas. Qualquer informação em um chatbot público deve ser tratada como disponível para todos, pois os termos de serviço da maioria das empresas de IA que fornecem acesso gratuito a esses sistemas indicam que as entradas serão usadas para treinar futuros modelos.

b) Cotejo da saída com fontes confiáveis: podem ser usados para várias tarefas, mas se deve verificar a saída gerada pelo sistema de IA e compará-la com fontes confiáveis.

c) Inadequação com ferramentas de pesquisa e análise jurídica: LLMs comerciais de propósito geral não são fontes confiáveis de informação ou meios adequados para conduzir análises jurídicas ou realizar tarefas matemáticas. Mesmo com os melhores prompts, a saída pode ser imprecisa, incompleta, enganosa ou tendenciosa.

d) Consciência das limitações e dos riscos dos LLMs: servidores(as) e magistrados(as) do Judiciário devem estar cientes de que as saídas geradas pelos LLMs podem incluir informações incorretas, imprecisas ou fictícias sobre questões factuais, jurídicas e técnicas, além dos riscos éticos envolvidos quanto a vieses ou violações à privacidade.

e) Cautela quanto a viés de automação: a estrutura convincente do texto gerado por um LLM não deve levar a uma confiança excessiva na veracidade ou na adequação das respostas, sendo importante a revisão do conteúdo antes de usá-lo em materiais e documentos jurídicos.

f) Uso transparente: informar sobre o uso de sistemas de IAG na redação de textos — como sentenças, pareceres e outros documentos que possam afetar direitos das partes — ou quando forem explicitamente usados em audiências judiciais.

g) Integridade: não tratar textos sintéticos como se fossem propriamente humanos, devendo-se evitar possíveis infrações de direitos autorais e de propriedade intelectual associadas ao uso de conteúdo produzido por sistemas de IAG. (Brasil, 2024).

No capítulo dois, a pesquisa descreve sobre o uso da Inteligência Artificial Generativa pelos(as) magistrados(as) e servidores(as). Sob esse prisma, o estudo utiliza pesquisa quantitativa para descrever como “as IAGs vêm sendo usadas e qual é a percepção dos próprios magistrados(as) e servidores(as) sobre a ferramenta e interesse no seu uso, tendo em vista produzir subsídios para compreender a realidade e auxiliar os trabalhos de revisão da regulação da IA no Poder Judiciário.” Os resultados descritos a partir das respostas aos formulários de pesquisa foram os seguintes:

Quanto ao uso da IAGs: “O resultado apurado mostra que a ferramenta é empregada no Judiciário: praticamente a metade, tanto dos magistrados (49,4%) quanto dos servidores (49,5%), utiliza ou já teve experiência com o uso de IAGs de texto. Deve-se destacar, porém, que os usos aqui indicados incluem tanto aqueles na vida pessoal quanto em atividades profissionais e acadêmicas.” O resultado apurado mostra que a ferramenta é empregada no Judiciário: praticamente a metade, tanto dos magistrados (49,4%) quanto dos servidores (49,5%), utiliza ou já teve experiência com o uso de IAGs de texto. Deve-se destacar, porém, que os usos aqui indicados incluem tanto aqueles na vida pessoal quanto em atividades profissionais e acadêmicas. Quanto à

frequência de uso, “a maioria (entre 75% e 80% utiliza-as raramente ou eventualmente. (Brasil, 2024).

Um importante esclarecimento da pesquisa é que “[o]s tipos de uso sugeridos parecem mostrar que os respondentes possuem noção sobre os usos de sistema de inteligência artificial e designam tarefas burocráticas ou repetitivas, sem diferenciar claramente modelos de IA descritivos de modelos de IA generativos. As sugestões predominantes, porém, são adequadas a IAGs e estão ligadas à geração de documentos processuais diversos.” O estudo é minucioso e nos apresenta achados impressionantes, especialmente quando descreve os achados das pesquisas:

Governança sobre o uso de IAG nos tribunais: - Medidas para mitigar riscos de IAs tradicionais (erros, opacidade, discriminação, violações de privacidade, impactos ambientais) não são suficientes para IAGs; - É conveniente a revisão de políticas de governança e a regulamentação pelo Conselho Nacional de Justiça.

Características das IAGs: - Há geração de conteúdo novo (textos, áudios, imagens, vídeos). - As interfaces são intuitivas para a interação em linguagem natural, - O conteúdo gerado é indistinguível do humano, mas pode conter erros e “alucinações”. - As ferramentas são facilmente acessadas pelos usuários.

Preocupações e medidas de governança recomendadas para as IAGs: Revisar os resultados e avaliar possíveis vieses no conteúdo gerado; Promover transparência no uso das IAGs; Evitar usar dados pessoais nas requisições e avaliar possíveis violações de direitos autorais; Avaliar impactos sociais e ambientais, bem como a concentração econômica nos mercados de IA.

Transparência e decisão sobre o uso: A popularidade das IAGs e a facilidade de emprego por usuários descentralizou a decisão sobre o uso nas organizações, podendo torná-lo não transparente; É recomendável o levantamento dos usos realizados e o estabelecimento de políticas de governança dentro das organizações.

Preocupações éticas e medidas para tribunais: Há preocupações com o viés de automação (excesso de confiança nos resultados) e a falta de transparência entre os pares e entre terceiros. Medidas recomendadas: disponibilização oficial das ferramentas; capacitação de servidores para uso adequado e responsável; e a avaliação de fornecedores de IAGs (considerando qualidade dos resultados, filtragem de conteúdo abusivo, privacidade e sustentabilidade), em eventual caso de contratação. (Brasil, 2024).

Quanto aos resultados do levantamento feito em pesquisa por adesão de magistrados(as) e servidores(as) dos tribunais brasileiros sobre o uso do GPT, o relatório apresenta os seguintes achados:

Uso de IAGs nos tribunais brasileiros: É significativo entre magistrados(as) e servidores(as) (cerca de metade já teve experiência com IAGs); O uso nas atividades profissionais é considerável, mas a frequência é baixa (rara ou eventual).

Impacto da atividade acadêmica: Há maior uso e frequência de IAGs entre aqueles

que desenvolvem atividades acadêmicas (discentes ou docentes).

Interesse e treinamento: Há elevado interesse na utilidade das IAGs e tendência de aumento em seu uso; A maioria dos respondentes deseja programas de treinamento e capacitação para uso da tecnologia.

Ferramentas utilizadas: A maioria usa ferramentas abertas na Internet. Há um uso reduzido de ferramentas de IAG disponibilizadas pelos tribunais.

Tipos de uso nas atividades funcionais: A maioria dos usos declarados é adequada. É significativo o uso de IAGs para pesquisa geral e busca de precedentes e jurisprudência. É necessária orientação quanto à verificação dos resultados na busca de precedentes.

Dificuldades e desafios: Principais dificuldades: falta de familiaridade, incorreções e imprecisões no conteúdo. Dúvidas quanto à licitude e à ética podem afetar negativamente a transparência e a revisão interna.

Transparência no uso: É preocupante que a maioria não revele o uso de IAGs a seus pares ou a superiores, o que pode dificultar a revisão interna e levar a imprecisões ou erros nos resultados. É necessário promover a transparência, com a disponibilização oficial de ferramentas e medidas de conscientização.

Considerações feitas por magistrados(as) e servidores(as): Existem preocupações com os impactos sociais da ferramenta e a relação humana no ambiente de trabalho. É necessária adaptação gradual às inovações tecnológicas, com programas de capacitação e valorização do servidor público. Acredita-se na utilidade das IAGs para aumentar a eficiência e a qualidade do serviço jurisdicional. (Brasil, 2024).

2.3. *Benchmarking* – uma análise de estudos em inovação realizada no Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Conforme se observa do resultado da pesquisa realizada no âmbito do CNJ, a IA tem sido usada predominantemente em aplicações de IA que extraem “padrões em documentos por meio de métodos estatísticos, nos quais se baseiam as predições e as decisões automatizadas”. Acentua a pesquisa que os modelos de IA “não são dotados de representação do conhecimento jurídico ou capacidade de realização de inferências típicas do raciocínio jurídico”.

A partir dessa observação, que parece a este pesquisador bem conectada com a realidade do STF, é possível fazer as seguintes perguntas:

- a) justifica-se o investimento elevado em IAG na atual quadra com todos os riscos inerentes, especialmente nos contextos em que há alternativas mais seguras de agrupamentos de processos a partir de ferramentas que permitem indexação, utilizando-se dados estruturados?
- b) Em se tratando de projeto desenvolvidos pela Administração Pública que deve se submeter fielmente ao princípio da transparência, como evitar a *AI-Washing*⁵⁴?

⁵⁴ Na prática, muitos sistemas são apresentados como “inteligência artificial” quando, na verdade, operam por regras fixas ou automações pré-programadas. Esse fenômeno, conhecido como *AI-washing*, esvazia o conceito técnico de IA e pode mascarar limitações reais da tecnologia, além de gerar falsas expectativas de ganho de performance.

Este trabalho não pretende responder a essas indagações. O objeto desta pesquisa, como já mencionado, é o estudo de caso desenvolvido a primeira vista sem utilização de suplementos de inteligência artificial, em que pese a geração de dados nativamente digital abra caminhos a implementação de inovação em prol da melhoria contínua dos fluxos utilizados em todos os microprocessos de trabalho desenvolvido na Corte.

É importante registrar que o modelo de produção de minuta padronizada, que constitui o núcleo da inovação tecnológica do projeto admissibilidade, foi desenvolvido com muito sucesso também no STJ. Nesse aspecto, as visitas da equipe responsável pela concepção do modelo no âmbito do STF, inclusive deste pesquisador, foram importantíssimas para a realização célere do Projeto Admissibilidade. A partir da realidade desenhada no STJ, foi possível desenvolver o modelo adaptado à realidade do STF, que tem suas especificidades. O fato de o STF ter um grupo especializado no agrupamento de processos para enquadramento de temas de repercussão geral foi o diferencial para o atingimento das diretrizes traçadas neste contexto.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, foi desenvolvida importante pesquisa sobre as técnicas de agrupamento de temas por similaridade. Serão apresentados, nesta oportunidade, alguns achados da pesquisa intitulada “Agrupamento Automático de Documentos Jurídicos com uso de Inteligência Artificial” (Martins, 2018). Na pesquisa realizada por Martins foi traçada como objetivo avaliar a “efetividade da aplicação de técnicas de Inteligência Artificial no agrupamento de documentos jurídicos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça”. Segundo Martins,

o modelo produzido foi submetido um corpus de 1.133 documentos jurídicos diversos dos utilizados no corpus de treinamento, de forma de evitar o *overfitting*. Em um segundo momento, foi reduzida a dimensionalidade dos vetores inferidos pelo modelo e sobre eles foi aplicado um algoritmo de agrupamento baseado em densidade. Uma amostra dos grupos gerados foi a validada por um especialista humano. (Martins, 2018).

O referido pesquisador concluiu que

o modelo foi capaz de lidar bem com a variabilidade dos textos e com os ruídos decorrentes da aplicação do reconhecimento ótico de caracteres. Entretanto, o agrupamento 50.35 indicou algum tipo de desvio que deve ser, em uma eventual repetição do experimento, observada com maior atenção. Essa ressalva, porém, não inviabiliza a utilização imediata da técnica para a execução das atividades de triagem no âmbito do STJ.

O objetivo geral do experimento, consistente na avaliação da aplicação de técnicas de IA no agrupamento de documentos jurídicos no âmbito do STJ, foi integralmente atingido, podendo-se concluir pela aplicabilidade da abordagem na triagem de documentos jurídicos. (Martins, 2018).

Ao que se observa, o modelo de agrupamento de processo por similaridade, utilizando de suplementos de IA, representa uma evolução que pode ser somada ao formato de extração de minuta padronizada a partir da indexação e sistematização de fluxo.

2.4. Conclusão

A análise desenvolvida neste capítulo revela que o uso da inteligência artificial generativa (IAG) no Poder Judiciário brasileiro encontra-se em estágio de consolidação institucional e de amadurecimento tecnológico. Os dados extraídos da pesquisa conduzida pelo Conselho Nacional de Justiça evidenciam que, embora haja crescente interesse de magistrados e servidores no emprego dessas ferramentas, o uso ainda se apresenta em grande medida desvinculado de políticas organizacionais estruturadas. Tal cenário reflete o descompasso entre o entusiasmo gerado pelo discurso da inovação e a efetiva incorporação da tecnologia às rotinas jurisdicionais. Neste prisma, expectativas infladas devem dar lugar a uma percepção mais realista sobre as potencialidades e os limites da IAG.

A aplicação prática da inteligência artificial generativa nas atividades-fim do Judiciário não promove a substituição plena de etapas cognitivas da decisão judicial. No contexto do Supremo Tribunal Federal, projetos pioneiros, como o Victor, cumprem papel relevante de apoio informacional e metodológico, mas permanecem dependentes da validação humana, o que revela prudência institucional na adoção de tecnologias de linguagem natural em contextos sensíveis à interpretação normativa.

O estudo realizado pelo CNJ deve trazer a reflexão para o STF, no sentido de que privilegie um modelo de inovação gradual, pautado em evidências empíricas e em segurança jurídica, evitando o uso indiscriminado de sistemas ainda não plenamente auditáveis quanto à exatidão, rastreabilidade e imparcialidade de seus resultados.

Os achados da pesquisa também apontam que a ausência de diretrizes uniformes de governança, associada à limitada capacitação técnica dos usuários, acentua riscos éticos e operacionais, como o viés de automação, a falta de transparência e a possível incorporação de vieses discriminatórios. Neste aspecto, as recomendações internacionais, especialmente as da Unesco, reforçam a necessidade de o Poder Judiciário adotar parâmetros claros de autenticidade, integridade e supervisão humana, em consonância com o princípio da responsabilidade institucional na produção e validação de conteúdo jurídico assistido por

algoritmos.

O estudo de *benchmarking* com o Superior Tribunal de Justiça reforça a hipótese de que a inovação tecnológica não depende exclusivamente de modelos generativos de alta complexidade, mas pode ser potencializada por soluções de menor custo e maior previsibilidade, baseadas em agrupamento de processos por similaridade e em indexação inteligente de dados estruturados. Essa perspectiva confirma que o avanço tecnológico mais consistente, no âmbito do Judiciário, decorre da articulação entre gestão de processos, modelagem de fluxos e uso criterioso de automação, e não da adoção acrítica de tecnologias emergentes.

Dessa forma, o capítulo contribui para o necessário ajuste de expectativas em torno da IAG no contexto judicial. A tecnologia, embora promissora, deve ser compreendida como instrumento de apoio e não como substituto da função interpretativa do julgador.

O caminho mais consistente para a inovação jurisdicional reside na integração entre inteligência artificial leve, gestão do conhecimento e processos de trabalho padronizados, em conformidade com os princípios de transparência, confiabilidade e ética pública. Assim, o verdadeiro avanço não se traduz na sofisticação técnica dos modelos empregados, mas na capacidade institucional de utilizá-los com discernimento, prudência e responsabilidade, em benefício da eficiência e da legitimidade da prestação jurisdicional.

Capítulo 3. O impacto na gestão de acervo do Supremo Tribunal Federal

3.1. Considerações iniciais

Conforme justificativa apresentada quando da elaboração da meta estratégica, o Projeto Admissibilidade surge a partir da “identificação de que 99,4% dos ARE tinham seu seguimento negado pelos ministros relatores com a confirmação do juízo negativo de admissibilidade feito pelos tribunais de origem e juizados especiais” (Lira *et al.*, 2020). Esse levantamento permitiu identificar as lacunas existentes no modelo de negócio até então vigente, bem como o caminho para a resolução dos gargalos.⁵⁵ Sob essa perspectiva, desenvolveu-se o projeto que teve como proposta final impulsional a redução do número de processos distribuídos aos gabinetes dos ministros, a fim de viabilizar que os Gabinetes empregassem seus esforços mormente na “apreciação de casos complexos e de maior relevância, preservando a vocação constitucional da Corte”.

Insta lembrar que o projeto é a operacionalização das diretrizes traçadas de aprimoramento da gestão processual com foco na eficiência da prestação jurisdicional, de modernização administrativa e fomento da inovação tecnológica com ênfase nas atividades finalísticas.

A parte executiva das diretrizes previa o conjunto de iniciativas previstas, entre outras medidas, a “ampliação da atuação da Presidência no juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários e dos agravos em recursos extraordinários, bem como na gestão e no acompanhamento da sistemática da repercussão geral e dos processos representativos de controvérsia indicados pelos tribunais” (Lira *et al.*, 2020); o aperfeiçoamento da análise estatística, a adoção de novas tecnologias e a unificação das plataformas do processo judicial com a automação de procedimentos e sistematização de fluxos processuais.

Todo esse conjunto de medidas tinha propósito, que, em última análise, consubstancia o aprimoramento e a melhoria contínua da gestão de processo no Tribunal. É sabido que o Estado brasileiro é altamente litigioso e o número de demanda é crescente, de modo que para dar concretude ao mandamento constitucional que conclama por um acesso amplo à Justiça e por economia e celeridade processuais, é preciso utilizar-se dos obséquios da revolução tecnológica para atingir os resultados esperados.

⁵⁵ “Gargalo é uma restrição de capacidade que cria uma fila” (CBOK, 2015, p. 312). No contexto da análise processual, procurou-se identificar a fluidez de cada microp processo de trabalho.

Ressalte-se que as medidas apontadas até aqui estão conectadas com a busca de soluções empreendidas pelo Judiciário como um todo que tem vivenciado um crescente aumento no volume de ingressos de ação anualmente.

Sem dúvida, as medidas adotadas para fazer frente a esses desafios têm que ser espelhadas em dados confiáveis.⁵⁶ Conforme já antecipado, o reconhecimento do estado da arte é fundamental para a adoção de medidas efetivas. Dito isso, é importante compreender o Projeto Admissibilidade no contexto geral em que o Supremo Tribunal Federal está inserido, mormente por se tratar do Órgão de cúpula do Poder Judiciário.

Já foi mencionado que uma das ações implementadas para alcançar as metas foi a interlocução com todos os tribunais. Assim, para compreender o impacto e os resultados do Projeto Admissibilidade, é pertinente apresentar uma visão geral do acervo do Judiciário na última década.

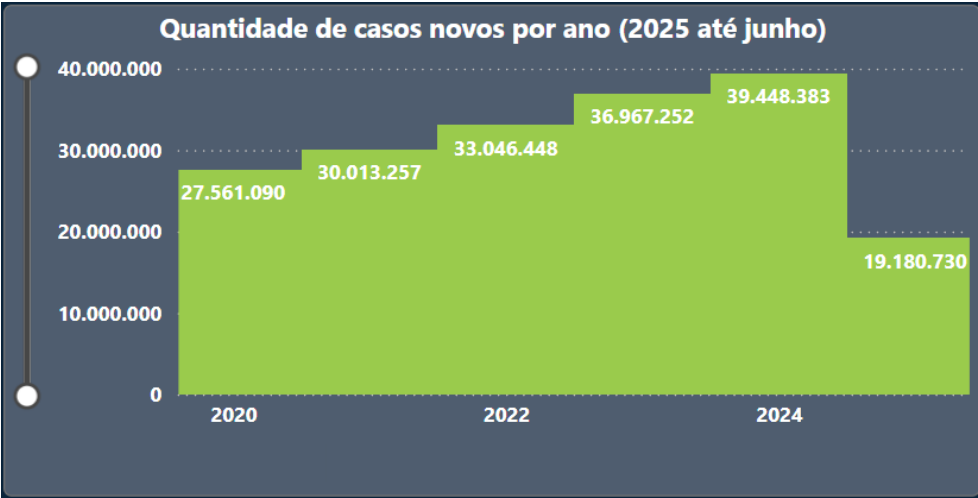
3.2. Uma visão preliminar da evolução do acervo no Judiciário nos últimos cinco anos

Conforme se observa nos painéis gerenciais produzidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o Justiça em Números 2025 ⁵⁷, a média anual de casos novos tem superado a casa dos 25 milhões de processos. Vide:

⁵⁶ A tomada de decisão orientada por dados produz resultados mais seguros e propicia respostas eficientes. Em visão mais ampla, a criação da ferramenta de tecnologia que sistematiza o fluxo de admissibilidade recursal, permitiu estruturar informação de forma detalhada com todas as nuances do processo de trabalho, produzindo métricas importantes que abre caminho para o contínuo aperfeiçoamento da gestão e da própria ferramenta. A partir desse conjunto de metadados produzido pelo sistema, e não por ação humana, permite à administração fazer uma análise diagnóstica do acervo processual e, complementamente, uma análise preditiva, podendo se antecipar cenários a exemplo de focos de ações repetitivas.

⁵⁷ O Relatório Justiça em Números divulga dados gerais da atuação do Poder Judiciário, tais como estrutura e litigiosidade, fundamentais para nortear a Gestão Judiciária Brasileira.

Figura 6: Gráfico: Ingressos de processos novos no Judiciário desde 2020.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2025). Acesso em: agosto de 2025.

Figura 7: Gráfico: Processos em tramitação no judiciário em 2025.

Dados até 30/06/2025							
Pendentes em 30/06/2025			Entradas em 2025				
79.090.366			19.180.730				
			Novos				
Suspensos e arquivados prov.		Pendentes líquidos		Julgados em 2025			
16.847.631		62.242.735		21.398.000			
Conclusos em 30/06/2025					Saídas em 2025		
12.014.408					21.141.314		
Para julgamento		Outros		Há mais de 120 dias		Baixados	
2.746.932		9.267.476		3.311.214			

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2025). Acesso em: agosto de 2025.

Pelo que se extrai dos gráficos apresentados, há uma tendência de aumento do número de demandas novas, em que pese haver sinalização de que diminuiu o quantitativo das demandas em tramitação.

A contextualização do número de processos em tramitação no Judiciário permite-nos compreender a dimensão dos desafios enfrentados pelo Supremo Tribunal Federal. Nas fases seguintes desta análise, buscou-se evidenciar o comportamento geral do acervo recursal, mas também o volume de feitos ingressados no STF.

A partir da análise dos processos ingressados no STF, passaremos a compreender o caminho que eles seguem após a classificação e autuação. Conforme já introduzido quando da análise do modelo de processo de negócio, os processos recursais podem assumir os seguintes caminhos: a) o processo é distribuído aos gabinetes dos Ministros; b) o processo é registrado à Presidência. Nessa última hipótese, a depender do resultado da análise processual, o Ministro Presidente profere um pronunciamento judicial consubstanciado em: a) determinação da

distribuição do feito aos gabinetes dos ministros, se ausentes os requisitos previstos no art. 13, V, c e d; b) negação de seguimento aos recursos que tenha óbice processual; c) determinação da devolução do recurso para que o tribunal de origem aplique a sistemática da repercussão geral e d) afetação da matéria ao plenário, que deverá chancelar a existência/inexistência de repercussão geral ou a reafirmação de jurisprudência.⁵⁸

A partir dessas hipóteses traçadas, foi redesenhado o modelo de processo de negócio. Sob essa perspectiva, será analisado o impacto na gestão do acervo do STF. A análise será realizada a partir dos dados fornecidos pela Corte Aberta⁵⁹ e pelos levantamentos divulgados nos relatórios de atividades a partir de 2016.

Na visão geral do cenário marcado como data de início em 2016 e fim em junho de 2025 temos a seguinte evolução:

⁵⁸ Sobre a repercussão geral dispõe o RISTF, Art. 322.: O Tribunal recusará recurso extraordinário cuja questão constitucional não oferecer repercussão geral, nos termos deste capítulo. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 21, de 30 de abril de 2007).

Parágrafo único. Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões que, relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, ultrapassem os interesses subjetivos das partes. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 21, de 30 de abril de 2007).

Art. 323. Quando não for caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão, o(a) Relator(a) ou o Presidente submeterá, por meio eletrônico, aos demais ministros, cópia de sua manifestação sobre a existência, ou não, de repercussão geral. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 42, de 2 de dezembro de 2010).

§ 1º Nos processos em que o Presidente atuar como relator, sendo reconhecida a existência de repercussão geral, seguir-se-á livre distribuição para o julgamento de mérito. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 42, de 2 de dezembro de 2010)

§ 2º Tal procedimento não terá lugar, quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante, casos em que se presume a existência de repercussão geral. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 42, de 2 de dezembro de 2010).

§ 3º Mediante decisão irrecorrível, poderá o(a) Relator(a) admitir de ofício ou a requerimento, em prazo que fixar, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, sobre a questão da repercussão geral. (Incluído pela Emenda Regimental n. 42, de 2 de dezembro de 2010).

Art. 323-a. O julgamento de mérito de questões com repercussão geral, nos casos de reafirmação de jurisprudência dominante da Corte, também poderá ser realizado por meio eletrônico. (Incluído pela Emenda Regimental n. 42, de 2 de dezembro de 2010).

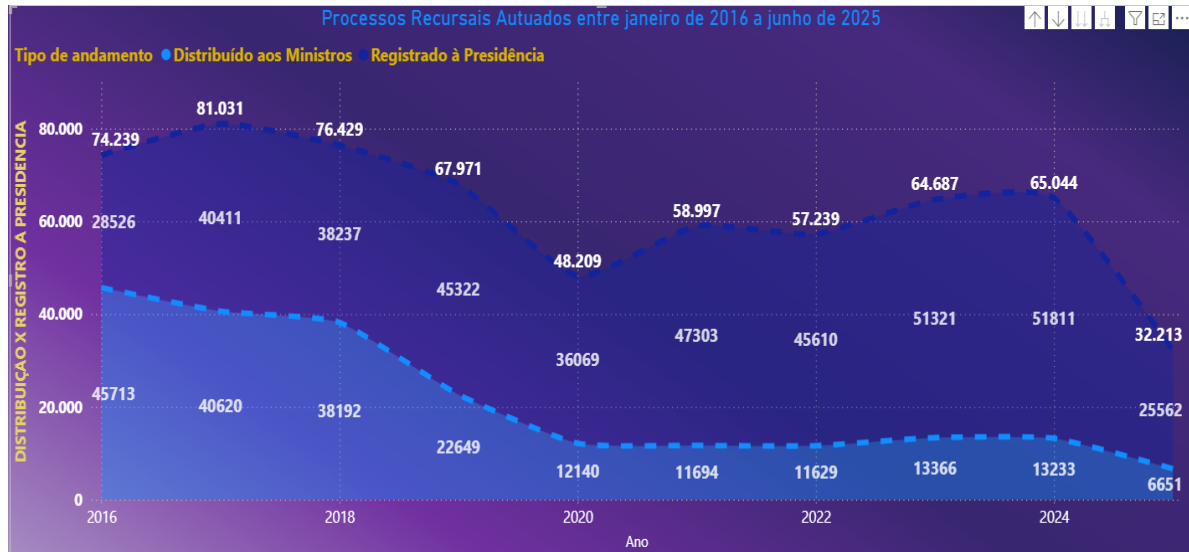
Parágrafo único. Quando o relator não propuser a reafirmação de jurisprudência dominante, outro ministro poderá fazê-lo, mediante manifestação devidamente fundamentada (Incluído pela Emenda Regimental n. 54, de 1º de julho de 2020).

Art. 325-a. Reconhecida a repercussão geral, serão distribuídos ou redistribuídos ao relator do recurso paradigma, por prevenção, os processos relacionados ao mesmo tema. (Incluído pela Emenda Regimental n. 42, de 2 de dezembro de 2010).

Art. 323-b. O relator poderá propor, por meio eletrônico, a revisão do reconhecimento da repercussão geral quando o mérito do tema ainda não tiver sido julgado. (Incluído pela Emenda Regimental n. 54, de 1º de julho de 2020).

⁵⁹

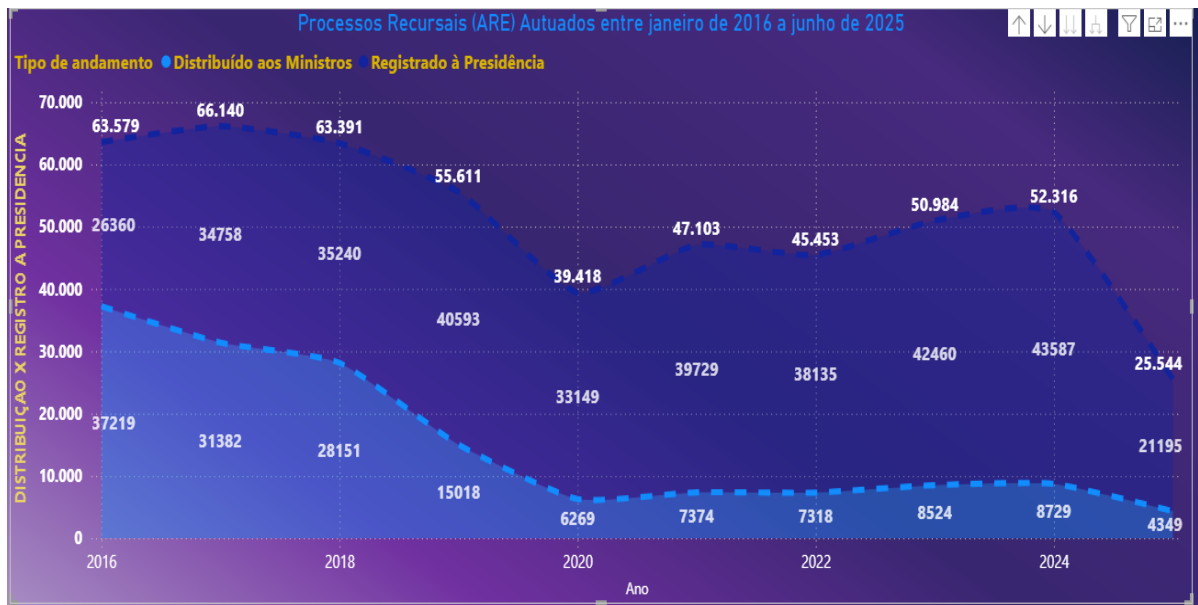
Figura 8: Visão panorâmica - processos ingressos no STF desde 2016 – classes recursais.



Fonte: Corte Aberta (2025)⁶⁰.

Considerados apenas os recursos extraordinários com agravo (ARE), percebe-se uma redução ainda mais sensível no ingresso de recursos no STF. No entanto, o total de recursos extraordinários com agravo distribuídos para os Gabinetes dos Ministros reduziu sensivelmente:

Figura 9: Gráfico: AREs autuados entre 2016 e 2025 - distribuídos e registrados. Os processos distribuídos correspondem a distribuição pela SEJ de ofício e a distribuição por determinação da Presidência.



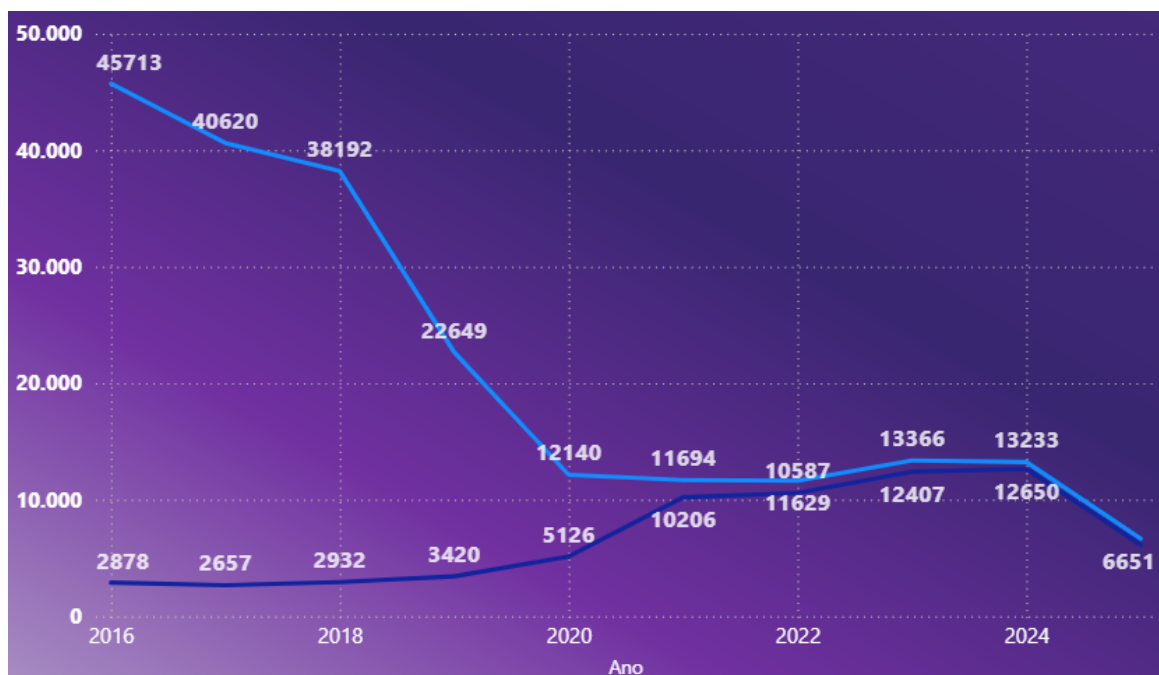
Fonte: Corte Aberta (2025).

⁶⁰ Processos autuados entre 2016 e 2025. A distribuição corresponde à distribuição pela SEJ de ofício e a distribuição por determinação da Presidência.

Nesse recorte geral, percebe-se uma redução do ingresso de processos no STF até 2020.⁶¹ Nos anos seguintes, há um leve aumento de ingresso de recurso extraordinário no tribunal, mas o quantitativo de processos distribuídos permanece estável.

Com o propósito de medir o impacto das mudanças no período seguinte, também foi analisado o cenário de processos distribuídos direto pela SEJ. Nesses casos, não foram considerados os processos cuja distribuição fora determinada pela Presidência. Nessa perspectiva, já se revela uma mudança de comportamento após a Emenda Regimental nº 54/2020.

Figura 10: Gráficos: Processos autuados a partir de 2016. Distribuição direta pela Secretaria x distribuição por determinação da Presidência.



Fonte: Corte Aberta (2025).

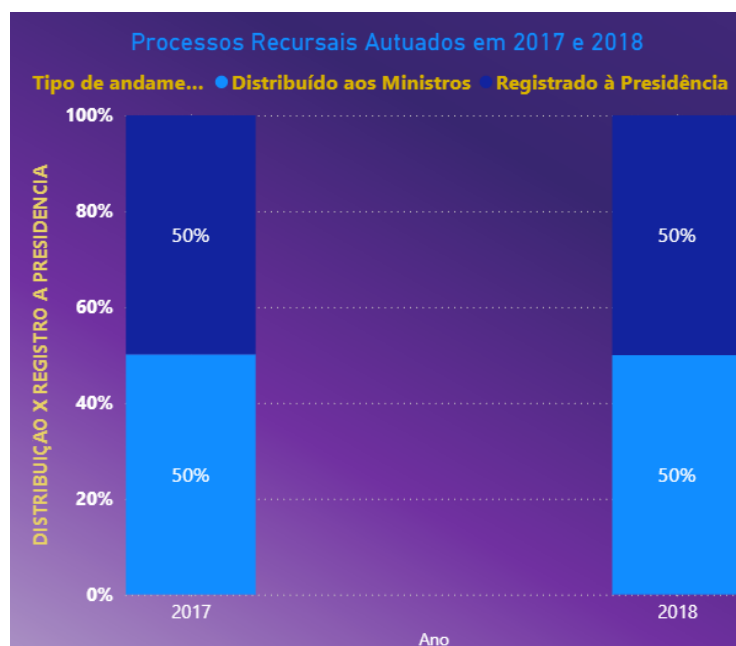
A partir desse cenário geral, buscou-se responder algumas perguntas, inclusive no que concerne ao percentual de recursos distribuídos em comparação ao total autuados por períodos.

⁶¹ Devido à pandemia da covid-19, os prazos processuais foram suspensos no período compreendido entre 19/3/2020 e 14/6/2020, (Resoluções do CNJ nº 313/2020, 314/2020 e 322/2020 e da Portaria nº 79/2020 do CNJ). Com isso, houve um reflexo no número de processos ingressados no tribunal no primeiro semestre de 2020. No entanto, o acervo represado foi restabelecido ainda em 2020, é o que se extrai da leitura do gráfico - Figura 8.

3.3. Ingressos x distribuição – entrada em vigor do novo Código de Processo Civil de janeiro de 2016 até 2018

O primeiro recorte que se buscou analisar refere-se ao período que antecedeu à fase de levantamento e implementação do Projeto Admissibilidade. O período escolhido é o biênio de 2017 a 2018. A justificativa para esse recorte se deve ao fato desse período coincidir com a vigência do novo Código de Processo Civil, visto que esse novo diploma processual trouxe inovações relevantes no processamento e julgamento do recurso extraordinário, influenciando de forma decisiva nas regras negociais.⁶²⁶³ A par disso, a metodologia adotada de estudo de caso se valerá primordialmente dos relatórios de atividade que focam mormente o resultado da gestão de cada Ministro Presidente.

Figura 11: Gráfico: Processos distribuídos aos Ministros x Registrado à Presidência entre 2017 e 2018.



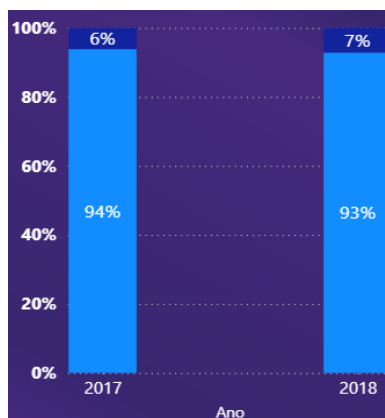
Fonte: Corte Aberta (2025).

⁶² As regras de negócio, em se tratando de análise de admissibilidade de recurso, ordinariamente, estão disciplinadas no Código de Processo Civil e no Regimento Interno do Tribunal. Mas não é incomum que elas fiquem orientadas por práticas administrativas criadas por orientações não escritas. Neste aspecto, o levantamento e monitoramento é sempre importante. Regras informais são mais difíceis de serem revisadas.

⁶³ Regras de negócio impõem restrições e direcionam decisões que impactam a natureza e o desempenho do processo. Frequentemente, regras de negócio são criadas sem suficiente compreensão dos cenários que a organização pode encontrar, ou se tornam desconectadas devido a mudanças não gerenciadas”. (CBOK, 2015, p. 135).

A proporção de processos distribuídos direto pela SEJ comparado com o quantitativo geral distribuído era de cerca 7%, o que demonstra que a atuação da SEJ se situava numa área de segurança importante, o que levava a submeter à Presidência os processos que tinham óbices processuais ou enquadramento patentes.⁶⁴

Figura 12: Processos Recursais: Proporção distribuídos e registrados à Presidência entre 2017 e 2018.

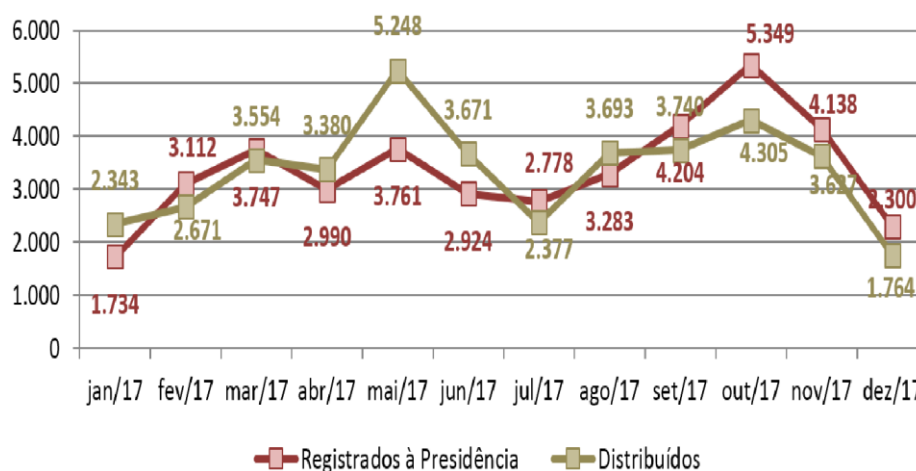


Fonte: Corte Aberta (2025).

O gráfico a seguir mostra o cenário de distribuição e registro à Presidência no ano de 2017. A imagem mostra uma simetria mês a mês (distribuição x registrado) das classes recursais, mas não usa o critério de distribuição direta SEJ/comando da Presidência:

⁶⁴ Conforme Relatório de atividade do biênio 2015-2016. p. 36: “Do total de processos recebidos, parte tem seguimento obstado pela Presidência, por atribuição regimental (arts. 13, inc. V, c e d; 327, *caput*; e 328, parágrafo único, do Regimento Interno do STF). Isso ocorre nos seguintes casos: recursos que não preenchem requisitos formais de admissibilidade; que tratam de temas com repercussão geral já apreciada pelo STF; prejudicados em razão de decisão do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial ou agravo interposto no mesmo processo. Os processos que não se enquadram nas hipóteses anteriores são objeto de distribuição, livre ou por prevenção, aos Ministros do Supremo, excetuado o Presidente.” Essas diretrizes se mantêm em 2017 e 2018.

Figura 13: Gráfico: A evolução mensal corresponde à distribuição pela SEJ de ofício e a distribuição por determinação do Ministro Presidente.



Fonte: STF - Relatório de atividades (2017).

Importante lembrar que o Projeto Admissibilidade nasceu como meta para submissão de 100% dos recursos extraordinários com agravo ao Ministro Presidente. Posteriormente, com a implementação da ferramenta de extração padronizadas de minutas, ingressaram no fluxo os recursos extraordinários (RE). Sob essa perspectiva, o gráfico acima, Figura 12, traz a evolução e o impacto do projeto no recorte de ARE, de forma mais expressiva.

3.4. Ingressos x distribuição – biênios 2019/2020 e 2021/2022 – Fases de implementação e consolidação do projeto

O Projeto Admissibilidade foi entregue em etapas, que representam as entregas dos módulos da ferramenta que permitia a sistematização e a tramitação dos processos de forma unificada. A partir dessa análise detalhada das etapas, busca-se medir o impacto do produto após sua implementação.

- a) A primeira etapa foi entregue em novembro de 2019. Consistiu nos formulários de análise dos pressupostos formais e abrangeu as matérias cíveis.
- b) A segunda etapa foi entregue em fevereiro de 2020. Nessa etapa o fluxo contemplava os recursos extraordinários e a análise de enquadramento de tema
- c) A Terceira etapa foi entregue em abril de 2020 e passou a alcançar a análise dos pressupostos subjetivos dos recursos extraordinários com agravo. (Lira *et al.*, 2020)
- d) A quarta etapa foi entregue em setembro de 2020. Essa etapa passou a integrar

o Projeto Admissibilidade a microserviço de atuação integrado à Plataforma Digital e ao ambiente de divulgação também inserido no STF Digital.⁶⁵

e) A quinta etapa foi entregue em abril de 2021. Nessa fase todos os recursos extraordinários (RE) e recursos extraordinários com agravo (ARE) passaram a ingressar no fluxo culminando com o registro à Presidência⁶⁶

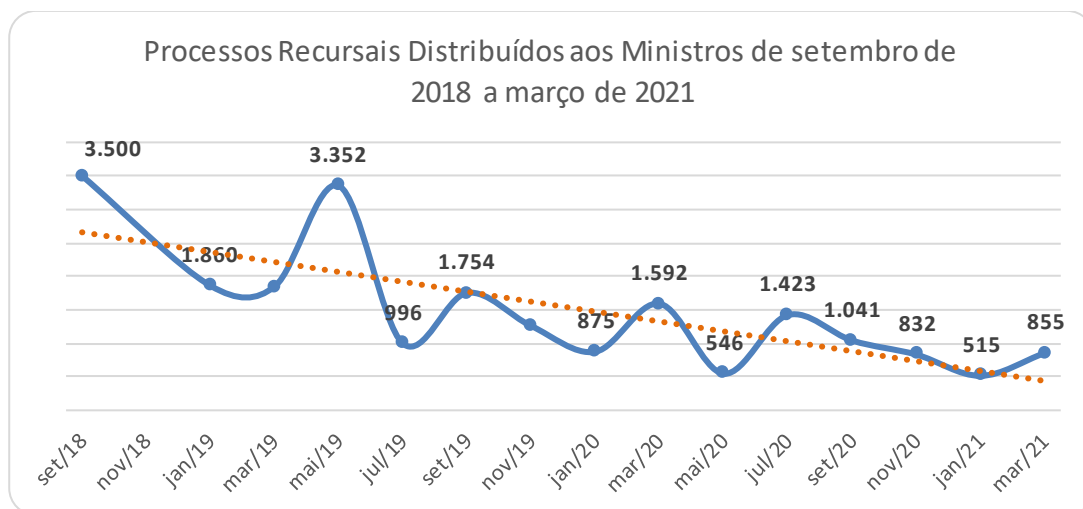
Saliente-se que o cumprimento da meta de registro à Presidência referida pretendia, efetivamente, reduzir a distribuição das classes recursais, de modo a permitir que os Ministros redimensionassem sua força de trabalho para atuar nas demais classes originárias, mormente naquelas em que se produz mais impacto para toda a sociedade.

O Gráfico abaixo traz o fluxo de distribuição entre agosto de 2018 e março de 2021, durante o período de concretização das medidas que integravam o conjunto de diretrizes e iniciativas de gestão.

⁶⁵ Notícia veiculada no Portal do STF em 09/09/2021: “O projeto estratégico ‘Juízo de Admissibilidade #100% AREs’, idealizado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, no início de sua gestão, teve mais uma etapa concluída – colocar em operação assistida o fluxo de atuação e a divulgação e a baixa automática dos processos. O objetivo do projeto é concretizar a meta de 100% de análise dos Recursos Extraordinários com Agravo (AREs) pela Presidência do Supremo, diminuindo o volume de processos distribuídos aos gabinetes dos ministros e evitando recursos manifestamente inadmissíveis, conforme previsão do Regimento Interno do STF. Assim, os magistrados podem concentrar esforços na apreciação de casos complexos e de maior relevância, preservando a vocação constitucional da Corte.”

⁶⁶ Notícia veiculada no Portal do STF em 21/2/2021: “Está em implementação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na última etapa do projeto ‘Juízo de Admissibilidade’, que busca reduzir a coleta de Recursos Extraordinários (RE) e Recursos Extraordinários com Agravo (ARE) na Corte, por meio da integração administrativa e tecnológica com os tribunais e decisões vinculadas ao Tribunal. Com a nova etapa, a Presidência do STF passou a analisar de forma automatizada a admissibilidade de 100% dos recursos extraordinários que ingressaram na Corte, abrindo caminho para o uso de inteligência artificial. Como resultado imediato, a medida importará uma redução expressiva do número de processos distribuídos aos gabinetes dos ministros. Nos últimos anos, a Presidência do Supremo passou por uma série de alterações em sua estrutura orgânica para, entre outros objetivos, combater o excesso de recursos por meio de um conjunto de ações externas às questões judicializadas, para que possam ser definidas ainda nas instâncias de origem, sem a necessidade da tramitação de processos repetidos no STF. Para tanto, foram compreendidos esforços no sentido de aperfeiçoar o sistema de admissibilidade e o fluxo de atuação recursal.”

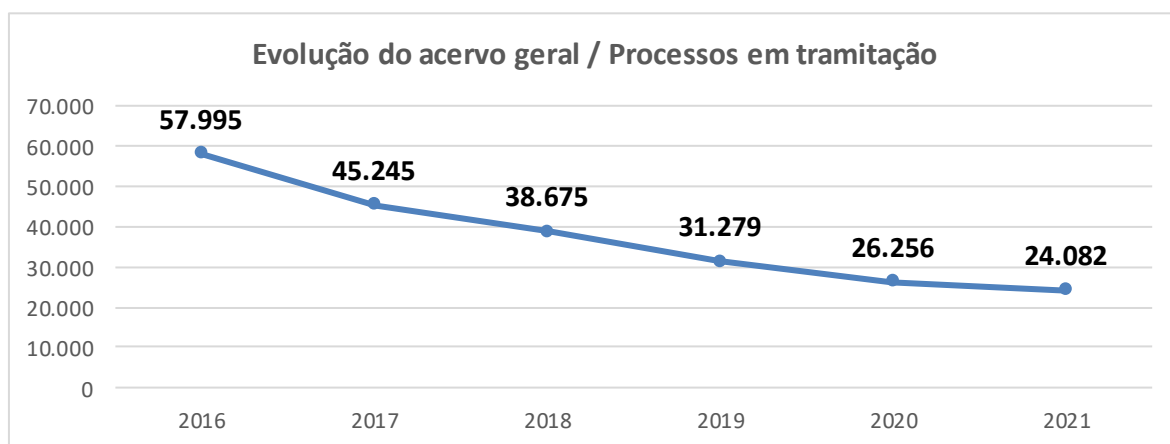
Figura 14 - Gráfico dos processos distribuídos aos Ministros entre agosto de 2018 e março de 2021



Fonte: STF - Relatório de atividades (2021).

Sob a perspectiva da redução de distribuição de processos e seu impacto na gestão de acervo no STF, reproduzo o gráfico do período em que mostra que o acervo geral passou a intensificar a tendência de baixa, resultado da medida em estudo e de outras já implementadas no período do recorte analisado na pesquisa⁶⁷.

Figura 15 - Gráfico: Evolução do acervo de processos recursais do STF entre 2016 e 2021.



Fonte: Santos e Miranda (2025)⁶⁸.

A redução de distribuição do processo está diretamente ligada ao aumento do registro à

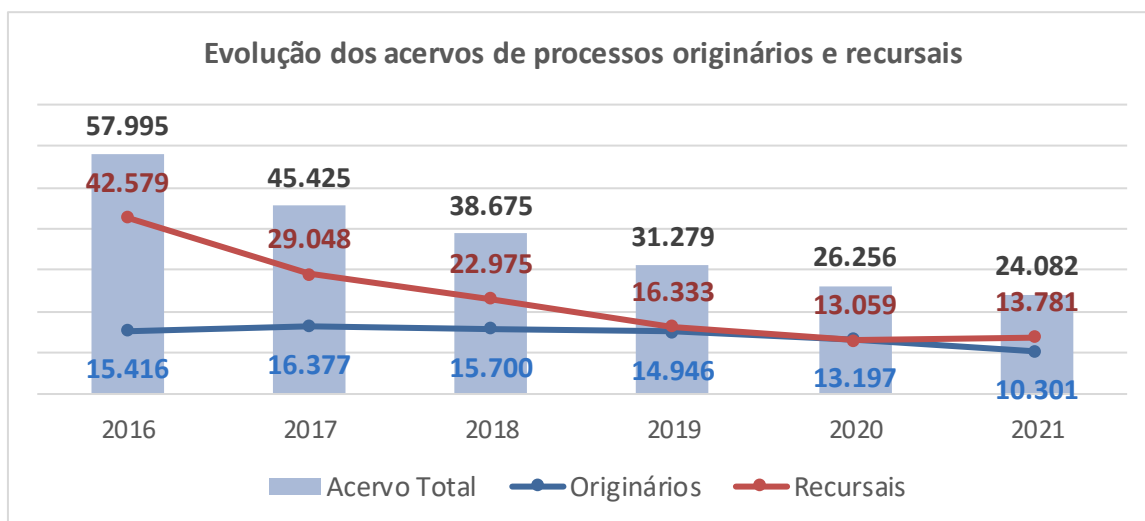
⁶⁷ Importante destacar algumas medidas que foram implementadas desde a entrada em vigor do novo CPC/2015, especialmente as alterações introduzidas pelas Emendas Regimentais de nº 51/2016 e nº 54/2020. As primeiras, ampliaram os processos julgados no Plenário Virtual ambiente virtual (PV), passando a incluir os embargos de declaração e agravos internos; as segundas passaram a incluir outras matérias, o que impulsionou o julgamento no PV, de modo superar 99% do julgamento dos feitos nos colegiados. Essas medidas também promoveram uma maior celeridade no julgamento, o que impactou a redução de acervo do STF.

⁶⁸ Artigo publicado em homenagem ao Ministro Dias Toffoli.

presidência. “Ao longo do ano de 2019, esse percentual de processos registrado subiu para 80% em matéria cível. Em fevereiro de 2020, alcançou-se a meta de se analisarem 100% dos ARE cíveis, correspondendo a 87% dos ARE recebidos no Tribunal.⁶⁹ A partir de abril, foram considerados também os ARE criminais, alcançando-se a meta almejada de análise pela Presidência de todos os ARE recebidos pelo Tribunal, excluídos aqueles concernentes a matérias criminais em que haja prevenção de ministro da Corte (art. 314-A, parágrafo único, do RISTF)”. (Santos; Miranda, 2024).

O gráfico a seguir demonstra como a representatividade de classes (recursais x originárias) se movimentou ao longo do período analisado e contribuiu para a redução do acervo do tribunal, ao lado de outras medidas implementadas:

Figura 16 - Gráfico: Acervo recursal – originários entre 2016 e 2021.



Fonte: Corte Aberta (2025).

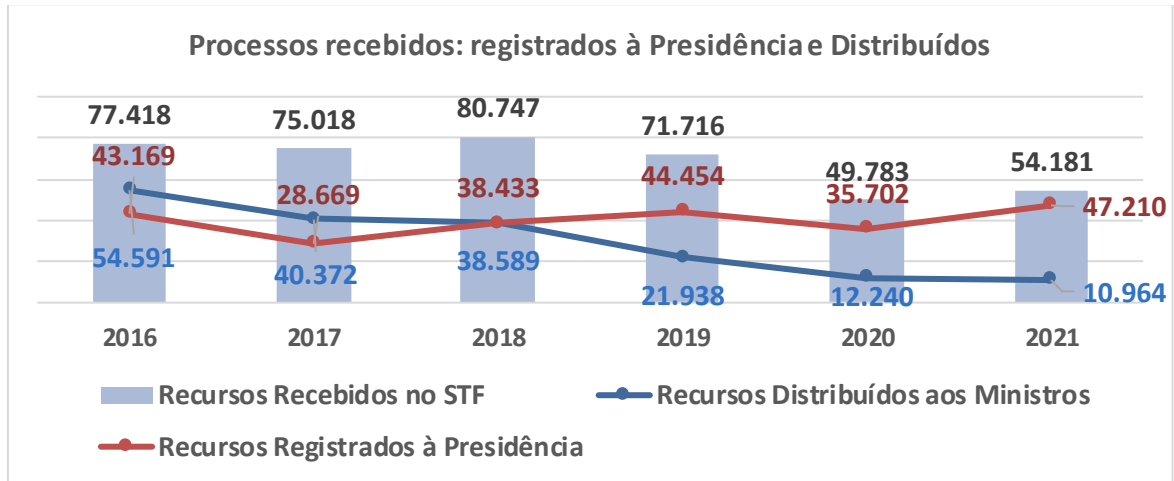
Digno de nota no gráfico acima é que a partir de 2020 quando o Projeto Admissibilidade fora implementado, o acervo do STF das classes recursais e originárias se aproximaram, o que evidencia que a redução de acervo está diretamente ligada à implementação das medidas que integravam a meta 100% ARE, concretizadas a partir da entrega da ferramenta.

O Panorama fica ainda mais evidenciado a partir dos dados de processos recebidos e registrados à Presidência. Esses dados serão demonstrados a partir do mesmo recorte (2016 e

⁶⁹ LIRA, Daiane Nogueira de. SANTOS, Lucilene Rodrigues. MIRANDA, Raulino Palha de. Juízo de Admissibilidade no Supremo Tribunal Federal – Projeto #100% ARE. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ar/artigo-lira-santos-miranda.pdf>. Acesso em 11 ago. 2024.

2021):

Figura 17: Gráfico: Processos recebidos – distribuídos e registrados entre 2016 e 2021.

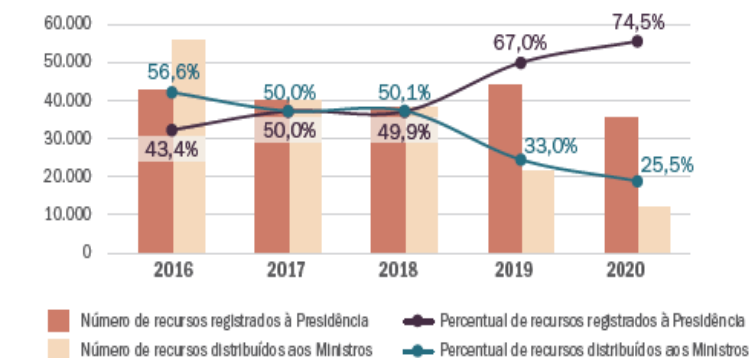


Fonte: Corte Aberta (2025).

Percebe-se que a partir de 2019 o quantitativo de processos registrados à Presidência ultrapassa a distribuição. Em termos percentuais, o gráfico extraído do relatório de atividade de 2020 fica ainda mais evidenciado:

Figura 18 - Gráfico: Processos recebidos – distribuídos e registrados entre 2016 e 2020.

GRÁFICO 11: EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS À PRESIDÊNCIA E AOS GABINETES



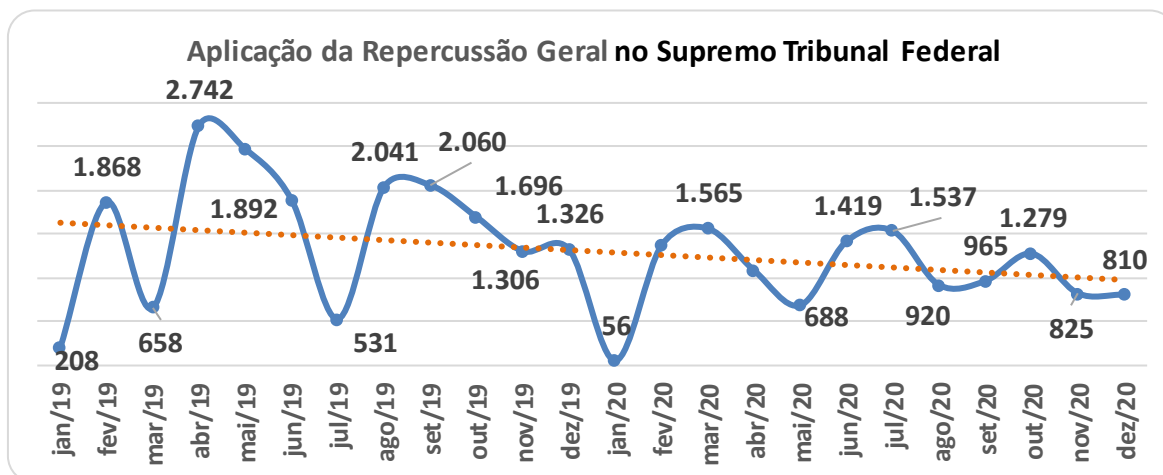
Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF. Dados extraídos em 1º/1/2021.

Fonte: STF - Relatório de atividades (2020).

Destaque-se, ainda, que a análise de enquadramento em tema de repercussão geral foi fundamental para o atingimento das metas estratégicas da Presidência no âmbito do projeto. Basta ver que, no período de setembro/2019 a dezembro/2020, mais de um terço dos recursos

registrados à Presidência tinham indicação de devolução à origem para aplicação de tema de repercussão geral (Lira; Santos; Miranda, 2020).

Figura 19 - Gráfico: Aplicação de tema de repercussão geral entre 2019 e 2020.



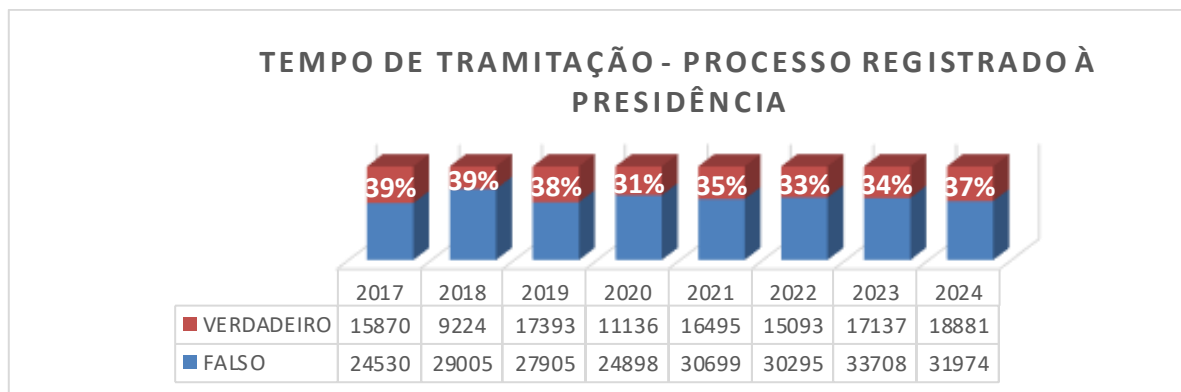
Fonte: STF - Relatório de atividades (2020).

3.5. Uma visão em perspectiva do ciclo de vida dos processos registrados à Presidência e distribuídos aos Gabinetes dos Ministros

Importante observar que o trâmite processual no âmbito da Presidência tende a ser mais célere.⁷⁰ É o que se observa nos gráficos abaixo em que apresentam a métrica do ciclo de vida dos processos que foram registrados à Presidência e receberam um pronunciamento de negativa de seguimento do recurso ou foram devolvidos para aplicação de enquadramento de tema na origem.

Figura 20 - Ciclo de vida processos registrados à Presidência – 30 dias.

⁷⁰ Notícia veiculada no Portal do STF em 21/06/2021: O modelo em implantação oferece uma mudança expressiva quanto à produção de informações. O formato prima pela estruturação dos dados produzidos ao longo da tramitação do processo, desde a atuação e distribuição até o trânsito em julgado do feito. Essa estruturação no contexto de produção de decisões implica categorizar os pronunciamentos judiciais a caminho de uma linguagem única no STF. Assim, ao associar os tipos de pronunciamentos aos andamentos processuais no portal, por exemplo, cria-se uma padronização de terminologia, o que gera informação mais confiável e, consequentemente, uma estatística segura. A sistematização do trâmite processual (ação gerada a partir de um evento disparado pelo sistema) cria segurança no tráfego de informação, pois fica imune a interpretações ou falhas humanas. A qualidade e a estruturação das informações também poderão possibilitar automatizações por meio do uso de algoritmos de aprendizado de máquina (inteligência artificial).



Fonte: Corte Aberta (2025).

Essa métrica é importante para compreender a correlação entre o aumento do volume de registro de processo à Presidência e a velocidade da redução do acervo. No gráfico acima (Figura 19) foi analisado o tempo de vida útil nos primeiros 30 dias entre a data de autuação⁷¹ e a data da baixa. Nesse critério de análise é demonstrado que 35% dos processos que tramitaram na Presidência baixaram em 30 dias.⁷²

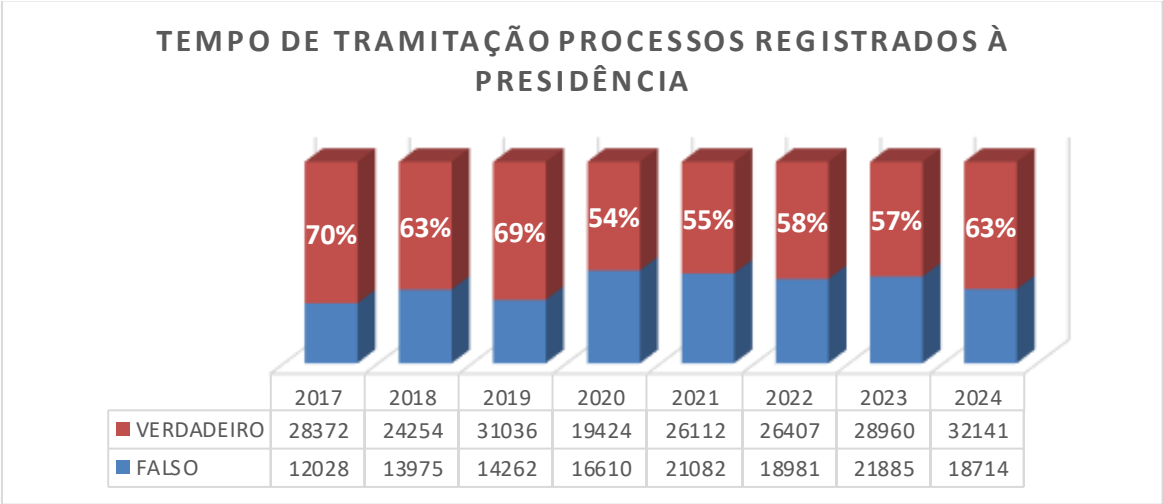
Essa correspondência também é verificada quando analisados os intervalos de 60 dias e de 90 dias. Há um comportamento comum encontrado em todo o período analisado: o ciclo de vida se mantém muito próximo no período anterior à implementação do projeto, no período de implantação e após a consolidação.

Na sequência, serão apresentadas as análises de ciclo de vida nos intervalos de 60 dias e de 90 dias. Foi observado que em até 60 dias, 60% dos processos que tramitaram na Presidência foram baixados. Esse número chegou a 80% em 90 dias.

⁷¹ Não foi considerado o período em que o processo tramitou entre o recebimento e a conclusão da atuação. Esse prazo costuma ser célere. Esse pesquisador optou por usar o critério disponibilizado no Corte Aberta.

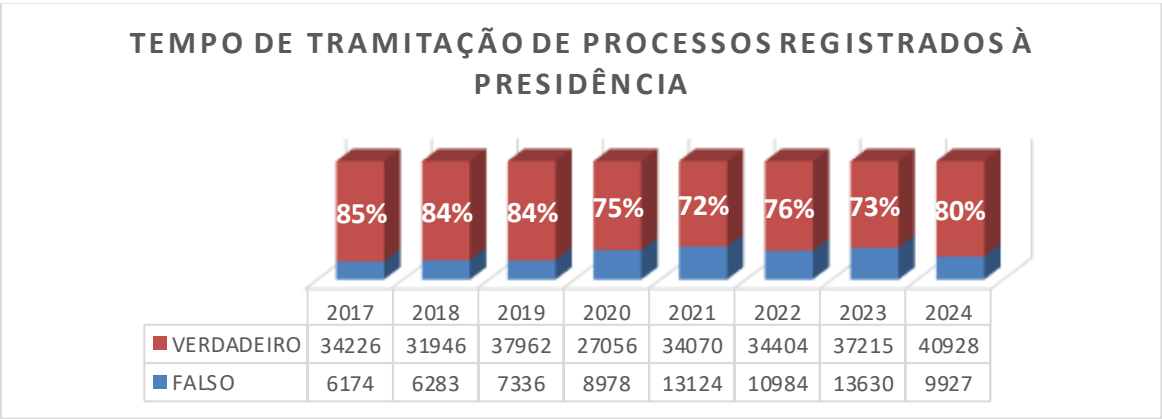
⁷² Importante destacar que os prazos em processos cíveis são contados em dias úteis e dos processos criminais em dias corridos. Em casos de devolução pela sistemática de repercussão geral a baixa é imediata e ocorre com a publicação da decisão.

Figura 21 - Gráfico: Tempo de tramitação - Processos registrados à presidência – ciclo de vida 60 dias.



Fonte: Corte Aberta (2025).

Figura 22 - Gráfico. Tempo de tramitação - Processos registrados à Presidência – ciclo de vida 90 dias.



Fonte: Corte Aberta (2025).

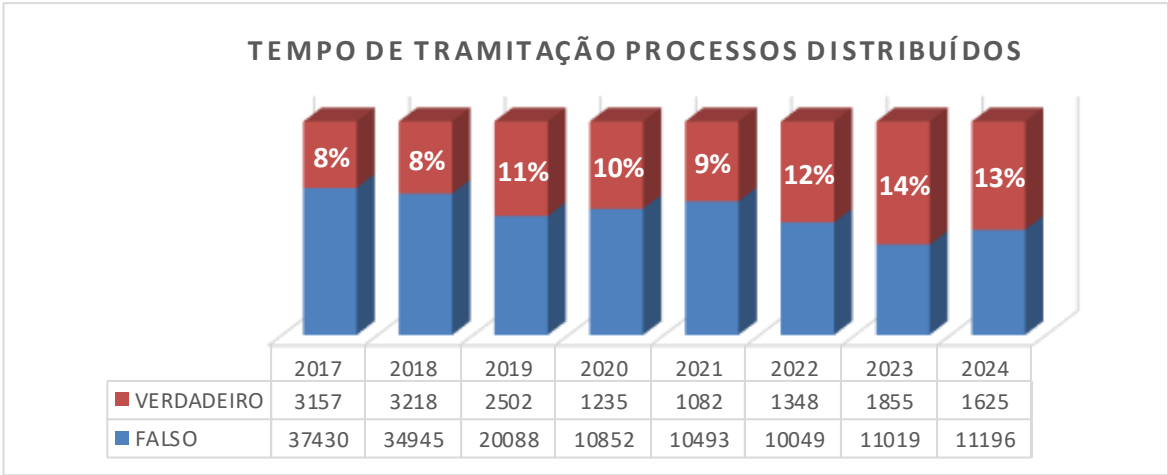
Ressalte-se que o tempo de tramitação entre a data de autuação e a data de baixa compreende uma rotina de análise em camadas e envolve vários microprocessos de trabalhos.⁷³ Esse fluxo compreende a etapa sob responsabilidade da Secretaria Judiciária/Secretaria de Precedentes, a análise pela assessoria recursal da presidência e o tempo de tramitação após a publicação da decisão na SEJ até a baixa. Há ainda que se considerar que da decisão da

⁷³ Neste fluxo automatizado não se faz necessário utilizar os vários sistemas até então disponíveis. Para o mesmo processo, no modelo que se encontra em vias de superação, o processo passaria pelos sistemas E-Gabinete (alimentado em todas as fases de análise), STF Digital, E-Processamento, STF Digital novamente, E-Supremo, E-Jud, E-decisão e-Textual, até chegar no DJe e no Portal, quando seria feita de forma manual a remessa externa dos autos. A simplificação do processo de trabalho promovida pelo projeto foi responsável pela redução do acervo do Supremo nos últimos dois anos.

Presidência cabe recurso interno, o que impacta a métrica do ciclo de vida. Percebe-se que se trata de um trâmite célere, a partir de uma análise processual minuciosa.⁷⁴

Quanto aos processos que foram distribuídos aos Gabinetes, o intervalo entre a autuação e a baixa definitiva dos autos tende a ser maior. É o que se observa dos gráficos seguintes, onde foram considerados os mesmos intervalos:

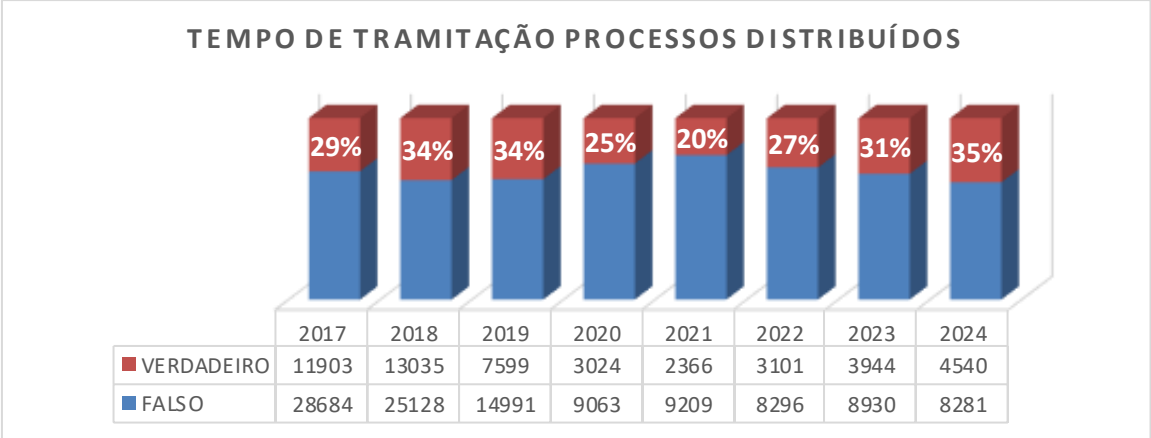
Figura 23 - Ciclo de vida. Intervalo de 30 dias.



Fonte: Corte Aberta (2025).

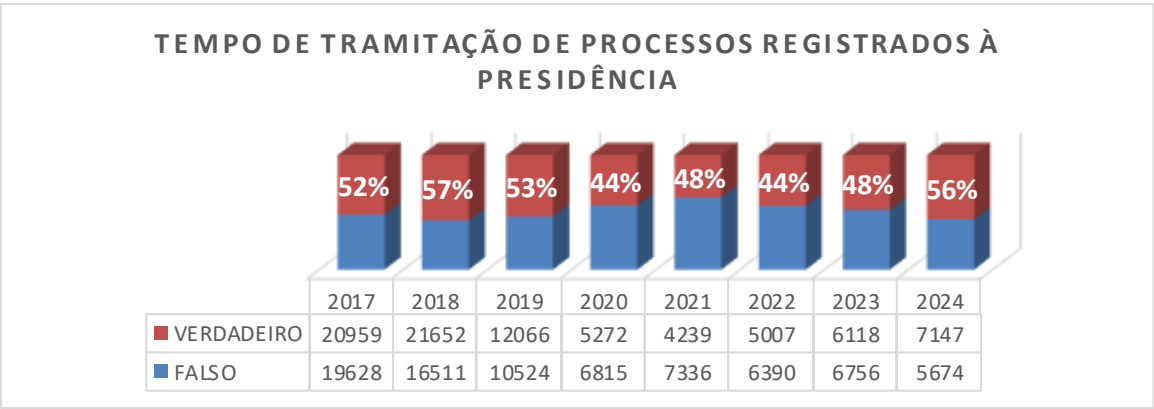
⁷⁴ Notícia veiculada no Portal do STF no dia 09/09/2020: “Com a conclusão da nova etapa, o ARE 1286328 foi recebido no STF e, no mesmo dia, a ação passou pelo fluxo integral de análise desde o recebimento à divulgação no Diário de Justiça eletrônico (DJe) em seu novo formato. Em um ambiente completamente automatizado em que a inteligência do fluxo de tramitação está no sistema, a análise de admissibilidade do ARE 1286328 seguiu com a execução das tarefas de cadastramento, indexação de peças e a autuação, realizados no âmbito da Coordenadoria de Processamento Inicial, pelas tarefas de análise inicial dos pressupostos recursais e enquadramento de tema, no âmbito da Coordenadoria de Admissibilidade Recursal, e pela revisão da análise de enquadramento de repercussão geral (Presidência). Em seguida, submetido à análise final do presidente do STF e uma vez assinado, foi disponibilizado no DJe de forma automática. No dia útil seguinte, na publicação do diário, foram lançadas as fases automáticas de andamento e deslocamento no portal do Supremo e também a remessa dos autos para o tribunal de origem.

Figura 24 - Ciclo de vida. Intervalo de 60 dias.



Fonte: Corte Aberta (2025).

Figura 25 - Ciclo de vida. Intervalo de 90 dias.



Fonte: Corte Aberta (2025).

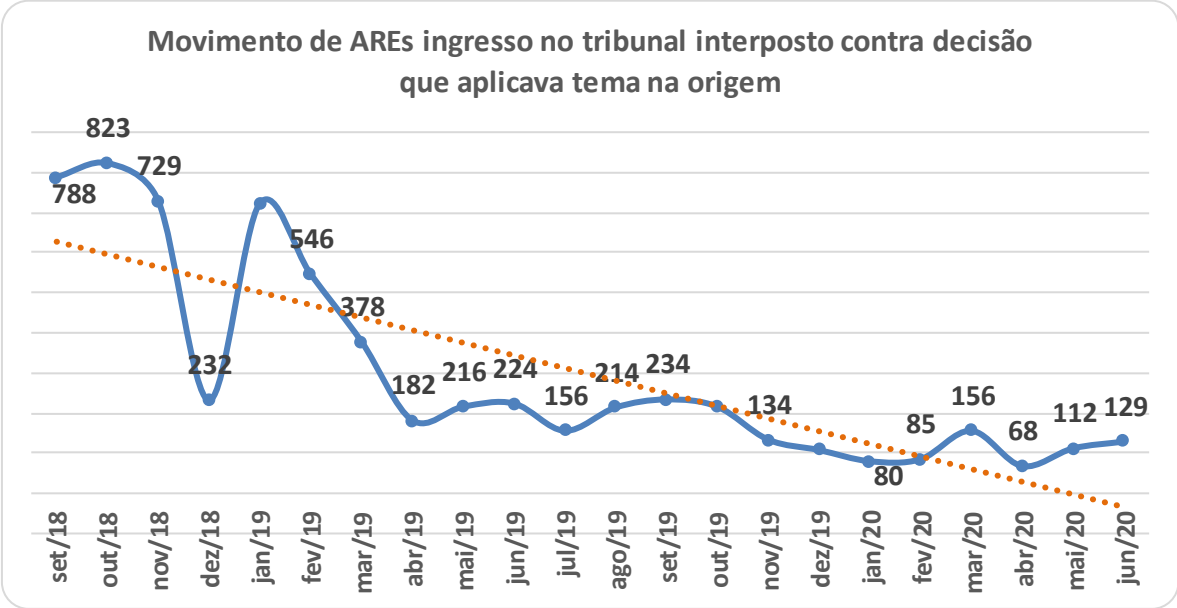
Comparado o tempo de tramitação dos processos distribuídos com o tempo de tramitação dos processos registrados à Presidência, percebe-se que houve um impacto direto na redução do acervo provocado pela ampliação da competência do Ministro Presidente. Percebe-se, ainda, que mesmo aumentando o quantitativo de processos registrados não houve interferência na velocidade de baixa, o que se nota do tempo de tramitação, que se manteve estável desde 2016.

3.6. Métricas preliminares de impacto – diálogos institucionais

Outro comportamento observado nesta pesquisa foi o impacto provocado a partir da interlocução com os tribunais de origem, uma das iniciativas já anunciadas no capítulo anterior:

um dos efeitos refletiu no “número de agravos indevidamente encaminhados ao STF, por exemplo, que caiu de 788 em setembro de 2018 para 214 casos no mesmo período de 2019 e, em junho de 2020, para 129, conforme o gráfico a seguir (Santos; Miranda, 2024).

Figura 26 - Evolução - ARE interpostos na origem contra decisão que aplica tema na origem.



Fonte: Corte Aberta (2025).

Em pesquisa na base de jurisprudência do STF, percebe-se que essa redução da quantidade de ingresso de agravo ocorre com a consolidação do entendimento de que não caracteriza usurpação de competência o não conhecimento pela Corte de origem dos agravos interpostos contra a decisão que inadmite recurso extraordinário com base na sistemática de repercussão geral.⁷⁵

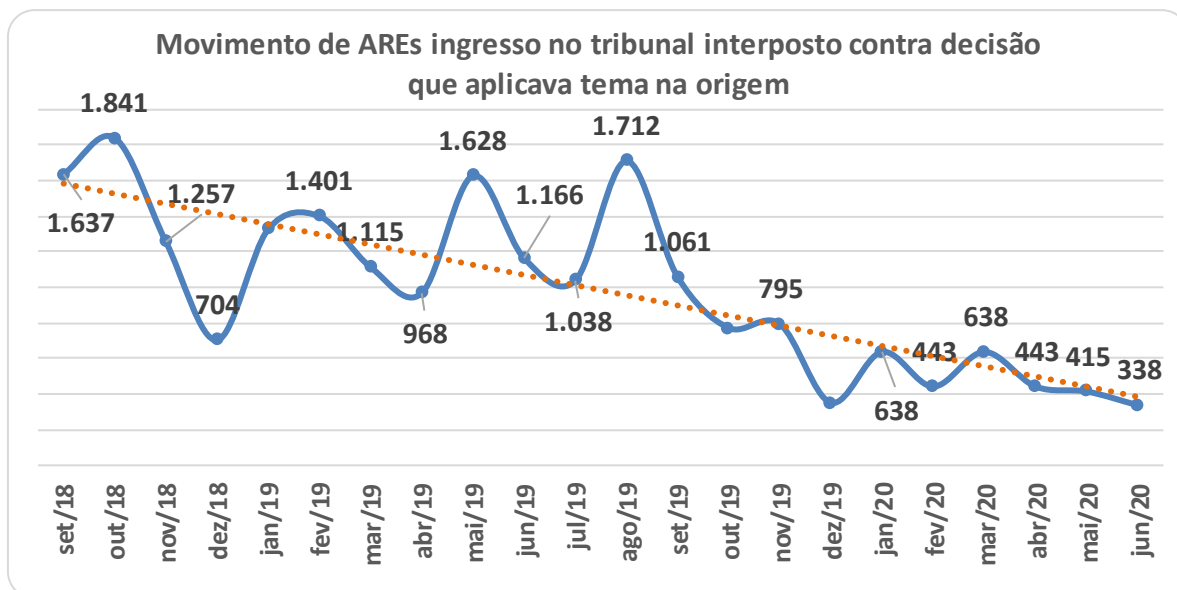
O diálogo institucional se deu em grande medida para alinhar com as Cortes de origem o entendimento acerca do juízo de admissibilidade, o que permite uma rápida resposta sobre os critérios de análise recursal no âmbito da Corte Superior.

Outro dado relevante observado na pesquisa, sob a perspectiva da iniciativa que integrava o projeto, diz sobre a “cooperação adotada com tribunais, turmas e colégios recursais responsáveis pela admissibilidade do recurso extraordinário, na comparação entre 2018 e 2020,

⁷⁵ “[D]esse modo, não há se falar em ausência de competência das Cortes de origem para o exame de admissibilidade do agravo previsto no art. 1.042 do CPC/2015 quando o referido recurso for interposto contra decisão de inadmissão de recurso extraordinário respaldada tão somente na aplicabilidade de entendimento submetido à sistemática da repercussão geral, o que incluiu, por óbvio, a possibilidade de não conhecimento do recurso ou sua conversão em agravo interno.” (ARE 1051073, DJe, 14/11/2018, Relator Ministro Presidente).

verificou-se uma redução de 40% no número de processos recebidos de classes recursais. Em relação aos recursos provenientes dos juizados especiais federais e estaduais, a redução foi ainda mais significativa. Nos juizados, de uma média de 1.751 processos recebidos ao mês em 2018, o STF passou a receber, em média, 555 processos mensais em 2020 – diminuição de quase 70%”. (Lira; Santos; Miranda, 2020)

Figura 27 - AREs ingressos no tribunal – fase de implementação.



Fonte: Corte Aberta (2025).

3.7. Ingressos x distribuição – setembro de 2022 a junho de 2025 – legado do Projeto Admissibilidade

Importante destacar, de início, que as alterações implementadas sob perspectiva negocial não passaram por mudanças estruturantes. A competência do Ministro Presidente na análise de recursos extraordinários é definida pela última alteração regimental nº 54/2020.

Do ponto de vista do modelo de processo de negócio reproduzido na solução tecnológica, trata-se de modelo flexível que permite adaptações no fluxo para atender inovações e aperfeiçoamento do sistema.

A superveniência de ferramentas que buscam acelerar a análise sob formato de agrupamentos por similaridade é compatível com a modelagem implementada e já era prevista como versão seguinte do Projeto Victor para fins de enquadramento em tema.

A partir dessa premissa, é possível analisar o legado do Projeto Admissibilidade como solução que se baseia em automações/sistematização do fluxo, independentemente da utilização

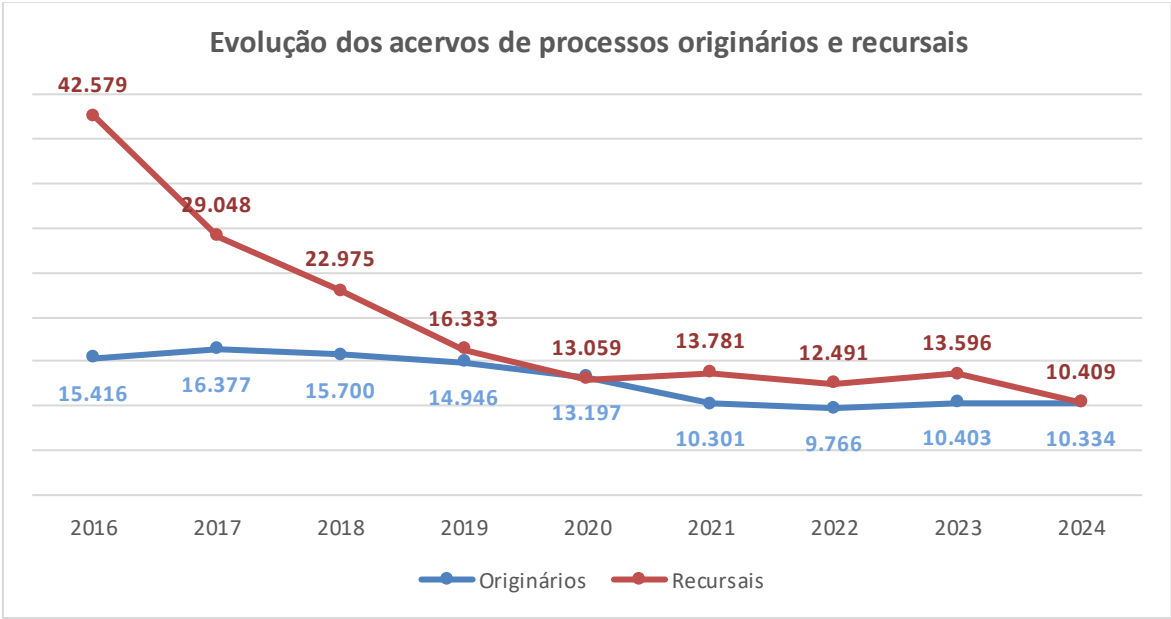
de suplementos de inteligência artificial⁷⁶ como etapas de aperfeiçoamento do modelo.

Sob essa perspectiva, é importante notar que nos anos seguintes à consolidação do projeto, o quantitativo de processos recebidos no tribunal se mantém estável. No mesmo sentido, as variáveis quantitativas de acervo, processos registrados à Presidência, e processos distribuídos aos Ministros seguem a tendência já registrada nos períodos de implementação do projeto e de sua consolidação.

Nos gráficos apresentados abaixo temos essa dimensão. Houve uma redução expressiva entre 2018 e 2019 no que toca à distribuição e ao registro na fase de implementação das iniciativas que integravam o projeto. A redução foi de cerca de 45% de imediato. Nos anos seguintes o quantitativo de processos distribuídos teve uma leva alta, mas com estabilização. Esse movimento acompanhou a alta experimentada no recebimento das classes recursais. Esses cenários serão representados nos gráficos a seguir:

⁷⁶ Matéria veiculada no Portal do STF aponta para implementação de Inteligência Artificial (Vitória) que permite agrupar processos por similaridades de modo a celerar a análise de matérias suscetíveis, entre outras possibilidades de afetação ao Plenário Virtual.

Figura 28 - Evolução dos acervos de processos originários e recursais.

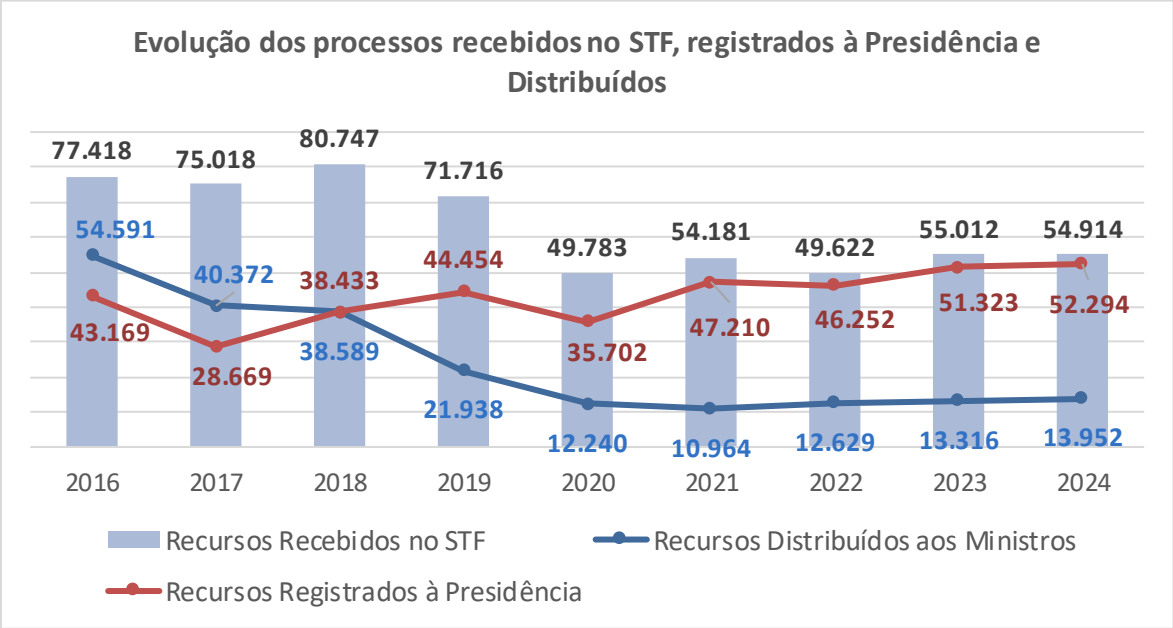


Fonte: Corte Aberta (2025).

Fica evidenciado na extensão do período analisado que houve uma estabilização com pequenas variações a partir de 2020. No que tange às classes de controle concentrado, o movimento é quase linear desde 2016.

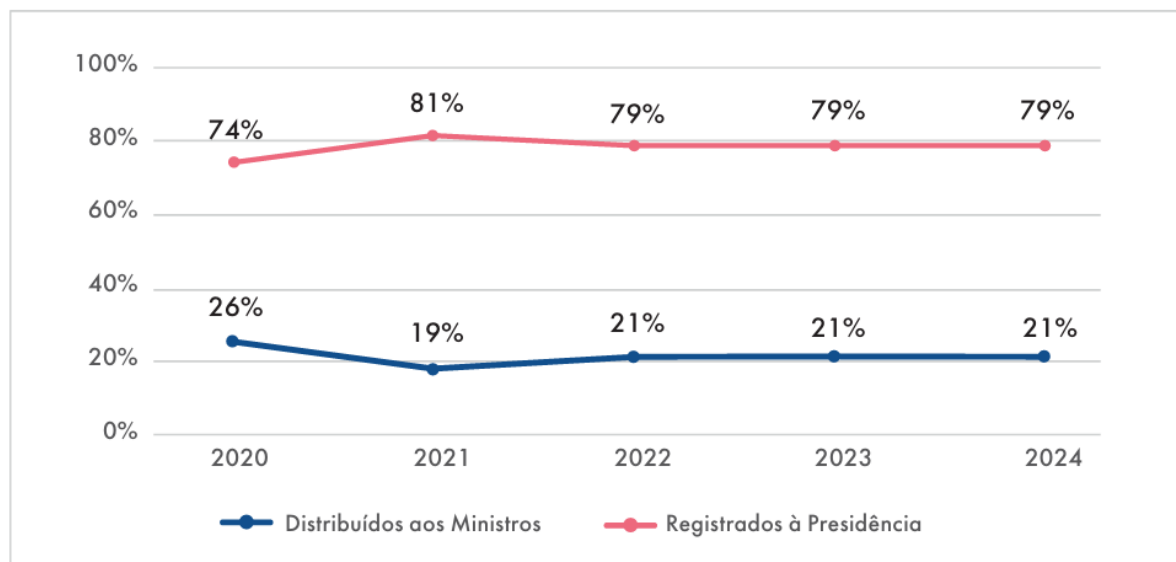
Seguindo a tendência já verificada quando observada a evolução do acervo do STF, houve uma redução sensível nas etapas de implementação do projeto e estabilização dos períodos seguintes.

Figura 29 - Evolução dos processos recebidos no STF, registrados à Presidência e distribuídos.



Fonte: Corte Aberta (2025).

Figura 30 - Recursos registrados e distribuídos aos Gabinetes.



Fonte: STF - Relatório de atividades (2024).

Uma das consequências imediatas da consolidação do projeto foi a redução substancial e perene na distribuição aos ministros de processos de todas as classes recursais (RE, ARE e AI), não apenas recursos extraordinários com agravo (ARE). Esse efeito foi diagnosticado no relatório de gestão em 2020: “com a consolidação do projeto junho de 2020, 73,4% de todos os recursos recebidos no STF passaram a ser registrados à Presidência, sendo apenas 26,6% deles distribuídos aos ministros”.⁷⁷

3.8. Conclusão

No tópico central desta pesquisa, buscou-se fazer uma análise descritiva dos dados levantados no período que antecedeu a fase de prospecção do projeto, no período em que se deu sua implementação e, também, no período seguinte à implementação.

A pesquisa pretendeu compreender algumas variáveis que, se comprovadas, possibilitariam a conclusão de que o Projeto Admissibilidade contribuiu, deveras, para o cumprimento das diretrizes estratégicas traçadas nos biênios de 2018 a 2020 e de 2020 a 2022.

A primeira radiografia apresentada foi o período destacado entre a vigência do Código

⁷⁷ LIRA, Daiane Nogueira de. SANTOS, Lucilene Rodrigues. MIRANDA, Raulino Palha de. Juízo de Admissibilidade no Supremo Tribunal Federal – Projeto #100% ARE. *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ar/artigo-lira-santos-miranda.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

de Processo Civil e o período de prospecção do projeto. Esses dados apontam para um panorama marcado por uma maior quantidade, em termos proporcionais e absolutos, de distribuição de processos relativos às classes recursais.

Foi constatado que a análise recursal era realizada com critérios bem definidos pela Secretaria Judiciária. Na metodologia então adotada, os processos que não apresentavam óbices processuais patentes eram distribuídos de ofício pela SEJ. Os demais processos recursais eram registrados à Presidência, certificando-se a coexistência de vícios processuais.

No cenário apresentado, o percentual de distribuição e de registro à Presidência ficava em torno de 50% do acervo recursal recebido no STF.

Observou-se que no período de implementação do projeto foram alteradas regras regimentais que traziam comandos expressos quanto à necessidade de registro de todos os processos recursais à Presidência. Isso após uma criteriosa análise de admissibilidade pela SEJ.⁷⁸

Os gráficos apresentados acima mostram que o registro à Presidência da totalidade dos processos recursais, a partir de ajustes do microprocesso de trabalho, permitiu uma redução persistente da quantidade de distribuição, o que resultou na redução de acervo recursal.

Foi constatado também que o modelo orientado por processo permitiu uma consolidação do projeto de forma mais célere, bem assim que o uso da ferramenta de automação de minutas cristalizou um processo de trabalho que se mostrou resiliente à mudança de gestão seguinte.

Algumas questões surgiram no levantamento, ante a percepção de que em alguns períodos a curva de redução se mostrou mais acentuada, voltando a subir a picos elevados em meses subsequentes.

Esse fenômeno ocorreu essencialmente no período de suspensão de prazo de fevereiro a abril de 2020, em razão da epidemia da covid-19. No entanto, conforme já destacado, a redução de ingresso das classes recursais provocada pelo estado de calamidade impactou os meses de suspensão, mas o volume de ingresso foi restabelecido nos meses subsequentes.

Entre o mês de março e maio de 2020, houve redução brusca para níveis abaixo da linha de tendência. Após o intervalo em que perdurou a suspensão de prazo, o quantitativo de processos autuados variou para cima, superando o patamar superior. No mês de junho de 2020, por exemplo, o número de processos autuados foi superior ao mês de junho de 2019.

Essa diferença apenas revela que os processos represados em razão da suspensão de prazo passam a ser remetidos ao STF. Os meses seguintes retomam a tendência de baixa, já

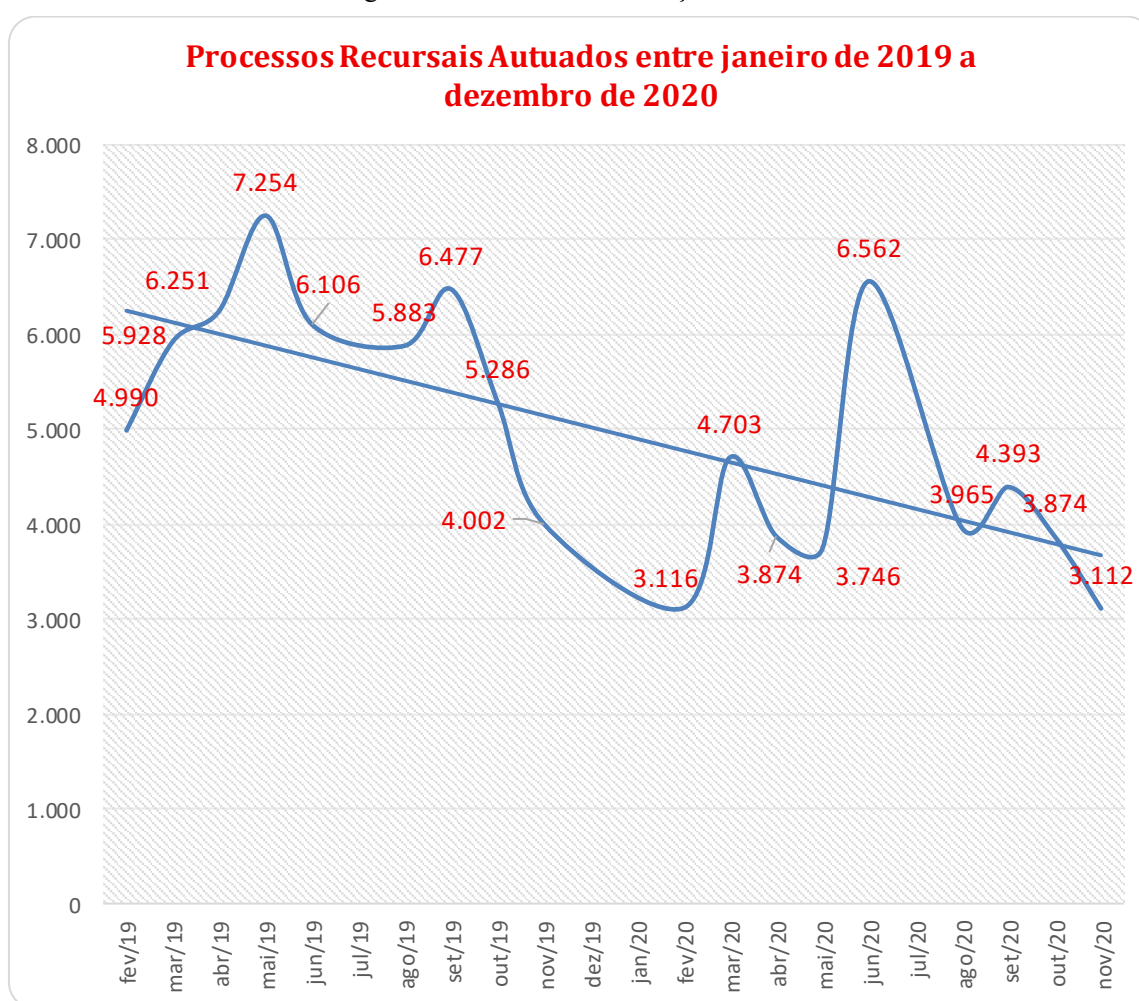
⁷⁸ Idem.

verificada no período que antecede à suspensão de prazo.

É possível afirmar, portanto, a partir dos dados estudados, que a covid-19 não foi um fator determinante para a redução de remessa de processos para o STF no longo prazo analisado.

Não é possível quantificar o impacto que a covid-19 provocou na dinâmica de envio de processo para o STF após o período de suspensão de prazo. No entanto, do que se infere do período compreendido entre agosto e novembro de 2020, a curva expressa a tendência já registrada no mesmo período do ano de 2019. No gráfico abaixo fica bem evidenciado o que foi acima antecipado:

Figura 31 - Gráfico de autuação de 2019 e 2020.



Fonte: STF - Relatório de atividades (2021).

Conforme registrado, o Projeto Admissibilidade foi implementado em etapas: novembro de 2019; fevereiro de 2020; abril de 2020; setembro de 2020 e abril de 2021. Esses marcos ficam bem evidenciados nos gráficos apresentados, revelando que a medida em que a ferramenta de geração de minuta era entregue impactava o quantitativo de processos

distribuídos aos ministros.

A partir desses eventos, é possível observar a velocidade na redução de acervo do tribunal, o que parece guardar correspondência com o menor número de processos recursais distribuídos.

Capítulo 4. Resultados da Pesquisa

4.1. Considerações iniciais

A análise dos dados empíricos evidencia que o Projeto Admissibilidade produziu impacto mensurável na gestão do acervo recursal do Supremo Tribunal Federal. Entre 2018 e 2022, observou-se redução significativa da taxa de distribuição de recursos extraordinários aos gabinetes ministeriais, concomitante ao aumento do percentual de processos resolvidos diretamente na Presidência. Esse movimento gerou um ciclo positivo: maior previsibilidade, uniformização de decisões em temas repetitivos e liberação de capacidade decisória para casos de maior relevância constitucional.

A tentativa de isolar o efeito do projeto de variáveis externas (como pandemia da covid-19, alterações legislativas e mudança de gestão) demonstrou que, embora múltiplos fatores tenham influenciado a queda no acervo, o elemento mais determinante foi a sistematização do fluxo de admissibilidade. Tal conclusão se sustenta ao comparar séries históricas pré e pós-implementação, nas quais a variação coincide temporalmente com as entregas de cada etapa do projeto. Os principais resultados foram:

1. O percentual de registro à Presidência subiu para 100% dos recursos extraordinários e extraordinários com agravo. Com a consolidação do projeto, apenas recursos com matérias criminais preventivas e processos enviados pelo Tribunal Superior Eleitoral são distribuídos diretamente pela SEJ. Ademais, houve a ampliação das competências da Presidência, que passou a receber um quantitativo maior de processos sem aumentar o número de servidores.

2. Eficiência na triagem: a sistematização do fluxo de análise permitiu a identificação de temas de repercussão geral com mais assertividade, inclusive com apoio posterior da IA (Projeto Victor). A criação de minutas padronizadas facilitou a uniformização da análise decisória a partir da análise processual em virtude do agrupamento mais eficiente por similaridade. Essa ferramenta reforçou a aplicação do princípio da isonomia, na medida em que aos casos idênticos aplicava-se a mesma minuta padronizada.

3. Aperfeiçoamento da análise recursal com o estabelecimento de uma cadeia revisional orientada a processos que permitiu a redução de retrabalho exaustivo e o alinhamento com o atendimento do Ministro Presidente com *feedback* dentro da ferramenta.

4. Agilidade na análise processual: o tempo médio entre autuação e baixa dos processos tramitados exclusivamente na Presidência foi reduzido para menos de 60 dias em mais de 60% dos casos. Já os processos distribuídos aos gabinetes apresentaram tempo médio superior a 90

dias em 50% dos casos.

5. Redução da carga nos gabinetes dos Ministros: o percentual de recursos extraordinários com agravo (ARE) distribuídos diretamente aos gabinetes caiu de aproximadamente 50% (em 2018) para cerca de 20% após 2021. Cerca de 80% dos ARE passaram a ser decididos diretamente pela Presidência, com base em análise automatizada e parametrizada.

4. Redução no envio indevido de recursos: o número de agravos com vícios de processamento reduziu sensivelmente e os agravos interpostos contra decisão que aplicavam a sistemática de repercussão geral deixou de subir para o STF. Esse entendimento a partir do entendimento do STF de que as Cortes estavam autorizadas a não conhecer dos agravos nessas hipóteses impactou sensivelmente na redução de recebimento no STF.⁷⁹ A resposta a este entendimento foi rápida a partir de ações de treinamentos no contexto dos diálogos institucionais implementados.

5. Legado institucional: o modelo processual adotado se mostrou resiliente a mudanças na gestão, permitindo sua continuidade mesmo após substituições na alta cúpula do tribunal. A lógica do projeto reforça a ideia do STF como “corte de teses”, ao concentrar esforços nos casos paradigmáticos, deixando as repetições para decisões automatizadas ou padronizadas.

Esses resultados sugerem que a aposta em automações e na gestão orientada por processos pode ser mais eficaz do que projetos de IA generativa ainda imaturos. Ao combinar transformação tecnológica com redesenho institucional, o STF conseguiu promover uma mudança estrutural com impacto expressivo.

4.2. Quadro de Teoria da Mudança – Projeto Admissibilidade STF

Tabela 1 - Quadro: teoria da mudança.

Insumos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos
Equipe técnica do STF	Mapeamento do fluxo atual de admissibilidade	Fluxo de admissibilidade sistematizado	Redução no envio indevido de recursos	Racionalização do papel do STF como Corte Constitucional
Recursos de TI (sistemas internos e servidores)	Identificação de gargalos e redundâncias	Ferramentas de triagem padronizadas	Aumento da taxa de decisões na Presidência	Desafogamento dos gabinetes dos ministros

⁷⁹ Conforme já referenciado quando tratei dos diálogos institucionais, nos juizados, de uma média de 1.751 processos recebidos ao mês em 2018, o STF passou a receber, em média, 555 processos mensais em 2020. Redução de 70%. (Lira; Santos; Miranda, 2020).

Base normativa (Regimento Interno do STF e resoluções)	Redesenho do fluxo com parametrização	Minutas decisórias automáticas	Redução do tempo médio de tramitação	Maior previsibilidade e segurança jurídica
Dados processuais históricos	Implementação de automações e formulários padronizados	Integração com o Projeto Victor	Melhoria na triagem e agrupamento de casos	Possibilidade de replicação do modelo em outros contextos do tribunal e nos tribunais de origem
Apoio da alta administração	Capacitação das equipes envolvidas	Protocolo institucional para ARES	Maior uniformidade decisória	Fortalecimento da eficiência institucional

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A pesquisa também revelou limitações: (i) o uso experimental de inteligência artificial (Projeto Victor) teve alcance restrito a cerca de 40 temas, sujeitos a sazonalidades, reforçando a tese de que soluções simples de BPM podem produzir resultados mais consistentes que promessas de IA sofisticada sem maturidade institucional.

Esses resultados indicam que a inovação incremental – baseada em sistematização de processos e automação simples – pode gerar ganhos mais rápidos e seguros do que soluções anunciadas sob o rótulo de “inteligência artificial”, frequentemente associadas a expectativas exageradas. Trata-se de lição valiosa para o desenho de políticas públicas judiciais em contexto de aumento de demandas judiciais.

4.3. Como isolar o impacto provocado pelo Projeto Admissibilidade de interferências externas no alcance dos resultados alcançados?

Inegavelmente, os esforços para fazer frente ao volume de processos que chegam ao Supremo Tribunal Federal vêm de longa data. Conforme descrevem estudiosos do tema (Oliveira, 2018) ao analisar a crise do Poder Judiciário, desde a década de 60 do século passado, tem-se tomado medidas macros com vistas à redução das competências recursais do STF. Na oportunidade, destacou-se o redimensionamento da competência recursal do STF com a criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

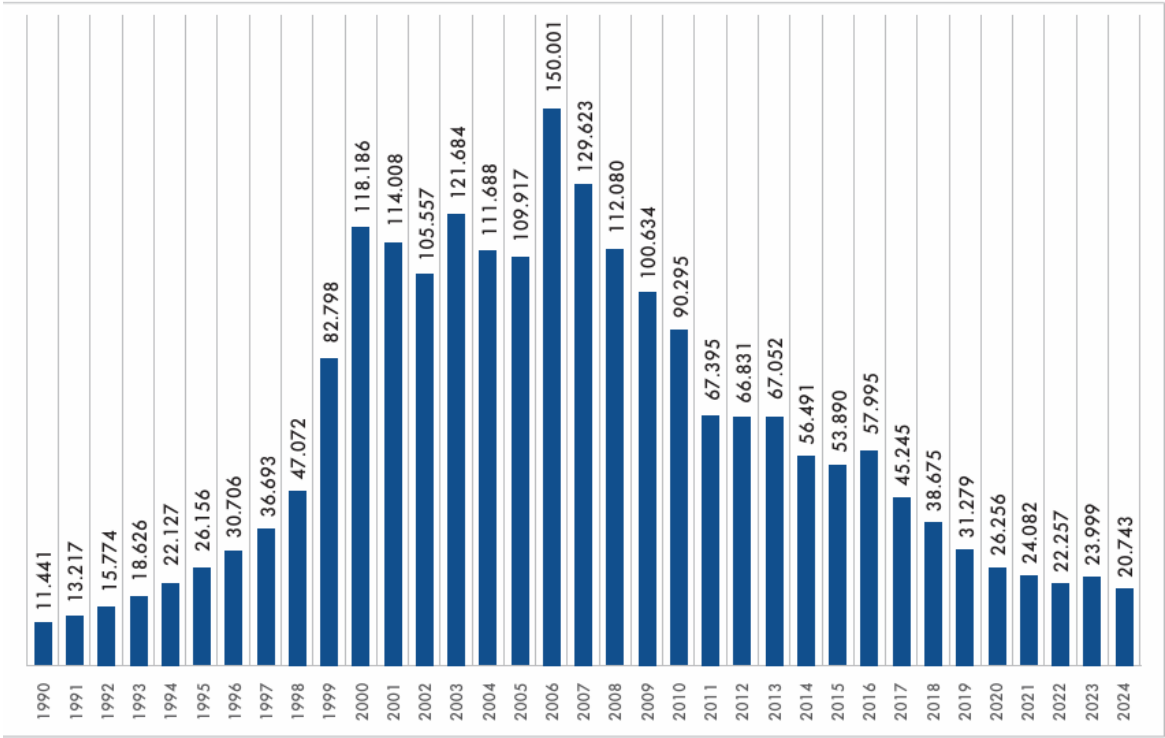
“Imbuídos de atribuir um novo papel ao Supremo Tribunal Federal, a ideia desses renomados juristas era, em essência, encaminhar os recursos extraordinários fundados exclusivamente na lei federal ao novo tribunal, de modo a aliviar a sobrecarga do Supremo Tribunal Federal.³ Aliás, antes mesmo dessa mesa redonda, José Afonso da Silva apontava a necessidade da criação de um tribunal superior [...] correspondente ao TSE e ao TST para compor as estruturas judiciárias do Direito comum, do Direito

fiscal federal e questões de interesse da União e do Direito penal militar [...].”⁸⁰ (Oliveira, 2018).

Outras medidas macros foram tomadas na mesma direção. As mais contundentes foram a criação de súmulas vinculantes e, posteriormente, a sistemática da repercussão geral. Esses institutos, como instrumento de autocontenção, têm a pretensão, em última análise, de impedir que matérias já decididas pelo Supremo Tribunal Federal voltem a ser submetidas a seu exame. Ao examinar a evolução do acervo do Supremo Tribunal Federal essas medidas foram insuficientes para reduzir o ímpeto da litigiosidade no judiciário brasileiro, que segue uma tendência de alta, conforme já referenciado no primeiro capítulo, tampouco para sofrer a carga de recurso que sobe anualmente ao STF.

Conforme mostra o relatório de atividade de 2024, o acervo do Supremo Tribunal Federal a partir de 1990 subiu ano a ano até chegar a seu maior acervo em 2006. Em 2007 o acervo começa a reduzir gradativamente. Importante um estudo pontual para afirmar quais fatores contribuíram para a interrupção do aumento.

Figura 32 - Gráfico: Acervo STF desde 1990.



Fonte: Relatórios de Atividades de anos anteriores (de 2010 a 2023) e Portal de Informações Gerenciais. Dados extraídos em 01.01.2025.

⁸⁰ Talvez tenha perdido uma grande oportunidade de seguir integralmente o roteiro dos demais tribunais superiores. O cabimento de recursos extraordinários, simultâneo aos recursos especiais, reduziu o alcance da medida e o Supremo Continuou a receber recursos inclusive de matéria infraconstitucional, consoante se verifica na praxis forense.

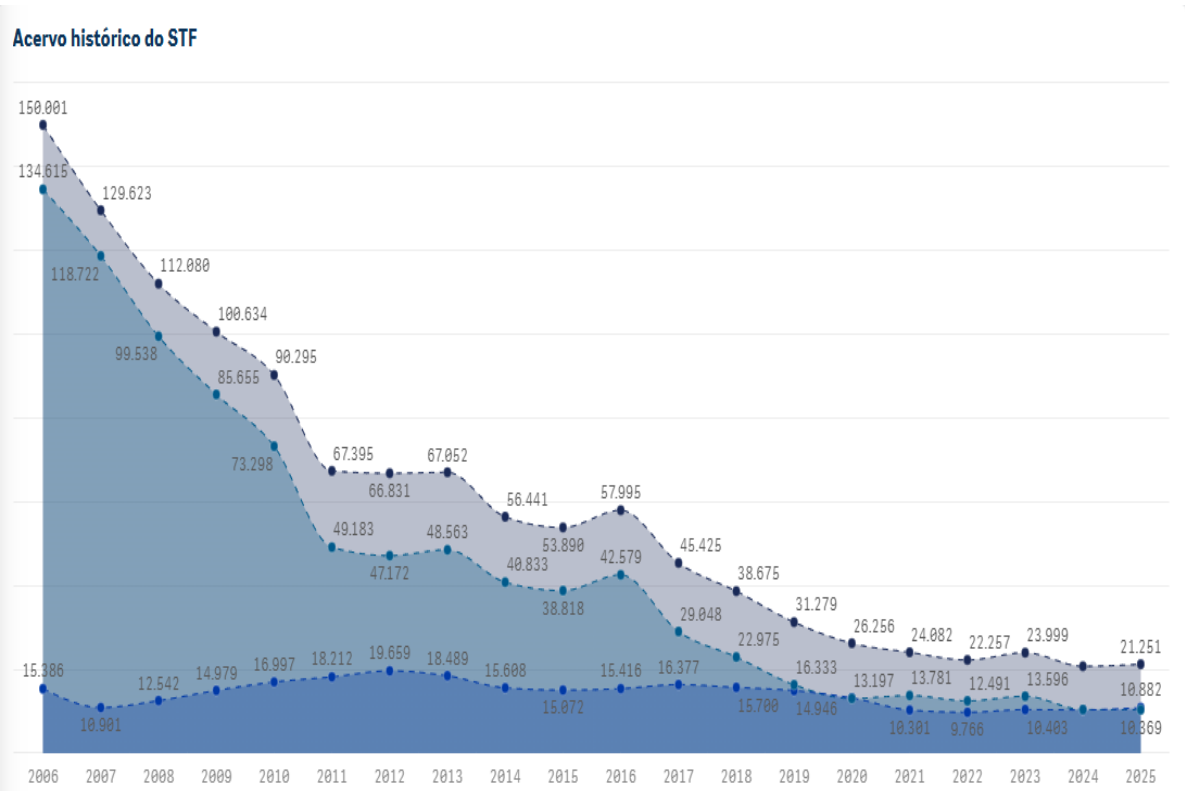
Fonte: STF - Relatório de atividades (2024).

A partir do gráfico acima, é possível afirmar que, mesmo após a criação do Superior Tribunal de Justiça, o número de acervo do STF continuou a subir, em grande medida em razão do alto volume de ingresso das classes recursais. A partir do mesmo gráfico, percebe-se uma redução gradual, a partir de 2007, quando há a regulamentação da sistemática de repercussão geral.

O gráfico abaixo extraído do Corte Aberta evidencia que o quantitativo de processos das classes recursais dita a movimentação do acervo processual. É o que se percebe da linha intermediária do gráfico. Ao reduzir o quantitativo de recursos em tramitação, o acervo geral desce na mesma proporção.

Por outro giro, o quantitativo das classes originárias segue estável desde 2006. No início da medição as classes originárias alcançam 15.386 processos, atingem o pico em 2012 com 19.659 processos e chega em 2019 com 14.956. Da radiografia apresentada, percebe-se que a partir de 2019, uma redução acentuada, chegando ao menor patamar histórico em 2025. Inegavelmente, com a redução do acervo recursal, os gabinetes passam a dedicar-se com mais energia às classes originárias. O gráfico a seguir revela esse movimento a partir das três variáveis analisadas: acervo total – acervo recursal e acervo de originárias.

Figura 33 - Gráfico. Evolução acervo recursal após 2006.

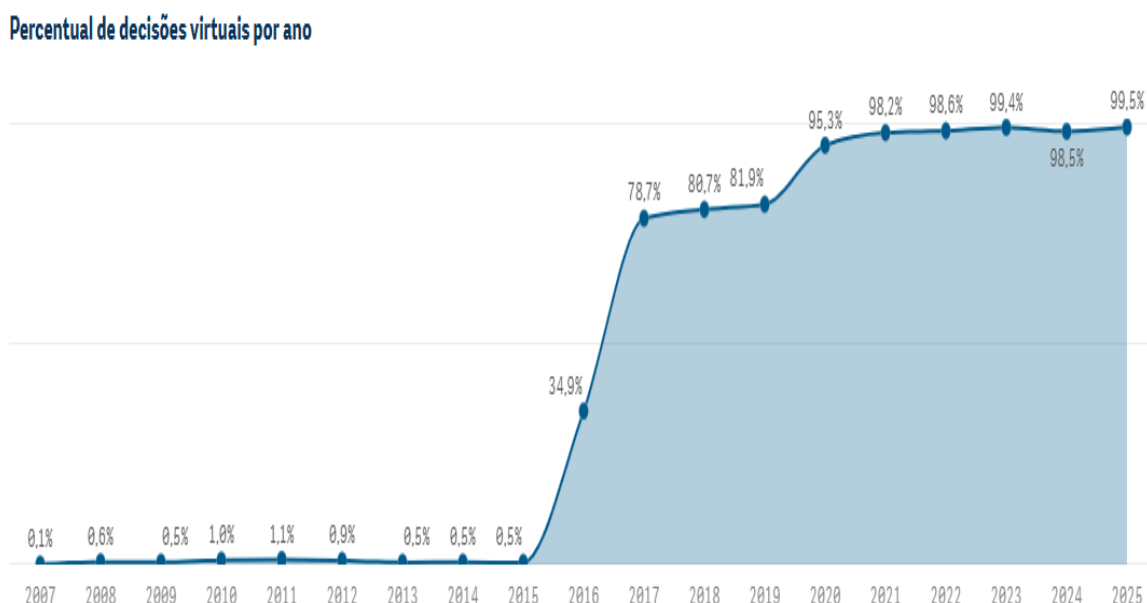


Fonte: Corte Aberta (2025).

Outra medida macro que ocorreu no plano normativo foi o advento do Código de Processo Civil de 2015 (em vigor desde janeiro de 2016). O fortalecimento do sistema de precedentes com pretensão de serem vinculantes,⁸¹ de certo, passa a impactar de forma positiva o auxílio da administração processual no âmbito do Judiciário como um todo.

Ainda como iniciativa determinante para a gradual redução de acervo é importante referenciar a Emenda Regimental nº 51 (RISTF), que possibilitou o julgamento de agravos e embargos de declaração no Plenário Virtual. Essa medida foi adotada no contexto das inovações legislativas trazidas pelo CPC/2015 e impulsionou o julgamento virtual no Supremo Tribunal Federal, contribuindo também para a redução do acervo do Tribunal. O gráfico abaixo mostra que as mudanças operadas no julgamento virtual vêm acompanhadas do aumento expressivo de julgamentos colegiados no STF:

Figura 34 - Gráfico. Decisões colegiadas no PV.



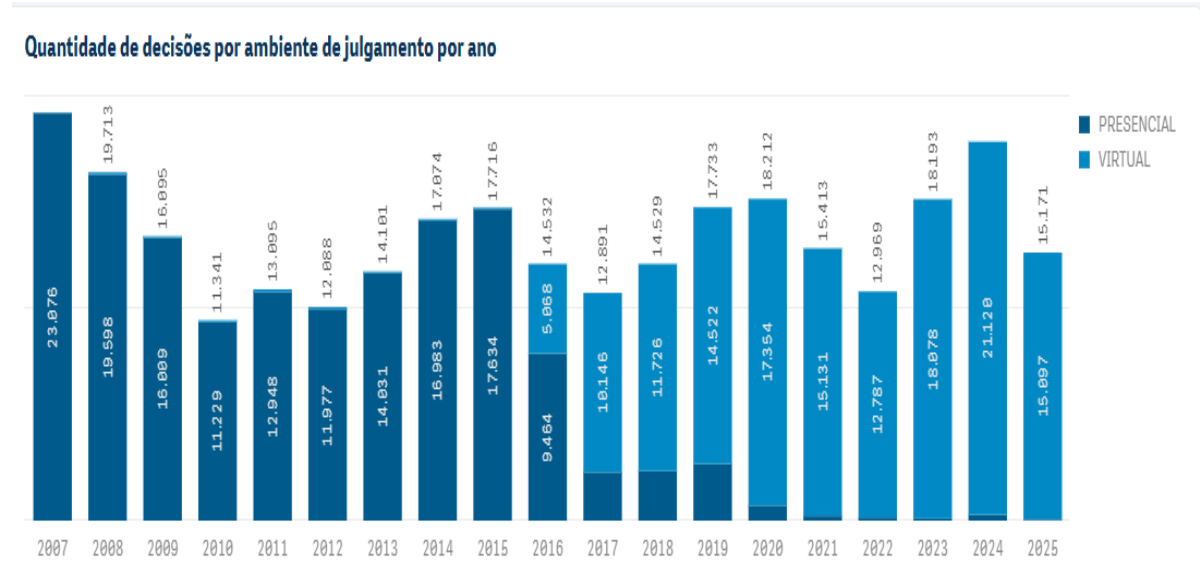
Fonte: Corte Aberta (2025).

⁸¹ “Embora não seja exposto nos dispositivos do CPC sobre a vinculação ou a obrigatoriedade do respeito às decisões em recursos especiais repetitivos, nem mesmo pacífico na doutrina, o que se defende neste texto é a implícita vinculação para as decisões proferidas nesses procedimentos. Isso se dá pelo exposto papel constitucional do Superior Tribunal de Justiça, na qualidade de uniformizador da legislação infraconstitucional e ainda nos propósitos estampados na lei nº 11.678/2008, que instituiu os recursos especiais repetitivos.

Para Calmon de Passos, a jurisprudência dos tribunais superiores sempre vinculou. Em se tratando de decisão de tribunal superior “em sua plenitude e com vistas à fixação de um entendimento que balize seus próprios julgamentos”, o tribunal “impõe diretrizes para seus julgamentos e necessariamente as coloca, também, para os julgadores de instâncias inferiores”. A força vinculante das decisões de Cortes superiores é “essencial e indescartável”, sob pena de retirar-se desses tribunais justamente a função que os justifica”. (Oliveira, 2018, p. 16).

Esse movimento permitiu um aumento do quantitativo do julgamento colegiado, o que autoriza concluir que essa medida também contribuiu para a redução do acervo. *Vide* gráfico abaixo:

Figura 35 - Gráfico: Quantitativo de decisões colegiadas no PV.



Fonte: Corte Aberta (2025).

O escopo dessa pesquisa não consiste na análise geral de todas as mudanças operadas no STF, mas em entender o impacto provocado pelo Projeto Admissibilidade. A tarefa de isolar a interferência de cada medida adotada não é das mais simples. Seguramente, todas essas medidas provocaram impacto positivo em maior ou menor dimensão.

A particularidade do recorte analisado sob o influxo das mudanças operadas no contexto do Projeto Admissibilidade é que ele consagra o esforço das últimas décadas em aperfeiçoar as medidas que convergem para uma análise processual mais célere e uma gestão de processo mais eficiente. Essas premissas serviram ao projeto como norte e a partir delas possibilitou o mapeamento dos processos de trabalhos e os gargalos então existentes.

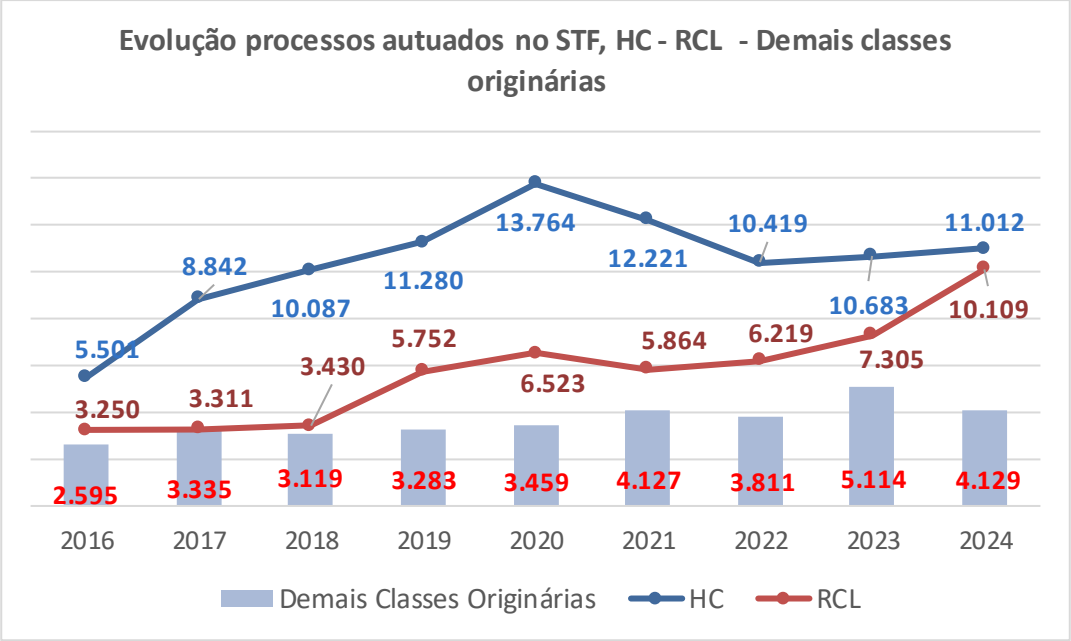
4.4. Proposições para pesquisas futuras

A partir dos resultados alcançados pelo Projeto Admissibilidade, sugere-se o mapeamento das classes processuais originárias e um estudo de viabilidade de ampliação das competências da Presidência para examinar as questões, ordinariamente, identificadas com vícios processuais que venham a culminar com a negativa seguimento do feito.

Essas classes em termos quantitativos representam mais de 80% dos processos ingressos

no grupo de classes originário, conforme Corte Aberta.

Figura 36 - Gráfico: Classes originárias mais recorrentes.



Fonte: Corte Aberta (2025).

Tabela 2 - Classes originárias em perspectiva.

Ano	HC	RCL	Autuação Demais classes	Autuação originárias	Porcentagem RCL+HC/total
2016	5.501	3.250	2.595	11346	77%
2017	8.842	3.311	3.335	15488	78%
2018	10.087	3.430	3.119	16636	81%
2019	11.280	5.752	3.283	20315	84%
2020	13.764	6.523	3.459	23746	85%
2021	12.221	5.864	4.127	22212	81%
2022	10.419	6.219	3.811	20449	81%
2023	10.683	7.305	5.114	23102	78%
2024	11.012	10.109	4.129	25250	84%
2025	6.678	7.901	2.737	17316	84%

Fonte: Corte Aberta (2025).

Outro contexto importante para a replicação da solução judicial são os tribunais de origem. Conforme verificado no recorte analisado, a partir de 2023 foi registrado um aumento do recebimento das classes recursais. Sugere-se que o compartilhamento da solução judicial

para os órgãos julgadores na origem pode ser uma importante iniciativa para reverter a tendência de aumento verificada.

Ao que se infere dessa pesquisa ainda é oportuna a iniciativa prospectada seguindo o modelo abaixo descrito da parceria firmada pelo STF e outros tribunais:

Para entregar ao Poder Judiciário uma ferramenta única de peticionamento e admissibilidade desses recursos especiais e extraordinários, o MJE utiliza filtros para auxiliar os servidores da área responsável pelo recebimento e análise a identificar a existência de eventuais vícios e o enquadramento dos casos em temas de repercussão geral. O sistema ainda gera minutas de decisão e admissibilidade a partir de questionário preenchido com auxílio de inteligência artificial.

‘O projeto é de grande importância porque permitirá que o STF consiga antecipar a análise de demandas com potencial de replicação em massa, submetendo a questão ao regime da repercussão geral’, completou Pedro de Oliveira. Ele enfatizou que a aquisição do software, realizada com amparo na Lei de Encomenda Tecnológica (10.973/2004), concretiza as regras incorporadas no Código de Processo Civil de 2015 para racionalizar o julgamento de demandas repetitivas.’⁸² (Brasil, 2021).

O Módulo de Jurisdição Extraordinária (MJE) foi concebido como uma plataforma externa aos sistemas informatizados do STF, porém integrado às bases de dados do STF-Digital. Em virtude do desenvolvimento personalizado do software para o Módulo de Jurisdição Extraordinária, a Suprema Corte celebrou o seu primeiro contrato de encomenda tecnológica com a Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), além de contar com o apoio institucional do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A título de contextualização, o MJE possibilitaria a integração entre o Tribunal de Justiça (TJ) ou o Tribunal Regional Federal (TRF), em uma ponta da conexão, e o STJ ou o STF na outra ponta. A plataforma unifica o endereço eletrônico de peticionamento dos Recursos ou Agravos em Recursos Especial ou Extraordinário (RE, REsp, ARE e AREsp).⁸³

A proposta de replicação do modelo de admissibilidade para utilização nos tribunais de origem não constitui novidade, como visto acima. Sugere-se a partir desta pesquisa uma atualização dos estudos de viabilidade deste projeto.

⁸² Brasil, 2021. Conjур: STF e TRF-3 firmam parceria para compartilhar sistema que otimiza trâmite de recursos.

⁸³ Referência extraída do Relatório de Atividade 2020, p. 101.

CONCLUSÃO

A presente dissertação teve por objetivo compreender o fluxo de admissibilidade recursal no Supremo Tribunal Federal (STF), a partir da análise empírica do Projeto Admissibilidade, compreendido como uma experiência de inovação institucional fundada na gestão por processos (BPM), na extração de minutas padronizadas a partir da automação e na racionalização da análise recursal.

O escopo do projeto é o Recurso Extraordinário, voltado à tutela da supremacia da Constituição e da uniformidade na interpretação do texto constitucional, é instrumento decisivo para o exercício da jurisdição constitucional em matérias que não integram a competência originária do STF. Nesse contexto, esta pesquisa se dedicou a analisar como o Projeto Admissibilidade redesenhou essa etapa procedimental, conferindo-lhe maior eficiência e racionalidade.

A partir de abordagem interdisciplinar, demonstrou-se que o redesenho do processo de trabalho, ancorado em diretrizes normativas claras e sustentada pela integração entre unidades, resultou em ganhos concretos de eficiência, previsibilidade e segurança jurídica. Os dados analisados demonstram que, com a implementação do modelo orientado por tarefas, o STF alcançou uma redução substancial no acervo recursal e consolidou um fluxo mais racional e rastreável de admissibilidade – um marco de modernização na prestação jurisdicional.

Do ponto de vista metodológico, verificou-se que a automação baseada em regras e metadados estruturados foi suficiente para gerar entregas de alto valor institucional, mesmo sem depender de inteligência artificial generativa. Essa constatação reforça uma das principais hipóteses do estudo: a inovação efetiva no Judiciário nem sempre requer tecnologias complexas, mas sobretudo clareza procedimental, padronização de microprocessos e desenho de soluções sustentáveis.⁸⁴

No campo teórico, a análise da literatura sobre gestão pública, BPM e transformação digital revelou que a inovação só se torna consistente quando acompanhada por mecanismos de governança e retroalimentação de dados. Nesse sentido, o STF demonstra capacidade de amadurecimento institucional ao adotar uma visão processual que privilegia a entrega de valor público em detrimento do mero aumento de produtividade numérica.

⁸⁴ Conforme dito pelo Ministro Dias Toffoli, no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em 2019: “é necessário manter esse cenário de evolução, que exige criatividade e inovação, com o uso de técnicas modernas de gestão, com a ajuda da tecnologia - a exemplo da inteligência artificial –, [com o] tratamento adequado de conflitos e [o] incentivo à conciliação. É preciso trabalhar continuamente na gestão do acervo de quase 80 milhões de processos em trâmite na Justiça. (Santos; Miranda, 2025).

Por outro lado, a reflexão sobre o uso de inteligência artificial generativa (IAG) mostrou que o entusiasmo tecnológico ainda supera a maturidade operacional. Projetos como o *Victor*, *Vitória* e *Maria* representam avanços importantes, mas ainda carecem de métricas auditáveis, diretrizes éticas consolidadas e alinhamento com o princípio da responsabilidade decisória humana. A experiência do Projeto Admissibilidade, portanto, indica que a modelagem baseada em automações simples, transparentes e controladas – pode ser uma alternativa mais segura e replicável no estágio atual da transformação digital do Judiciário.

Por outro giro, a tentativa de isolar o efeito do projeto de variáveis externas demonstrou que, embora múltiplos fatores tenham influenciado a queda no acervo, a sistematização do fluxo de admissibilidade produziu um resultaldo consistente e foi determinante para intensificar a redução do acervo no período estudado. Tal conclusão se sustenta ao comparar séries históricas pré e pós-implementação, nas quais a variação coincide temporalmente com as entregas de cada etapa do projeto, conforme apresentado no Capítulo Resultado de Pesquisa.

Esses resultados sugerem que a aposta em automações e na gestão orientada por processos pode ser mais eficaz do que projetos de IA generativa ainda imaturos. Ao combinar transformação tecnológica com redesenho institucional, o STF conseguiu promover uma mudança estrutural com impacto expressivo.

Em síntese, a dissertação contribui para o campo das políticas públicas de inovação judicial ao propor que a eficiência institucional decorre mais da racionalidade processual do que da sofisticação tecnológica⁸⁵. O modelo estudado oferece parâmetros replicáveis para outros tribunais superiores e instâncias de admissibilidade, reforçando a importância de uma governança de dados centrada na confiabilidade, na rastreabilidade e na transparência.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise comparada entre modelos de automação processual baseados em BPM e sistemas de IA generativa, de modo a avaliar os custos, riscos e benefícios de cada abordagem sob o prisma da gestão pública e do controle de legalidade. A consolidação do aprendizado institucional do STF pode servir de referência para uma política nacional de transformação digital no sistema de justiça brasileiro – tecnologicamente eficiente, juridicamente segura e eticamente responsável.

⁸⁵ A diminuição, ao longo dos anos, do número de recursos distribuídos aos Ministros é um importante sinal da priorização do perfil de Corte Constitucional do Supremo Tribunal Federal. Além de permitir que os Ministros direcionem seus esforços para a análise de questões de natureza constitucional capazes de transcender os interesses das partes, favorece a análise mais detida dos processos recursais distribuídos, que podem ser submetidos à sistemática de precedentes repetitivos, de modo a orientar a aplicação do Direito Constitucional por juízes e tribunais no país.

REFERÊNCIAS

- ABPMP – Association of Business Process Management Professionals. BPM CBOK V3.0: *guia para o gerenciamento de processos de negócio* (3ª ed). ABPMP Brasil, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 09 jul. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. *O uso da inteligência artificial generativa no Poder Judiciário brasileiro: relatório de pesquisa* / Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2024. 111 p. ISBN: 978-65-5972-158-0
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. 2023. *Justiça em Números 2023*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2025.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal [STF]: 2019. *Resolução nº 693, 10 de jul. 2020*. Regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/https://www.stf.jus.br/arquivo/norma/resolucao693-2020.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- BRASIL. conjur.com.br. *STF e TRF-3 firmam parceria para compartilhar sistema que otimiza trâmite de recursos*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-27/supremo-trf-firmam-parceria-compartilhar-sistema>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. *Parceria para compartilhar sistema otimiza trâmite de recursos no Supremo*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/parceria-para-compartilhar-sistema-otimiza-tramite-de-recursos-no-supremo/>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. *O uso da inteligência artificial generativa no Poder Judiciário brasileiro: relatório de pesquisa*/Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2024. 111 p. ISBN: 978-65-5972-158-0.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. *Formas alternativas de gestão processual: a especialização de varas e a unificação de serventias*. Brasília: CNJ, 2020. 124 p. Disponível em: <http://localhost:8080/xmlui/handle/123456789/521>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça [STJ]. *Revolução tecnológica e desafios da pandemia marcaram a gestão do ministro Noronha na presidência do STJ*. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portaltj/Paginas/Comunicacao/Noticias/23082020->.
- BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região [TRF1]. 2019. *TRF1 participará da fase de testes do Módulo de Jurisdição Extraordinária (MJe) do STF*. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/portaltf1/comunicacao-social/imprensa/noticias/institucional-trf1-participara-da-fase-de-testes-do-modulo-de-jurisdicao-extraordinaria-mje-do-stf.htm>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal [STF]. *Projeto busca racionalizar o recebimento de recursos extraordinários*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://stfjusbr.sharepoint.com/sites/Noticias/SitePages/2021/fevereiro/STF-implanta-%C3%BAltima-etapa-de-projeto-que-busca-racionalizar-o-recebimento-de-recursos-pela-Corte.aspx>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal [STF]. Resolução nº 344, 10 de jul. 2019. Organiza os processos de trabalho nas unidades administrativas do Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2019. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/https://www.stf.jus.br/arquivo/norma/resolucao644-2019.pdf>. Acesso em: 18 de abr. 2023.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal [STF]. *Projeto Juízo de Admissibilidade impulsiona redução do acervo processual do STF: Criação de núcleos especializados para tratar do tema reduziu o número de agravos indevidamente encaminhados ao Supremo Tribunal Federal*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6DE1i1-AD0g&t=256s>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal [STF]. *Concluída mais uma etapa do Projeto Juízo de Admissibilidade*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/concluida-mais-uma-etapa-do-projeto-juizo-de-admissibilidade/>. Acesso em: 30 jul. 2025

BRASIL, Supremo Tribunal Federal [STF]. *STF implanta última etapa do projeto que busca racionalizar a captação de recursos pela Corte: A Presidência do STF passa a analisar de forma automatizada a admissibilidade de 100% dos recursos extraordinários que ingressaram na Corte*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-implanta-ultima-etapa-de-projeto-que-busca-racionalizar-o-recebimento-de-recursos-pela-corte/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal [STF]. *Inova STF inicia implantação do Módulo Gabinetes do STF Digital: Ferramenta digital substitui quatro sistemas utilizados nos gabinetes dos ministros e deverá estar em funcionamento em todas as unidades até o final deste ano*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/inova-stf-inicia-implantacao-do-modulo-gabinetes-do-stf-digital/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal [STF]. *Projeto Victor avança em pesquisa e desenvolvimento para identificação dos temas de repercussão geral: Ferramenta de inteligência artificial, parceria do STF com a UNB, conclui três etapas, faltando apenas mais uma para ser definitivamente implantada*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/projeto-victor-avanca-em-pesquisa-e-desenvolvimento-para-identificacao-dos-temas-de-repercussao-geral/>. Acesso em: 30 jul. 2025

BRASIL, Supremo Tribunal Federal [STF]. *Ministra Cármen Lúcia anuncia início de funcionamento do Projeto Victor, de inteligência artificial-Desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília, projeto utiliza robô para ler e identificar recursos extraordinários vinculados a temas de repercussão geral*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=388443&ori=1>. Acesso em: 30 jul. 2025

BRASIL. Supremo Tribunal Federal [STF]. *Portaria 75, de 21 de março de 2019*. Adota a missão estratégica, princípios e diretrizes do Supremo Tribunal Federal para o biênio 2019/2020. Brasília, 2019. Disponível em: <https://api-atosnormativosprd.azurewebsites.net/api/normativo/apresentacao/2753>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL Supremo Tribunal Federal [STF]. *Estatísticas do Ministro Dias Toffoli – Prestação jurisdicional. Relatório de Gestão 2009 a 2018*. Brasília, 2024. Disponível em: https://transparencia.stf.jus.br/extensions/corte_aberta/corte_aberta.html. Acesso em 6/8/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal [STF]. *Relatório da Gestão 2018-2020*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/relatorioGestao2020.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal [STF]. *Regimento Interno*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/REGIMENTOINTERNO-C-1980.PDF>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal [STF]. *Resolução 623, de 31 de outubro de 2018*. Torna Público o Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2019. Disponível em: <https://api-atosnormativosprd.azurewebsites.net/api/normativo/apresentacao/2734>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. *Lei nº 11.105/2015, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. *Lei nº 10.973/2004, de 02 de dezembro de 2004*. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 09 jul. 2025.

COSTA, A.A. e COSTA, H.A. Evolução do perfil dos demandantes no controle concentrado de constitucionalidade realizado pelo STF por meio de ADIs e ADPFs. *Revista de Ciências Sociais* [Brasília], Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/30926>. Acesso em: 12 jun. 2023.

DIDIER JR., F; Cunha, L. C. 2023. Juspodivm, Curso de Direito Processual Civil. Meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais. [Salvador, 2016]

FUX, Luiz. A justiça na era Digital, in: MENDES, Gilmar Ferreira, LIRA, Daiane Nogueira de; FREIRE, Alexandre (coord). *Constituição, democracia e diálogo: 15 anos de jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli*. 2ª edição Belo Horizonte: Fórum, 2025, p. 1111-1120. ISBN 978-65-5518-937-7.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática / Miracy Barbosa de Sousa e Maria Tereza Fonseca Dias*. – 3ª ed. Rev. e atual. ISBN 978-

85.384.0082-0.

PEREIRA, Frederico Cesar Mafra. BARBOSA, Ricardo Rodrigues. DUARTE, Leonora da Cunha. Integração entre gestão do conhecimento e business process management: perspectivas de profissionais em bpm. [Belo Horizonte, 2020]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/4088>. Acesso em: 4 set. 2025.

LIRA, Daiane Nogueira de. SANTOS, Lucilene Rodrigues. MIRANDA, Raulino Palha de. Juízo de Admissibilidade no Supremo Tribunal Federal – Projeto #100%ARE. Consultor Jurídico, [Brasília, 2020]. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ar/artigo-lira-santos-miranda.pdf>. Acesso em 11 ago. 2024.

LIRA, Daiane Nogueira de; FREIRE, Alexandre: O homem na arena: A presidência do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal, in: MENDES, Gilmar Ferreira, LIRA, Daiane Nogueira de; FREIRE, Alexandre (coord). *Constituição, democracia e diálogo: 15 anos de jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli*. 2ª edição Belo Horizonte: Fórum, 2025, p. 375-379. ISBN 978-65-5518-937-7.

LOPEZ, del Castillo, F. L. (2024). *Inteligencia artificial generativa: determinismo tecnológico o artefacto construido socialmente*. Palabra Clave, 27(1), e2719. <https://doi.org/10.5294/pacla.2024.27.1.9>

MARTINS. *Agrupamento Automático de Documentos Jurídicos com uso de Inteligência Artificial*, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2635>. Acesso em: 5 set. 2025.

MIRANDA, Raulino Palha de. *A Jurisdição excepcional e a necessária racionalização do fluxo de admissibilidade recursal: estudo de caso*. [Brasília, 2023]. Disponível em: <https://consorciobdjur.stj.jus.br/vufind/Author/Home?author=Miranda%2C+Raulino+Palha+de>.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, vol. V: arts. 476 a 565* – Rio de Janeiro: Forense, 1999.

OLIVEIRA, André Macedo de. *A crise do Poder Judiciário no Brasil: reflexos no STJ*. R.TRF1 Brasília v. 30 n. 3/4 mar./abr. 2018.

OLIVEIRA, André Macedo de. Recursos Especiais Repetitivos: Universalidade e Uniformidade de Decisões e o papel constitucional do STJ. [Revista Caderno Virtual, Brasília, 2018].

PMI – PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Guia PMBOK®: *Um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos*. 7ª Edição. Pennsylvania: PMI, 2021.

PORTO, Fábio Ribeiro: *A desmaterialização da justiça, justiça 4.0, futuro do judiciário brasileiro*. Estudo de caso da eficiência do modelo de justiça digital, Editora Thoth, Londrina/PR, 2023.

SANTOS, Lucilene Rodrigues; MIRANDA, Raulino Palha de, Juízo de admissibilidade

recursal no Supremo Tribunal Federal: #100 AREs, in: MENDES, Gilmar Ferreira, LIRA, Daiane Nogueira de; FREIRE, Alexandre (coord). *Constituição, democracia e diálogo: 15 anos de jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli*. 2ª edição Belo Horizonte: Fórum, 2025, p. 1023-1037. ISBN 978-65-5518-937-7.

SANTOS. Fábio de Sousa, SOUZA, Pablo Ademir de, ESTECHE FILHO, Victor Guilherme: Governança Tecnológica e auditabilidade do alinhamento ético-valorativo (alignment) das inteligências artificiais generativa. *Suprema revista de estudos constitucionais*. Brasília. v. 3 a 2.p 113-143, jul/dez. 2023 DOI <https://doi.org/1.5378/suprema2023v3a2223>.